



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA
REGIONAL E LOCAL**

JANIELE DE JESUS SANTOS

As secas e ações públicas na Província da Bahia (1857-1888)

**Santo Antônio de Jesus
2023**

JANIELE DE JESUS SANTOS

As secas e ações públicas na Província da Bahia (1857-1888)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas - Campus V, Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Dr. José Ricardo Moreno Pinho.

**Santo Antônio de Jesus
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

Santos, Janiele de Jesus
As secas e ações públicas na Província da Bahia (1857-1888) – Santo Antônio de Jesus, 2023.

146 fls.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Moreno Pinho
Dissertação (Mestrado acadêmico - PPGHIST) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – (PPGHIST), *Campus V*. 2022.

Inclui Referências.

1. História Local. 2. Sertão. 3. Seca. 4. Ações Públicas
I. Pinho, José Ricardo Moreno. II. Título. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

CDD 981

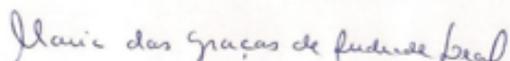
FOLHA DE APROVAÇÃO
"AS SECAS E AÇÕES PÚBLICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1857-1888)"

JANIELE DE JESUS SANTOS

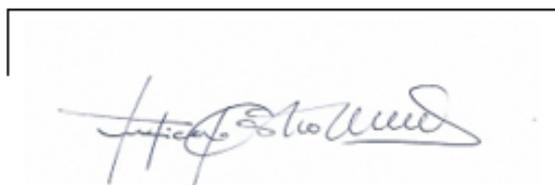
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – PPGHIS, em 16 de junho de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) JOSÉ RICARDO MORENO PINHO
UNEB
Doutorado em DOUTORADO EM HISTÓRIA
Universidade Federal Fluminense



Professor(a) Dr.(a) MARIA DAS GRACAS DE ANDRADE LEAL
UNEB
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Professor(a) Dr.(a) FREDERICO DE CASTRO NEVES
Ufc - UFC
Doutorado em História
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

SANTOS, Janiele de Jesus. **As secas e ações públicas na Província da Bahia (1857-1888)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2023.

A presente dissertação teve como objeto de investigação as ações públicas ocorridos entre o período de 1857 a 1888 na Província da Bahia. Questionou-se como foram o processo de criação destes socorros, quem participou das formulações e como foram implementadas perpassando por uma reflexão sobre migrações, formações de colônias nacionais, o papel da caridade particular e a esmola, a interação e a adaptação entre a mão de obra livre e a escrava, o uso do trabalho migrante nas obras públicas e nas propriedades particulares. Para responder tais indagações, foram utilizados documentos das comissões de socorros, relatórios dos governos, anais da Câmara de Deputados. Assim como diversos periódicos da época, também se usou as legislações que, de alguma forma entraram em contato com o tema.

Palavras-chave: Sertão, seca, ações públicas, Bahia.

ABSTRACT

SANTOS, Janiele de Jesus. **Droughts and public actions in the Province of Bahia (1857-1888)**. 2023. Dissertation (Master in Regional and Local History) – Postgraduate Program in Regional and Local History, Department of Human Sciences, Campus V, State University of Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2023.

The present dissertation investigated public actions that took place between the years 1857 and 1888 in the Province of Bahia. It questioned the process of creating these aids, who participated in their formulations, and how they were implemented, delving into a reflection on migrations, the formation of national colonies, the role of private charity and alms, the interaction and adaptation between free and enslaved labor, and the use of migrant labor in public works and private properties. To address these inquiries, documents from relief committees, government reports, and records of the Chamber of Deputies were utilized. Additionally, various periodicals from that time period were consulted, along with legislations that, in some way, were related to the subject matter.

Keywords: Sertão, drought, public actions, Bahia.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	07
INTRODUÇÃO: Os sertões da Bahia: um panorama sobre o território das secas.....	08
CAPÍTULO I: Sob os olhos da Província: Silenciamentos e exposições sobre as secas na Bahia.....	17
1.1. “A seca continuou indefinidamente e a fome apresentou-se aos povos do sertão em toda a sua horrível realidade”	17
1.2. “Se a calamidade fosse passageira, se pesasse somente sobre um ou outro Distrito”: As secas aos olhos dos Presidentes da Província da Bahia.....	20
1.3. “Quem pode descrever os horrores da seca?” As repercussões das secas nos jornais da Bahia...29	
1.4. “Quais são as providências que tem tomado a administração provincial em ordem a prevenir ou minorar os males que nos ameaçam?” As ações públicas.....	44
CAPÍTULO II: “Alívio do mal presente...”: ações públicas de enfrentamento às Secas o remédio da migração.....	48
2.1. “A emigração é um remédio, um refúgio no presente, mas é um mal para o futuro”: A formação das Comissões.....	48
2.2. “Muitos abandonam suas habitações e emigram para outros lugares onde reina alguma abundância”: A Emigração baiana.....	71
2.3. Oh! que quadro medonho! A Emigração cearense na Província da Bahia.....	79
CAPÍTULO III: “... ou a remoção para os futuros”: As comissões de socorros e ações públicas de enfrentamento às Secas.....	86
3.1. “É, portanto, de reconhecida vantagem a emigração d'esses povos quase sem domicílio”: As comissões e a emigração dos retirantes.....	90
3.2. A Colônia Nacional de Comandatuba.....	97

3.3. “Sr. presidente, por que modo têm o governo e os seus agentes têm tratado as vítimas da seca do norte do Império?” ¹ A colônia Jequiriça.....	101
CAPÍTULO IV: “Não teríamos esmagado a hidra da seca?” – A sobrevivência sertaneja e as soluções para a seca.....	107
4.1. “(...) o que não terá sido das classes pobres do operário que tira a subsistência do seu trabalho cotidiano?”: relações de trabalho e caridade.....	114
4.2. “A desgraça do presente deve ser uma lição para o porvir”, pois “prever – é o grande privilégio do homem”: as ideias de enfrentamento às secas.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	133
FONTES:	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	143

¹ Anais da Assembleia Legislativa da Bahia – 1873-1887, pág. 47, PER238961_1877_00004. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016

AGRADECIMENTO

Resta-me agradecer às pessoas que estiveram comigo durante a trajetória desta pesquisa, que me deram apoio e compreenderam ou pelo menos tentaram, as minhas abdições neste período.

Aos meus pais Maria Edileusa e Junivan todo o meu respeito, amor e carinho por entender os dias que eu passava na casa deles estudando. Às minhas irmãs Jocielma e Jocicleuma que sempre me apoiaram, assim como os meus sobrinhos Miguel, Joaquim e Natan, meus amores e toda a minha família que sempre estiveram e estarão ao meu lado.

A meu companheiro de vida, André, que eu incomodo bastante para fazer as correções, discutir conceitos, contar as “fofocas de mortos” e até mesmo ouvir as lamúrias sobre está cansada de estudar. A minha amiga Niedia, que me acompanha desde a graduação, parceira de discussões historiográficas que também ouve os desabafos do mundo acadêmico e que acabou essa etapa para seguir a jornada de doutorado e que também corrigiu e ainda me deu perspectivas sobre o tema. As minhas amigas Marta, Ediane, Luiza, Cyndi, Mila, Fabiana, Priscila Chica, Nilda, André, Sanduel, Jean, Bruno, Tia Cristina, Marla, Meila, Jessé, Michele, Rita e tantas outras que me acompanham na vida. À Lane, amiga que corrigiu meus capítulos para a qualificação.

Ao meu ex-professor e amigo Cândido Domingues que está sempre me cutucando para prestar atenção nisso e naquilo, incentivando à pesquisa ao seu modo. Aos meus colegas de mestrado, uma turma maravilhosa, unida e disposta a ajudar uns aos outros: Deise, Vivi, Denny, Ellana, Iara, João, Lai, Maira, Sandra e em especial Vitor, Wallace e Erika que aguentam as minhas reclamações.

Ao Programa de Pós-graduação em História Regional do Campus de Santo Antônio de Jesus da Universidade do Estado da Bahia e todo o corpo docente que contribuíram com a minha formação, assim como ao pessoal da secretaria do curso. Aos membros da banca Frederico de Castro Neves e Maria das Graças Leal que contribuíram com o projeto final da dissertação. Por fim, agradeço ao meu orientador Ricardo Moreno que contribuiu para o crescimento do meu trabalho e compartilhou seus conhecimentos e sua longa experiência de pesquisa e ensino.

Também agradeço imensamente à todos e todas aqui não mencionados/as e que estiveram presentes ao longo dessa trajetória.

INTRODUÇÃO

Os sertões da Bahia: um panorama sobre o território das secas

Analisando os sertões pode-se inferir que a ocupação do espaço sertanejo e a construção do seu território envolveu-se por estruturas materiais de ocupação, os caminhos, as sesmarias, as povoações, os postos militares e as missões religiosas constituem as principais, assim como a tomada dos territórios indígenas durante a colonização.

Neves (2008, pág. 105) sinaliza que o povoamento colonizador dessas regiões se deu pelo alongamento das fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito e dos Garcia D'Avila e seus rendeiros no São Francisco, estendendo-se pelos planaltos, do outro lado, a expansão populacional foi atraída pela exploração aurífera das Minas Gerais, Rio Itapicuru, Jacobina, Rio Paramirim e nas serras da Tromba das Almas. Enquanto, os Guedes de Brito, avançaram pelas serras centrais da Bahia, se estabelecendo em Morro do Chapéu, deslocando-se pela margem do São Francisco ao sul, desde a foz do rio Paramirim até o rio das Velhas, além do vale do Jequitinhonha. A pecuária foi o vetor principal do encontro entre paulistas, pernambucanos e baianos entre o rio das Velhas e o São Francisco.

Com algumas dissoluções, arrendamentos e vendas das propriedades, definidas como parcelamento “de grandes latifúndios em pequenas unidades agrárias, denominadas de sítios, que intercalaram as grandes fazendas” (NEVES, 2020, pág. 203), os Guedes de Brito permaneceram com as posses das fazendas próximas ao rio São Francisco, possivelmente, por entender que em períodos de secas o rio seria de grande suporte.

No início do século XVIII, os sertões já tinham mais de 500 fazendas pecuaristas, com a descoberta dos minerais, formaram muitos caminhos pelos sertões intensificando as duas atividades e a ocupação das regiões, que segundo Neves (2020, pág. 209):

A facilidade para obter o arrendamento de uma fazenda em terras férteis, embora sujeitas a secas sazonais, ou glebas menores nas áreas montanhosas, por preços mais acessíveis, atraiu interessados que se estabeleciam onde havia aguadas com incipientes criatórios de bovinos e outras espécies (NEVES, 2020, pág. 209).

Resultando em grandes fazendas com plantéis de escravos, pequenas casas com trabalho familiar autônomo ou campesinato, modificando algumas características durante o século XIX. Essas transformações contribuíram para uma maior povoação dos sertões dando significado – sem dissociar a sociedade e o espaço – transformando-o em habitado e vivido. Habitavam os sertões diversos grupos

indígenas, destaque para os mongóios, pataxós e paiaias, nativos destes lugares, e fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos que ocupavam os vários espaços.

No século XIX, a Bahia já estava dividida em unidades territoriais entendidas como Comarcas, uma divisão administrativa de caráter judiciário, composta de uma ou mais vilas administradas por um juiz ou mais juízes de direito. Enquanto a base física da freguesia, segundo Santos (2011, pág. 114), era o recorte espacial atribuído à responsabilidade do pároco ou vigário, “a quem se confiava a cura d’almas” dos que residiam naquele local.

As fragmentações do espaço possibilitaram o controle administrativo das divisões territoriais da Província por meio das paróquias presentes nas freguesias. Os dados levantados sobre o século XIX, demonstram que entre 1800 e 1890, o número de paróquias na região de Jacobina passou de treze para 56 (crescimento de 330%), “no mesmo período, o número de paróquias passou de sete para oito na comarca de Porto Seguro, de catorze para 22 (57%) na de Ilhéus e de 36 para 110 (205%) na da Bahia, onde estavam Salvador e seus arredores” (MATTOSO, 1986, pág. 89).

Os sujeitos envolvidos no processo de colonização dos sertões, passaram por reelaborações de desejos e entendimentos, a partir das convivências e das experiências dos contatos interétnicos que se deram naquela temporalidade, na sua convivência com a natureza e com a paisagem daquele lugar (CRUZ, 2018, pág. 15), não importa se eram conquistadores ou nativos.

A abordagem do conceito sertão neste estudo será feita no plural, por entender ele como dinâmico, por seus significados serem uma construção histórica, constituindo-se em territórios de poderes, representando espaços culturais, geográficos, econômicos, políticos e naturais. Existem diversos sertões na Bahia: Sertão do São Francisco, Sertão do Médio São Francisco, Alto Sertão, Sertão da Ressaca e outros. Entende-se que o conceito de sertões extrapola seus aspectos geográficos e morfológicos para representar espaços territorializados com características e identidades culturais e sociais próprias.

Ao pesquisar em qualquer dicionário da Língua Portuguesa, encontraremos com pequenas variações o significado de Sertão como substantivo masculino: 1. Lugar agreste afastado dos pontos cultivados; 2. Floresta longe da costa; 3. [Por Extensão] O interior do país; 4. [Brasil: Nordeste] Zona do interior mais seca que a caatinga.

Ab’Saber (2017, pág. 86) qualifica sertão como faixas semiáridas rústicas e típicas existentes nas depressões colinosas de todos os ambientes sertanejos, aplicados como “altos sertões”, enquanto a expressão “sertão bravo” designava as áreas mais secas e sub desérticas do interior nordestino. Segundo Amado (1995, pág. 147), sertão foi conceituado a partir da grafia “sertão” ou “certão”, que

era empregada para áreas distantes de Lisboa e dentro de Portugal, após o século XV usaram também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam.

Neves (2008, pág. 154) estuda o termo a partir das colocações de Gustavo Barroso que atribuiu a gênese da palavra ao vocábulo “muceltão” corrompida para “celtão”, “certão” em latim *locus mediterraneus* que significava lugar entre terras, interior, mata distante da costa. Foi indevidamente identificada pelos portugueses como “desertão”, deserto grande que em sua forma contraída, “sertão”. Os portugueses consideravam o interior de determinado território como sertão por conta da sua longitude em relação à capital ou ao litoral. O termo foi utilizado pelas autoridades coloniais até o século XVIII e continuou até os dias atuais a ser utilizado como denominação das regiões longínquas, apenas com novas adições de significados.

Cruz (2018, pág. 21), indica que os sertões eram lugares distantes conectados ao corpo administrativo da coroa portuguesa, seus espaços foram reterritorializados havendo uma reestruturação do poder. A reconfiguração de forças sobre os sertões envolvia chegantes e naturais da terra, os sertões ganhava a conotação de lugar de fronteira na dualidade entre civilização e barbárie, “conquistar o interior era conquistar a natureza e dominar a barbárie, ganhar e vencer espaços para o conhecimento e a civilização, desbravar fronteiras” (NAXARA, 2003, pág. 227).

Para Santos (2011, pág. 22), mesmo após a descoberta de ouro no final do século XVII e a explosão demográfica, “a acumulação de fortunas, fundação de vilas e cidades, implantação de aparelhos burocráticos não foram capazes de modificar substancialmente os significados de “sertão””. Nos estudos sobre as fronteiras dos sertões baianos, Santos (2010, pág. 350) encontra em sua documentação dois sentidos de sertões propostos pelo locutor, ou seja, quem fala sobre o termo. “Para uns, os sertões são ásperos, agrestes, estéreis, secos. Em alguns casos a vegetação de caatinga é mencionada, qualificando de maneira mais objetiva esse sertão adjetivado” os outros descrevem como “espaço natural, abundante de terras férteis, que escondem as almejadas jazidas de minerais preciosos”. Para o historiador, quanto mais próximo do sertão estava o autor do documento, mais ele se rendia à primeira percepção.

Ivo (2009, pág. 16) manifesta que a ideia de isolamento e de atraso atribuídos aos sertões se desfazia diante dos diálogos culturais encontrados no processo de criação das casas de fundição e moeda. A conexão exercida pelos sertões com o resto do mundo se redimensionava por sua inserção no que ela chama de rede intercontinental de consumo dos produtos essenciais à fundição de metais, em especial o ouro. A autora acrescenta que os sertanistas e bandeirantes associaram a ideia de sertão

a regiões não litorâneas e lugares poucos povoados nos quais se limitavam a agropecuária. “O sertão foi concebido como o abrigo da pobreza, da desordem e do isolamento, características opostas à forma de viver das regiões litorâneas, consideradas espaços privilegiados para a “civilização”, para a diversidade econômica e para o exercício da política” (IVO, 2009, pág. 29).

Nos estudos sobre o pensamento social brasileiro e a construção da identidade nacional, Lima (2013, pág. 110) afirma que os intelectuais do meio século XIX até a primeira república projetavam os sertões a partir da dualidade civilização x barbárie. Na visão deles, sertão/litoral se contrapõe, representando respectivamente o atraso e o moderno. Segundo Lima (2013, pág. 107):

Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro pólo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização (Lima, 2013, pág. 107).

Sertão e litoral foram se construindo uma em função da outra, sempre interligadas, categorias opostas e complementares. O litoral, tido como berço da civilização, da educação, da modernidade enquanto sertão constituía-se em barbárie, de natureza bruta e inóspita.

Na segunda metade do século XIX, com a seca de 1857-1861, conhecida como a Fome de 60 e as intensas migrações dos sertanejos para áreas litorâneas em busca de sobrevivência, surge um novo entendimento sobre os sertões. Os novos posicionamentos políticos dos senhores de terra sobre a relação entre o público e o privado, direitos e deveres do povo e as cobranças de investimentos para os sertões, principalmente em períodos de grandes secas, renovam o conceito. A “ideia da distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores” seria “denominador comum dos vários significados atribuídos à palavra sertão”, integrando “o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista” (LIMA, 1999 apud NEVES, et al., 2003).

Nessa renovação do termo sertão, aproxima-se um dos discursos da época assinalando que era necessário investimento nos sertões para que o comércio em sua diversificação, pudesse sair de longas distâncias com um custo considerável, além disso, havia a cobrança constante do melhoramento das comunicações entre o litoral e o interior. Os discursos dos senhores eram pautados em tratar os demais moradores como diferentes – incivilizados – da mesma forma que os viajantes e litorâneos utilizavam no dualismo da civilização (senhores de terras) e barbárie (população pobre). Há fortes indícios nos discursos nas fontes analisadas, que a palavra sertanejo foi empregada apenas para aqueles que eram pobres e passavam necessidades em tempos de calamidades.

O sertão passou a ser o lugar da tradição e desse sertanejo mitificado de qualidades fascinantes no imaginário social reivindicado como parte da identidade nacional, caracterizando-se uma absorção

dos significados construídos ao longo do tempo, dando-lhe novos sentidos e “transformando “sertão” numa categoria essencial para o entendimento de “nação”” (AMADO, 1995, pág. 150). A partir da literatura, houve a mitificação do homem e da mulher do sertão, Lima (2013, pág. 98) acrescenta que o naturalismo literário funcionava como um veículo de construção da nacionalidade.

Nesse período, a seca passou a ser utilizada como discurso, tanto da literatura quanto da política, associada ao sertão para arrecadação de investimentos para a região norte, nesse momento, ela estava perdendo espaço econômico para o sudeste do império. A estiagem, entra nessa etapa como um evento apenas natural, um castigo de Deus, uma causadora de migrações, expulsando o sertanejo do seu querido lugar e despertando nessa nova identidade, o sentimento de saudades e vontade de voltar para a sua terra o mais rápido possível.

Vasconcelos (2010, pág. 36), afirma que o sertão foi ocupando lugar nos discursos dos pensadores brasileiros sobre a nacionalidade de forma ambivalente e por vezes contraditória, visto como cerne da brasilidade pura e ao mesmo tempo como mancha que dificultava o projeto de modernização e desenvolvimento urbano, gestado e implementado a partir do século XX. Mas, para entendermos a gestação de toda essa construção, faz-se necessário ir aos oitocentos onde o sertão ganhou suas primeiras características enquanto categoria de identidade nacional.

Nas vivências e convivências com os tempos de estiagem e em suas trocas de experiências, os sertanejos souberam aproveitar ao máximo a caatinga. Os chegantes – como coloca Raimundo Souza, pessoas que chegam de algum lugar longe do sertão – contribuíram a esta pesquisa com sua narração eurocêntrica, mas ao mesmo tempo enriquecedora sobre os aspectos da vida nos sertões.

Para Gonçalves (2000, pág. 25), havia um equilíbrio entre a presença da seca, suas consequências e as necessidades da população que não fazia apelo à caridade privada e de autoridades públicos, estranhos aos locais de ocorrência da seca, ou seja, o sertanejo sobrevivia como podia, invisível aos olhos das autoridades, até então, não havia uma demanda migratória notável para áreas longínquas ou fora do espaço do sertão em busca de trabalho.

Para Campos (2008, pág. 68) o agravamento dos impactos das secas se deu à medida que aumenta as populações das regiões sertanejas, depois da ocupação dos sertões, na primeira metade do século XVII, sem uma base de infraestrutura hidráulica ou estradas, formando uma sociedade vulnerável, que resultou na tragédia da seca de 1877 a 1879. Entretanto, como afirma Andrade (2017, pág. 23) formou-se também a resiliência das populações, ou seja, criou-se uma resistência aos períodos difíceis de secas nos sertões.

A presença da seca na Província da Bahia até então invisível, passou a ser visibilizada a partir dos relatos desses viajantes, por meio das descrições sobre a paisagem, o cotidiano dos sertanejos e seus mecanismos de sobrevivências. A interferência do estado imperial durante os períodos de secas, se manifestou timidamente em 1840, quando o Império tomou as primeiras medidas na formalização de leis para a concessão de recursos financeiros para às províncias: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba receberam benefícios derivados dessas leis, durante os anos de 1846, 1847 e 1848 (GONÇALVES, 2003 apud, AGUIAR, et al., 1983). Mas na Bahia a ocorrência das secas não proporcionou muitos debates entre as autoridades provinciais.

Historicizar os fatos e acontecimentos é enxergar como os pobres, por meio dessas pessoas, se fizeram ver. Isso se aplica quando se observa que o bioma mesmo que fosse seco, monótono dentre outros adjetivos utilizados pelos discursos das fontes era comum aos sertanejos, fazia parte do seu jeito de territorializar o espaço, se apropriar da caatinga era a forma de dominação e exercício de poder que as populações tinham para viver em lugares semiáridos.

Os capítulos da dissertação:

Esta dissertação aborda os diversos significados da palavra seca enquanto um conceito construído historicamente, interessa saber das suas evoluções e transformações ao longo da história sem deixar de analisar seu uso para a construção das principais ações públicas ocorridas na Província, ao mesmo tempo que analisamos como os sertanejos atuaram a partir de suas vivências e trocas de experiências.

A abordagem metodológica iniciará na análise da documentação do século XIX, a começar pelos Relatórios da Assembleia Provincial, Relatórios dos Presidentes da Província, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, Anais da Câmara de Senadores e Deputados arquivados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Projeto Lumia, hospedado no sítio do *Center for Research Libraries* e os diversos jornais baianos que criaram o cenário de significados e sentidos atribuídos às secas, assim como as cartas e ofícios que estão no Arquivo Público da Bahia, na seção Colonial e Provincial – Comissão de Socorros Públicos. Esmiúça-se os conteúdos dessas fontes sob perspectiva qualitativa, buscando interagir com o lugar de produção, o texto em si, o destino e o contexto histórico-social.

Este trabalho não busca tratar os sertanejos como vítimas ou heróis por enfrentar tempos difíceis, apenas pessoas comuns, empenhando suas forças na sobrevivência e convivência tanto em

épocas de escassez quanto de abundância. Preza por não utilizar o termo flagelado, considerando-o demasiado violento para quem o carrega. Opta-se por usar o termo emigrante ou retirante, mesmo que esse título oculte, como Cândido (2014, pág. 31) aplica no termo sertanejo, a identidade do indivíduo.

Designá-los como “sertanejos” às vezes sugere o encobrimento de suas origens étnicas, indígenas ou africanas, branca, negra ou mestiça. Mas eram de fato membros de uma população internamente bastante variada, com costumes formados desde matrizes culturais diversas (CÂNDIDO, 2014, pág. 31).

Identificar as pessoas que migravam a partir dos documentos como em relatórios, ofícios e anais, é difícil, pois são documentos mais gerais que não expressam detalhes da vida cotidiana. Nas listas de emigrados aparece o nome uma única vez de algumas das suas origens.

O ato de migrar é deslocar-se de um lugar a outro, de uma região ou país para outra localidade. O emigrante/retirante, termos encontrados nas fontes utilizadas, são aqueles que saem ou retiram-se de seus lugares naturais para outra região. Acrescenta-se mais uma explicação para o termo retirante, acarretando, também, na ação de retirar-se do seu local por conta de calamidades como a seca, em busca de trabalho e alimentação, entretanto, por vezes, opta-se por voltar ao lugar primário. Retirante ainda é utilizado para se referir aos nordestinos, principalmente os sertanejos que emigram para outras regiões do Império, e posteriormente do país, como meio de diferenciá-lo das demais pessoas que emigram de outras regiões.

Também se opta por intitular o termo colono-retirante para os migrantes das secas que estavam nas colônias nacionais, sejam elas formadas para tal ocasião ou aquelas que foram formuladas apenas para construir um tipo de trabalho substituto à escravidão e receberam os migrantes. As informações coletadas sobre as colônias agrícolas são encontradas em diversos documentos. No entanto, são dados um tanto superficiais pois são encontrados onde tem uma grande variedade de assuntos ou em pequenos relatos.

Falar sobre seca é refletir sobre a própria palavra, seu significado não se limita ao fenômeno natural de escassez prolongada de água. Mas do que isto, aponta para o inserimento de problemas socioeconômicos a sua simbologia. Por isso, analisar as ações públicas de enfrentamento às secas e seus efeitos na população sertaneja entre os anos de 1857-1888, na Província da Bahia, a partir da historicização das secas nos seus aspectos sociais e políticos na segunda metade do século XIX; investigando a atuação do Estado e as influências dos coronéis e autoridades locais, assim como observar seus impactos na população.

O primeiro capítulo “*Sob os olhos da Província: Silenciamentos e exposições sobre as secas na Bahia*” aborda como era percebida as estiagens e quais as posturas adotadas pelos diferentes governos da Província. Observou-se as repercussões e silenciamentos das notícias sobre as secas nos jornais veiculados na Bahia. Ademais, procura-se refletir sobre o que eram ações públicas e se elas de fato foram implementadas pelo Estado ou não passou de uma forma de assistencialismo no período que ocorriam as estiagens.

No segundo capítulo “*“Alívio do mal presente...”: As comissões de socorros e as ações públicas de enfrentamento às Secas – Parte I*”, investiga a ação dos regulamentos de emigração sob forma de controle social da população pobre, a migração dos baianos e cearenses pela província. Busca-se refletir como o Estado lidava com o poder dos sertões, qual o diálogo existente entre esses poderes, os limites e barreiras do poder estatal nos sertões. Além de fazer um panorama sobre os principais nomes que participaram das comissões de socorros e seus interesses em instigar ações públicas de enfrentamento às secas.

O terceiro capítulo “*“... ou a remoção para os futuros”: As comissões de socorros e ações públicas de enfrentamento às Secas – Parte II*”, é uma continuação da discussão do capítulo anterior e propõe o debate e a análise das ações públicas implementadas pelos Governos Provinciais no combate às secas (entre 1857-1888) a fim de entender o papel do Estado no aspecto geral, social e político. Destacando a abertura de colônias para os retirantes, principalmente as colônias Comandatuba e Jequiariá, e como o Estado enfrentava os diversos emigrantes que vinham de outras Províncias por conta da seca. Também busca entender como foram formadas as comissões e quais os papéis que ela exercia.

No quarto capítulo “*Não teríamos esmagado a hidra da seca? – A sobrevivência sertaneja e as soluções para a seca*”, procura-se aproximar dos personagens, indivíduos que estavam em migração ou procuravam resistir em meio às secas. A documentação presente no projeto, pouco diferencia, os sertanejos entre si, quando os nomeia é em um documento ou outro que não pode ser acompanhado. Mesmo que os pobres não possam ser nomeados em suas experiências individuais, aparecem algumas exceções e estas são tratadas na dissertação por terem mais fontes e mostrarem relevância sobre o tema. Este capítulo, também reflete como as ideias e opiniões sobre o enfrentamento às secas eram vistas e analisadas e como se dava as relações de caridade e trabalho.

Por isso, esta dissertação procura situar o leitor no contexto sociopolítico da Bahia na metade do século XIX para entender não só como a proibição do tráfico, a transição do trabalho escravo para o livre, o aumento de preços e a crise agrícola afetaram a província, mas também como as secas foram

usadas enquanto discurso e motivações para a construção de ações públicas e social. Todos esses acontecimentos devem ser vistos em conjunto, pois dimensiona a história baiana em um importante período de alterações políticas institucionais que culminaram na abolição da escravidão e no fim da monarquia com a implantação do regime republicano.

CAPÍTULO I

Sob os olhos da Província: Silenciamentos e exposições sobre as secas na Bahia

1.1. “A seca continuou indefinidamente e a fome apresentou-se aos povos do sertão em toda a sua horrível realidade”²

Em 1918, Antonino da Silva Neves escreveu ao jornal Bahia Ilustrada, estimando a chegada da seca de 1919 por meio de suas análises sobre a periodicidades das secas do século XIX, argumentou não ser coisa de sua inventiva e sim “o estudo local do fenômeno, a consulta dos documentos, raros, de nossa história, a crônica do sertão em quatro séculos de descolonização e povoamento; a tradição oral dos abaetes sertanejos”. Para ele:

Nos anos que terminam em – 3 – para os anos, cujo algarismo final é o quatro, é que se dão as secas menores, as estiagens brandas, precedidas da friagem doentia do sul, que aniquila os animais, as crises de um ano, no fim da terça parte do decênio, cortando, daí a dois treinados, agora com a força de um cataclismo, nos anos que se acabam em um nove, alongando-se pelo resto do decênio expirante, até a entrada do decênio novo, que se inaugura pelos aguaceiros torrenciais dos anos que findam em – um³.

Em sua argumentação a seca era um fenômeno natural no nordeste brasileiro, com tamanha gravidade que precisaria traçar apelos aos governos. Sua cronologia chamava a atenção para a intensidade de cada seca dentro do século XIX, afirmando que as estiagens de 1860 e a de 1890 foram as mais graves na Bahia e no intervalo entre essas grandes secas acontecia algumas de forma mais brandas.

Enquanto fenômeno multifacetado, as secas produzem impactos de diversas ordens: sociais, econômicas, políticas, institucionais e ambientais. Suas dinâmicas naturais não possibilitam o controle humano, mas admite intervenções para amenizar as consequências. Ciclicamente, prejudicam as policulturas agrícolas, reincidindo em anos consecutivos, seus efeitos comprometem a saúde, o trabalho e proporcionam as migrações, têm-se prejuízos na agricultura, mineração e pecuária. Os pequenos produtores autônomos carentes de meios para produzir a subsistência passam pela falta de trabalho e os desabastecimentos generalizados que culminam em fome, mendicância e migração.

² O Industrial: Jornal Político, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, edição 00503, pág. 02. [O Industrial : Jornal Político, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940)

³ Bahia Ilustrada (BA) - 1917 a 1933. Pág. 30. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940> Acessado em 04/06/2018

Segundo Almeida e Siqueira Pinto (2012, pág. 1136), o território baiano possui um grande potencial de recursos naturais e hídricos, como as chapadas, as serras que ajudam a atenuar os efeitos das secas, e acrescenta-se o Rio São Francisco e alguns outros rios como o Paraguaçu e o Itapicuru que não secaram durante muitas secas no século XIX. Mesmo com esses recursos ocorreram secas severas como a de 1823, a de 1860, 1890 e outras durante os séculos XX e XXI, impactando a população, ainda que existissem mecanismos de combate às secas depois de 1860 como a açudagem, a migração legal, a doação de alimentos e as colônias, os sertanejos continuavam à mercê.

Para Santos (2014, pág. 37), a transformação do fenômeno da seca em apenas um problema, hídrico e natural, negava a situação de penúria em que vivia a população, falava muito mais a respeito de uma estrutura social, política e econômica excludente e concentradora. Portanto, desviava-se o foco dos problemas sociais, que eram apenas agravados pela seca, para transformá-los em algo natural e intransponível” (SANTOS, 2014, pág. 37).

No decorrer dos séculos, várias estiagens foram vivenciadas pelos sertanejos, mas ela permanecia invisível diante do Governo Provincial. Gonçalves (2000, pág. 12) aponta que “as secas caracterizavam o ritmo do sertão baiano” e que os escritos produzidos sobre a ocorrência mostravam apenas a preocupação do governo com a perda da lavoura em detrimento aos demais problemas, como, por exemplo, a migração em massa dos sertanejos.

Até 1860, estavam restritas aos sertões, concebendo apenas como empecilho para as obras de construções de pontes e estradas – a estrada de Juazeiro a Feira de Santana e a ponte do Salitre –, provavelmente por conta da falta de transporte de cargas, de água e alimentos para os animais e trabalhadores, também era problema para a descida do gado ou da carne verde para a capital. “Era um jogo de forças recorrente” (GONÇALVES, 2000, pág. 15) disputado entre os sertanejos e a paisagem dos sertões.

Segundo Gonçalves (2000, pág. 25), havia um equilíbrio entre a presença da seca, suas consequências e as necessidades da população que não fazia apelo à caridade privada ou às autoridades públicas, estranhos aos locais de ocorrência da seca. O sertanejo sobrevivia como podia, invisível aos olhos das autoridades, até então, não havia uma demanda migratória notável para áreas longínquas ou para fora do espaço do sertão em busca de trabalho.

Para Pinho (2018, pág. 66), a Província baiana, no século XIX, se deparou com uma crise generalizada por conta das epidemias como a cólera morbos que em 1855 devastou o Recôncavo e regiões próximas, a circulação de moedas falsas, o baixo preço do açúcar no mercado internacional e

as várias ocorrências de secas. Essas intempéries, conjuntamente, causaram o aumento da inflação dos gêneros de primeira necessidade.

Na década de 1840, o Império formalizou os primeiros dispositivos legais para a concessão de recursos pecuniários às províncias em dificuldades provocadas por calamidades, dando margem a várias interpretações, inclusive a da seca (GONÇALVES, 2000, pág. 31). As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba receberam benefícios derivados dessas leis, durante os anos de 1846, 1847 e 1848. Mas, a ocorrência das secas na Bahia não proporcionava muitos debates entre as autoridades provinciais.

Em 1857, havia poucos indícios nos documentos oficiais sobre a grande seca ou a conhecida Fome de 60 que perdurou por quatro longos anos. Como visto, até então, a preocupação com a seca estava ligada ao abastecimento da capital, em 1853/54, foram tomadas medidas que tentaram prevenir o desabastecimento da capital por conta da estiagem. Talvez por perceber a seca como elemento de interação com os sertões, algo que até então pertencia a uma zona com características de aridez. Vista de longe, como coloca Gonçalves:

A seca estava restrita à categoria de intempérie climática, restrita às áreas semi-áridas e em equilíbrio com a paisagem do sertão, emergindo e retraindo-se dentro da organização social e econômica desse espaço; a não ser pelos contratemplos da descida de gados ao litoral. Um equilíbrio que se fragilizava cada vez mais e de forma irremediável, à medida que o século XIX decorria. (GONÇALVES, 2000, pág.35)

Os efeitos ambientais da seca contabilizam a falta de água, o aumento na temperatura e a perda da vegetação, principalmente aquelas árvores que serviam como alimentação para o gado e para a população. As consequências das secas iam além dessas, as sociais não se viam apenas quando ela estava presente, mas nos anos posteriores também eram sentidas.

Percebida somente quando a estiagem incidia sobre a natureza – animais, solo e vegetação. As secas tornaram-se incômodas enquanto problema social. Assim, “a seca e o retirante passaram a ser vistos como elementos importantes dos discursos e práticas políticas comprovando a necessidade de recursos urgentes que pudessem amenizar o quadro” (CASTRO, 2009, pág. 24).

Para além de compreender as causas das secas, este capítulo tem por objetivo analisar as repercussões nos jornais, os discursos e ideias dentro da Assembleia Legislativa e nos Relatórios dos Governos Interino da Bahia sobre secas, problematizando o significado das ações públicas no Estado oitocentista.

1.2. “Se a calamidade fosse passageira, se pesasse somente sobre um ou outro Distrito”⁴: As secas aos olhos dos Presidentes da Província da Bahia.

A presença da seca na Província da Bahia até então invisível, começou a ser visibilizada a partir de relatos e descrições em relação à paisagem do dia a dia de sertanejos e suas formas de sobrevivência. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba receberam benefícios derivados de leis que fizessem analogia compatível com as secas, durante os anos de 1846, 1847 e 1848. Mas a ocorrência das secas na Bahia não proporcionava muitos debates entre as autoridades provinciais ou na Assembleia Legislativa.

Em 1853, o então Presidente – João Maurício Wanderley – anunciou que o Governo Imperial formulou um Aviso de 08 de janeiro daquele ano autorizando despesas para que fizessem um estudo das causas das secas na Província e os melhores meios de minorar seus males, argumentando que este trabalho exigia tempo e profundos exames, “que não deixarão de ser feitos, logo que se ofereça oportunidade”⁵. Até a década de 1888 não foram encontrados vestígios deste projeto.

No Relatório do Conselho Interino da Província de 1853, Wanderley expôs razões pelas quais o fornecimento de carne verde estava tão cara, assim como os métodos para que o valor diminuísse: “Uma das causas, que na atualidade concorre para aumentar este mal, é a falta de chuvas, que tem assolado todas as fazendas de gado e as de lavoura”⁶ e por isso, depositava na Providência Divina a tarefa de acudir prontamente – “para o que todos lhe devemos dirigir nossas mais ferventes preces” – os sertões. Com tal argumento, o Presidente atribuía o dever do Estado em socorrer a população ao divino e ocultava as necessidades que os pobres estavam passando naquela seca.

Santos (2014, pág. 28) analisando a seca de 1932 infere que no caso dos jornais, as “primeiras notícias sobre a seca, os sertanejos atingidos diretamente por seus efeitos eram vistos como agentes passivos, que apenas se deixavam sofrer os desmandos de uma natureza cruel, de um meio inóspito a pedir misericórdia a Deus, para que este pudesse amenizar-lhes o sofrimento” (SANTOS, 2014, pág. 28). Acrescenta que “ideia de seca enquanto castigo divino era uma ideia recorrente” e que “o homem deveria, portanto, suportar resignado por saber que é pecador”. O que também era uma forma de negar as ações públicas enquanto dever do Estado, já que as estiagens apareciam como problema presente apenas nos sertões.

⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1853_00001, pág. 85. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

⁵ Idem, pág. 85

⁶ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1853_00001, pág. 85. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Até agosto de 1859, quando a câmara da Comarca de Rio de Contas começou a pedir medidas que “atalhassem os males provenientes da falta de gêneros alimentícios, motivada pela seca, que então se fazia ali sentir com grande intensidade”⁷ quase nada se falava sobre tal assunto. Lacerda (2008, pág. 33) explana no estudo sobre escravidão em Serrinha na metade do século XIX que a seca estava associada somente à categoria climática com restrição ao semiárido, encarada como um mal complementar às dificuldades que importunava a Província, como as crises alimentícias em Salvador que causavam tensões sociais entre os pobres.

Um dos indicativos de que seca incomodava os sertanejos estavam nas correspondências das autoridades locais enviadas ao Presidente da Província apontando que a ela disseminava os sertões “há mais de nove meses tem produzido tamanha escassez de víveres que a classe menos favorecida de fortuna que é aqui muito numerosa está reduzida a deplorável miséria”⁸ contou o delegado substituto Aristides Ferraz Moreira de Lençóis ao vice-presidente Manoel Messias de Leão.

Empossado em 28 de setembro de 1859, Herculano Ferreira Penna recebeu notícias do Juiz de Paz da Aldeia do Cachimbo, Antônio B. de Carvalho, que aquele “centro se acha atacado e uma fome e seca há pontos que já vai morrendo várias pessoas por falta da farinha que se acha por grande preço e não há”⁹. As cobranças ficavam cada vez mais intensas, pressionava-se o Governo Provincial para que ajudasse com mantimentos ou dinheiro. Constatou-se que desde agosto daquele ano a Comarca do Rio de Contas enviou ofícios pedindo medidas de remediação.

A partir das pressões sofridas por parte das autoridades da Comarca e possivelmente por entender a importância de Rio de Contas naquele momento – detentora de uma das melhores economias dos sertões e com nomes de peso no cenário político baiano –, deu início as primeiras medidas de ações públicas com a criação da Comissão de Compras por meio do Ato de 2 de novembro de 1859, mas instituindo regras apenas em janeiro de 1860.

Para Ferreira Penna, a seca não passava de uma crise alimentícia que poderia ser resolvida com a distribuição de gêneros e uma ajuda financeira para as vilas do Alto Sertão. Quando chegava a notícia que havia chovido, ele comemorava afirmando que “podiam autorizar a esperança de pronta e completa cessação da calamidade pelo benéfico efeito da continuação das chuvas, que já

⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00001, pág. 27. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

⁸ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

começavam a cair em alguns lugares”¹⁰. Mas, em janeiro de 1860 recebera informações “que acusavam a recrudescência do mal”.

Conforme os relatos e as cobranças iam aumentando, Ferreira Pena alegava que era motivo de constante desassossego e consternação, pois, a estiagem não estava presente apenas na Comarca de Rio de Contas e seus distritos, a falta de gêneros ou sua carestia deixavam esses lugares em extrema calamidade. Acreditava que:

Se a calamidade fosse passageira, se pesasse somente sobre um ou outro Distrito, se dependesse dos esforços e boa vontade da Administração a pronta remessa de víveres em quantidade suficiente para fazer cessar os sofrimentos de todos os necessitados, nem por um momento eu hesitaria em autorizar sob minha responsabilidade a despesa precisa, por estar certo de que o Governo Imperial aprovaria este procedimento ¹¹.

Enquanto a economia da Bahia não estava em um bom momento, tudo isso nas palavras do Presidente pareciam desculpas. O fato era que o sistema político monárquico do Brasil, limitava os poderes do Presidente da Província, segundo Matoso (1992, pág. 258) os presidentes “desfrutavam de grande liberdade de ação, mas, sendo funcionários essencialmente passageiros, não tinham condições de construir uma vida política consequente, o que implicava certa ineficácia” (MATOSO 1992, pág. 258). “E que essa falta de continuidade evitava qualquer ingerência mais profunda dos presidentes na vida econômica e social de cada região”.

A constante mudança de posto e residência impedia a criação de laços em um local, o arrefecimento dos laços com sua província natal e permitia a formação de uma visão nacional mediante o conhecimento dos problemas de várias regiões distintas. Ademais, forçava a manutenção de laços exclusivos com o Imperador, que se apresentava, então, como o centro irradiador das decisões. A exposição a diferentes problemas, em contextos sociais distintos aperfeiçoava as habilidades do mandarim, selecionando apenas os mais competentes (BARBOSA, pág. 19 apud MOURÃO FILHO; LIMA, 2010, p. 6276).

Observa-se nos relatórios da Assembleia Provincial que sempre que a Província dependia de uma verba estatal, mesmo que na Constituição estivesse explícito como no caso de socorros públicos, o chefe do executivo deveria pedir autorização ao Ministro do Império. Os presidentes provinciais tinham mandato de no máximo um ano e meio, como bem coloca Matoso em seu texto, muitas vezes não eram naturais da Província em que estavam atuando, isso acontecia para evitar criar raízes.

¹⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00001, pág. 28. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹¹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00002, pág. 05. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Quando entregou a Presidência da Província ao Antônio da Costa Pinto, teceu opiniões sobre a extensão do que chamou de crise alimentícia nas Comarcas do Interior. Reconhecendo a seca como crise somente no final do seu mandato. Ferreira Pena admitiu que a seca estava prejudicando os sertões e não atingia apenas a Comarca de Rio de Contas.

Chegava à conclusão que esta não poderia ser “removida por esforços humanos” e as “semelhantes remessas, servindo não tanto para melhorar realmente a sorte do povo, como para dar uma demonstração de solicitude do Governo, e sujeitando o Tesouro Público a despesas incalculáveis, não poderiam continuar por muito tempo”¹², na sua opinião, os esforços do Governo para cessar a crise era ineficiente, corroborando que a distribuição de víveres era pouco profícua e a disposição de dinheiro estava sujeita a diversos inconvenientes, como os altos fretes, os alimentos que chegavam estragados nas vilas e a possível corrupção. Era de comum acordo entre alguns políticos, proprietários de terras e de homens que deveria haver a emigração dos sertanejos, o alistamento militar para os moços e o trabalho dos retirantes em abertura de estrada e outros melhoramentos materiais nos momentos de estiagens.

A crise alimentícia não era, diretamente, consequência das secas, mas esta contribuía para a escassez. O discurso do Presidente contradizia a crise alimentícia quando em alguns momentos admite que se comprava “por mais cômodos preços” gêneros alimentícios em Salvador, e que “nos próprios lugares onde era maior a calamidade vendia-se os mesmos gêneros, e mais baratos por conta de particulares”¹³. Os preços dos gêneros alimentícios não estavam vinculados às secas, existiam vários motivos atrás do aumento, entre elas, a especulação do mercado. Segundo Pinho (2015, pág. 57), a carestia dos alimentos poderia ter sido provocada por diversos fatores (...), as secas, a cólera morbos teria contribuído para a desorganização do sistema produtivo, no entanto, (...) a compreensão lógica para o aumento dos preços se voltava também para as práticas especulativas de mercado (PINHO, 2015, pág. 57).

A carestia dos gêneros de primeira necessidade era o assunto que chamava a atenção, já que segundo a narrativa, a alta dos preços desses produtos era um mal que afetava a todas as classes, sujeitando a sociedade a sofrimentos imensos. No discurso de Antônio da Costa Pinto, a seca de 1860 se destacava pela longa duração – “uma seca tão permanente, de que não há exemplo na Província, quer quanto ao tempo de sua duração, e quer quanto aos resultados funestos que há produzido (...)” –¹⁴; a destruição

¹² Idem, pag. 06

¹³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 05. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁴ Idem, pág. 24

das grandes lavouras de cana e seu comércio; das pequenas lavouras de cereais e das fazendas de criação, generalizando-se pelos sertões e caracterizada pela carestia extrema dos gêneros alimentícios, pois a produção dos anos anteriores já tinha sido consumida e a dificuldade em transportá-los pelas longas distâncias acarretava em altos fretes.

Porém, mesmo atribuindo essas consequências às secas, Costa Pinto afirmava que existiam outros fatores para o aumento no preço dos gêneros. Em seu discurso na Assembleia Provincial, 1861, reconhecia o aumento do consumo, a distração para a grande lavoura dos braços até pouco tempo empregados no cultivo de mandioca e outros legumes, a perda de braços em consequência da epidemia de cólera morbos que a Bahia tinha sofrido e a irregularidade das estações.

Explicou ainda que o problema não se limitava a Província, “todo o Império estava com preços elevados dos gêneros¹⁵. “A cessação do tráfico de africanos, que não se cuidou de substituir oportunamente, deu o primeiro golpe na agricultura de quase todo o Norte, mais tarde veio a cólera morbos, e finalmente, três anos de seca, com que ainda lutamos, para destruí-la”¹⁶. Acrescentando que o “marasmo” e o “definhamento” da lavoura baiana se dava por causa da:

“falta de braços, que de dia em dia, mais sensível se vai tornando, não só pela mortalidade ordinária da escravatura, e pela extraordinária, que nela produziram, em grande escala, as epidemias da febre amarela, que se tem tornado endêmica, e as devastações horríveis da cóleras-morbos, mas também pela grande exportação anual, que se faz, de milhares de escravos para as Províncias do Sul (...)”¹⁷.

Costa Pinto argumentava que os escravos eram vendidos pela ausência de capitães nas propriedades, quitações de dívidas, “já tão aumentados com o gravame da usura”, ou para sustentar o custo das fábricas que ficaram “mais desfalcadas de forças e reduzidas a menor produção”, outro ponto importante para o Presidente era a dificuldade que a Província tinha com implementação de colonização estrangeira ou nacional por meio do trabalho livre, aquisições de maquinários e instrumentos de arado assim como “adoção de métodos novos de cultura, que estão em prática proveitosa em países, que nesse gênero nos podem servir de modelo”.

¹⁵ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 21-22. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁶ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 02-03 (146-147). Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 22. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

A perda de escravos na lavoura decorrente da cessação do tráfico internacional e da movimentação do tráfico interno, fazia com que proprietários os vendessem para não ter prejuízos, como confirma Pinho (2018, pág. 67), “muitos proprietários de escravos, na impossibilidade de sustentar os seus cativos, viram-se forçados a emancipá-los ou a vendê-los ao mercado ascendente do Sul do País”.

De acordo com Costa Pinto, a falta de estradas, pontes, canalização e navegabilidade nos rios também eram entraves ao progresso da agricultura e do comércio com os sertões, a ausência de capital e os estabelecimentos de créditos para investir na lavoura dificultavam a desenvoltura comercial e, assim contribuía para a carestia alimentícia. Em sua opinião, além dos motivos elencados, a falta de aulas de agricultura e sobretudo, a irregularidade das estações, como a “seca extraordinária e descomunal” que fazia três anos que devastou o interior tinha grande peso.

Sua postura é interessante, pois afirma que faltava a Bahia uma estrutura de ferrovias e estradas que reforçasse o comércio e ao mesmo tempo a ligação entre o litoral e os sertões. Ademais, reconhecia que o Estado devia proceder com os socorros públicos, isso não significava que precisasse se abster de a caridade privada como ver-se nas formações das ações públicas e em seu discurso perante a Assembleia Provincial.

Compreendi a magnitude da responsabilidade que sobre a Presidência pesaria, de sua parte houvesse hesitação, que é uma falta grave, ou negligência, que um crime atroz, quando a altos brados está a situação reclamando providências, quando se tratava, como se trata, de prover a salvação pública, que é de imperioso dever, que é de Lei suprema, deriva da natureza, e fins primordiais da organização social, e sancionada pelos ditames da Religião e de sã política”¹⁸.

No Relatório de saída da Presidência, afirmou que a província estava em “condições anormais” provenientes da seca, comprovando, mais uma vez, que antes da Fome de 1860, as ações de enfrentamento às secas na província não tinham a participação do governo baiano. A partir da gestão de Antônio da Costa Pinto, nos Relatórios dos Presidentes, não se divulgava mais a seca como Crise Alimentícia, mas como Estado Crítico do Interior da Província, Socorros Públicos ou apenas como Seca.

Em 1869/70, o Presidente da Província, Barão de São Lourenço, relevava que a seca impossibilitava a descida de gado para a capital e subtraía a receita da Estrada de Ferro do São Francisco e para além disso, as consequências das secas chegavam ao litoral com a diminuição da

¹⁸ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 25. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

produção da lavoura. A Bahia estava nesse momento imersa na construção das estradas de ferro e na implementação da navegação a vapor no Rio São Francisco, idealizados como progresso e modernidade, formas de transportes que começaram tardiamente na província. Esses dois objetos possibilitavam o comércio com outras províncias como Sergipe e Alagoas. A seca de 1870 é narrada nos Relatórios do Governo dentro das informações sobre as obras de navegações e da Estrada de Ferro sob o argumento da falta de água e pastagens para os animais que carregavam peças, sendo motivo para a paralisação ou prorrogação do prazo das obras.

Com a experiência da seca, o atual presidente que ao ter notícias sobre uma nova estiagem, providenciou socorros públicos nos moldes da Fome de 1860 com a abertura de créditos, envio de gêneros alimentícios e migrações para as Colônias Nacionais.

Em muitos engenhos do litoral a safra reduziu-se pela seca a menos de um terço, e em todos causou mais ou menos prejuízo, que se estendeu também às outras lavouras; tornando-se muito sensível a do fumo, que tendo tomado grande desenvolvimento a ponto de ter alguma vez excedido em valor a safra do açúcar, viu-se neste ano muito diminuída. A perda do gado tem sido extraordinária, no interior principalmente, e só no município de Monte Santo, que sem dúvida não é o mais considerável, li que os conhecedores da localidade avaliaram a perda de cabeças de gado vacuum excedente de trinta mil!¹⁹

Nota-se nas palavras do Presidente a tranquilidade e o controle da situação, pois este já tinha estratégias para lidar com tal problema, entretanto, mais uma vez a preocupação é apenas com os negócios, deixando de lado a população que com certeza estava sofrendo com a falta de água e a fome. Essa confiança era passada pelo fato de apenas dois municípios, Pombal e Monte Santo, terem solicitado os socorros públicos.

No Relatório de 1870, Barão de São Lourenço, reclamava que a obra da Estrada de Ferro andava lenta e que a seca impossibilitava o progresso baiano: “A seca de dois anos tem muito concorrido também para impedir o aumento razoável que se devera esperar da marcha atual de um país novo”. Na opinião dele, antes das secas, os Sertões proviam e movimentavam um comércio forte para a capital, entretanto, “observa-se, hoje, o contrário do que sucedia, importando-se pouco do interior, e para aí se conduzindo numerosas cargas de gêneros alimentícios”²⁰.

¹⁹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1869_00001, pág. 95. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 32. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Em 1872, o Presidente João Antônio de Araújo Freitas Henriques, no final do mandato proferiu opinião parecida com a do Barão acerca do comércio do interior.

A diminuição acusada nas mercadorias diversas, quase todas com destino da capital para o interior, indica que o centro tem experimentado melhoras sensíveis nas suas condições de vida, terrivelmente flageladas durante três anos por continuadas secas e estragos epidêmicos, visto serem quase todas as mercadorias em questão gêneros alimentícios. Em vez portanto de ser uma prova de decadência local, é antes um sinal evidente de que volvem de novo essas localidades a vida industriosa e ativa²¹.

Para ele, essa melhora estava ligada ao cessamento gradativo da seca em conjunto com a Estrada de Ferro que diminuirá as dificuldades de trânsito incentivando o lucro e a produção agrícola. É curioso perceber nesse tipo de documentação a total ausência do povo, o que dificulta encaminhar a pesquisa em um campo social que se sabe que existia, em outras palavras, descobrir as intenções para a população nas entrelinhas dessas fontes é um desafio.

Na coluna “Emigrantes das Províncias do Norte flageladas pela seca” do Relatório do Governo de 1878, informava que muitos retirantes cearenses estavam estabelecidos em Jequiçá e mais 780 “procedentes das províncias do norte” estavam no Arsenal da Marinha em Salvador. O Imperador deu passe livre aos retirantes das secas, o que incomodou bastante o Presidente Barão Homem de Melo: “Tendo o Governo Imperial resolvido que a esses infelizes se concedesse a liberdade de irem para onde lhes aprouvessem sem os sujeitar ao regime colonial, alguns se têm contratado com lavradores e proprietários para se utilizarem de seus serviços”²².

Observa-se a reação de desgosto do presidente ao ter que providenciar transportes para os retirantes, a liberdade dos migrantes era motivo de descaso, provavelmente muitos destes eram negros, por isso era inconcebível ao Presidente admitir que eles transitassem pela Província como pessoas livres. Desse modo, também fica a incógnita sobre se existiam escravos que estavam fugindo da seca de 1877 e estavam entre os grupos de migrantes, burlando as regras de emigração.

A postura do Barão Homem de Melo destoa dos demais Presidentes da Província, não só pelo fato de receber de forma hostil os emigrantes como também não efetuar socorros públicos para as Comarcas da Bahia que estavam em meio a estiagem. Enquanto a Associação Comercial entrava em cena para arrecadar dinheiro e outros donativos a favor dos retirantes. A associação era formada por nomes importantes na cena baiana, principalmente políticos conservadores.

²¹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1872_00001, pág. 13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²² Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1878_00001, pág. 43. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Achando-se depositadas na Associação Comercial diversas quantias, provenientes de subscrições promovidas em favor d'essas infelizes vítimas da seca, tenho lançado mão das mesmas quantias para pagamento do vestuário que mandei fornecer-lhes, aliviando assim os cofres públicos na continuação dessa despesa²³.

O governo baiano fez o papel de proporcionar passagens para os lugares que esses emigrantes quisessem ir, seja na Bahia ou para outra Província. Sendo que em nenhum Relatório de 1877/1878 encontra-se menção a seca na Província, somente nos ofícios e em alguns jornais das Comarcas é que aparecem as cobranças em torno dos socorros públicos.

No mapeamento sobre as secas nos Anais da Assembleia Legislativa, foram encontrados discursos ou menções pontuais sobre o assunto, geralmente ligados a outros temas como a mudança de sede de uma igreja ou no caso do aumento de imposto sobre a carne e a farinha em 1877. O Vigário Agripino em seu discurso para a Assembleia, questionava o aumento do imposto da carne recorrendo aos acontecimentos de 1860 para embasar sua retórica que segundo ele, até então a população de alguns lugares recorriam a migração em tempos secos por falta de aguadas e boas estradas que pudessem remediar as consequências das estiagens: “Senhor presidente, eu conheço alguns lugares no centro da Província dos quais o povo se retira para não morrer à sede, logo que há uma pequena seca, passando assim por grandes incômodos e sofrendo considerável prejuízo em seus interesses”²⁴.

Em uma discussão sobre preço, exportação e lei para regulação da farinha, os deputados baianos reconheciam a gravidade da seca do Ceará: “a princípio nós líamos e ouvíamos a aflição por que passava a província do Ceará; mais tarde não ouvíamos só, nem líamos, víamos, porque em nossas plagas a porta vão centenaes desses retirantes devorados pela fome e quase moribundos (...)”²⁵. Segundo o deputado Antônio Carneiro, até então só tinha conhecimento da situação da seca, o que chamava de “espetáculos”, quando a imprensa publicava ou nos portos.

Na Bahia, a seca perpassava, inclusive, pelo tema de elevação de vila à cidade, como no caso de Juazeiro.

O Sr. Juvêncio: – Agora mesmo, Sr. Presidente, e há quase um ano a esta parte, tem se constituído a comarca do Juazeiro centro dessa emigração considerável de nossos infelizes compatriotas, que, flagelados pela seca, ali vão procurar os recursos da subsistência.

O Sr. Adolpho Vianna:— E tem abrigado a muitos, graças à caridade pública²⁶.

²³ Idem, pág. 43.

²⁴ Anais da Assembleia Legislativa da Bahia – 1873-1887, pág. 02 (124) PER238961_1877_00004. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016

²⁵ Idem, PER238961_1878_00001, pág. 116

²⁶ Idem, PER238961_1878_00002, pág. 31

De fato, Juazeiro tinha um protagonismo importante no sertão sanfranciscano. Em 1877, era um dos pontos escolhidos como acesso à província baiana pelos migrantes, por sua divisão, com a província de Pernambuco, assim como a proximidade com o Rio São Francisco. A seca de 1877, na Província era mencionada pelos deputados baianos sempre em segundo plano, entrando na discussão sobre as disputas políticas entre os Pedras e Marrões em Macaúbas²⁷.

Em sessão na Assembleia, Carneiro da Rocha afirmou que a seca no Norte do Império era grave, mas na Bahia a estiagem não estava violenta, portanto, seu discurso admitia que alguns cantos da Província estavam sofrendo com a estiagem: “É verdade que a seca tem assolado as Províncias do Norte do Império; porém não tem sido tão grande em relação à nossa, não se tem feito sentir com tanta violência entre nós, tanto que o preço da carne não tem-se elevado a proporções desarrazoadas (...)”²⁸, mas sua importância era amena.

Já em 1883, o Vigário Agripino, agora, Cônego, observava que “as secas são infelizmente normais, o que tem diminuído consideravelmente a fortuna dos criadores, dos quais nenhum há que tenha hoje o mesmo número de rezes que possuíam há alguns anos”²⁹. Seu discurso favorece as indagações colocadas pela historiografia das secas: será que os senhores de terras, que movimentavam o comércio de gado, ficaram mesmo menos ricos depois que houve as implementações das ações de socorros públicos? Temos toda uma bibliografia afirmando que já havia secas no Império, na Bahia, desde tempos dos primeiros passos portugueses na América, então pressupõe-se que a alteração do discurso se dava pelo aumento de impostos sobre a carne e talvez pela angariação de recursos para os sertões, não necessariamente por conta das secas.

1.3. “Quem pode descrever os horrores da seca?”³⁰ As repercussões das secas nos jornais da Bahia

²⁷ Para mais conhecimento do assunto ver: FERREIRA, Elisangela Oliveira. Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008. 404 páginas.

²⁸ Anais da Assembleia Legislativa da Bahia – 1873-1887, pág. 41. PER238961_1877_00004. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016

²⁹ Idem, PER238961_00001, pág. 03.

³⁰ A Lei Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província (BA) -1875 a 1878, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817678&pesq=secca&pagfis=14> Acessado em 04/06/2018

Há pouca incidência de notícias ou de jornais que falem sobre a Fome de 1860 dentro da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não se sabe se alguns jornais ainda não foram digitalizados, assim como podem estar danificados ou não mais existirem. Outra possibilidade é a de os jornais terem silenciado a grande seca na Bahia.

Um desses poucos jornais a debater a seca de 1860 foi O Industrial (do negociante de açúcar e outras coisas, Manuel Teixeira de Carvalho Serva³¹) que publicou algumas matérias, em lugar de destaque, voltadas ao tema. Intitulada “O governo e a fome na Bahia”, o escritor fazia um panorama geral sobre a estiagem – “um dos flagelos mais horríveis, que podem afligir a humanidade”; “(...) manifestou-se com um caráter assustador” – usando de uma ideia comum entre alguns baianos, surpresa em ter uma seca de tamanha comoção na Bahia.

Uma mentalidade de longo prazo que, muitas vezes, perdura até hoje: “Há mais de um ano uma seca, talvez um exemplo entre nós, mesmo no Ceará, persegue as populações outrora felizes do sertão daquela província”³². Apesar da expressão “daquela província”, o autor refere-se a Bahia, possivelmente ele escrevia de fora da Província ao acrescentar que “(...) os víveres nos Lençóis e em outras povoações do sertão subiram a mais do décuplo de seu preço ordinário” e no parágrafo “as últimas notícias da Bahia a este respeito são verdadeiramente contristadoras”.

Segundo o texto, em poucos meses, as comarcas tiveram seu número de habitantes reduzidos, os estabelecimentos rurais foram abandonados por seus proprietários – rememorando nessa atitude o que acontecia antes da participação do governo nas ações de enfrentamento às secas. Os abastados, em tempos de secas, mudavam-se para a beira do Rio São Francisco, onde o acesso a comida e a água eram mais fáceis. Essa cultura de permuta pelos grandes fazendeiros dos sertões se dá desde o povoamento dos sertões, pois muitos compravam terras com vastas aguadas ou próximas aos rios. Provoca o interlocutor, questionando “se aqueles que viviam d’antes na opulência, ou em certa abastança tem sofrido, o que não terá sido das classes pobres de operários que tira a subsistência do seu trabalho cotidiano?” respondendo imediatamente que homens robustos que sustentavam sua família com facilidade foram reduzidos a “triste posição de mendigos”.

Mas, será que esses operários tinham facilidade de sustentar suas famílias antes da seca? Talvez o autor estivesse a falar de um sertão idealizado ou pelo menos dos sertões onde o sertanejo

³¹ Aparece 16 vezes no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA) - 1854 a 1863, como tipografo, negociante de açúcar e de fumo, secretario e guarda-caixa da Caixa Econômica, provedor da Santa Casa de Misericórdia, possivelmente de Nazaré, falecido em maio de 1878 (noticiado no jornal correio da Bahia, no monitor).

³² O Industrial Jornal Político Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817970&pesq=secca&pagfis=21>. Acessado em 04/06/2018

estava em uma relação paternalista e de proteção senhorial, que no auge das secas, são desmanteladas e modificadas. O escritor entende os sertanejos a partir do seu conhecimento de mundo, sua própria realidade figurada, talvez, em negócios de açúcar e fumo como era a vida de Manuel Serva.

Outro ponto que chama a atenção neste texto é a alusão ao futuro: “ninguém mais se preocupou com problemas do futuro”; “(...) perderam de todo a coragem e bem pouco poderão fazer para o futuro”. A repetição da ideia mostra que o locutor tinha uma preocupação com o que aconteceria com os sertões e sertanejos depois da seca de 1860, seja por ter seu espaço geográfico ameaçado por desconhecidos que vagavam à procura da sobrevivência, seja por sentimento de empatia com o outro. A sua esperança estava em depositar no governo da Província a salvação dos sertões: “é quando calamidade desta ordem afligem as populações que os bons governos por meio de sábias medidas aliviam os males do presente, e preparam um futuro risonho”.

Em contrapartida, acusava o governo imperial de não tomar providências contra a seca na Bahia, segundo ele “o governo, ou tem se colocado em uma criminosa passividade, ou tem tomado algumas medidas paliativas, ou mesmo, tem agravado a situação”. Acrescentando que a viagem imperial a Bahia apenas representou “consequências da seca, em vez de ser um benefício, foi um mal, como os baianos compreenderam”³³. Entretanto, não só o governo do Império não estava atuando perante a seca, como o baiano demorou a reconhecer que a Província precisava de ações para lidar com a estiagem.

A Grinalda (1869) de Cachoeira, relatava que o Arcebispo de Salvador, “compenetrando-se da sorte de nossos infelizes irmãos do Monte-Santo” que estavam sendo assolados pela estiagem, doou 1:000\$000 réis “para ser distribuído por essa classe pobre, que só e unicamente é lembrada em tempo de eleições”³⁴. Segundo o jornal, somente Deus poderia revogar os sofrimentos e a crise assustadora que o povo sofria, enquanto aponta que a população do interior só é lembrada na eleição. A postura que “A Grinalda” tinha era destinada a um público específico, pois no século XIX nem todo mundo podia votar.

Dados os elogios a atitude do arcebispo, outro jornal – Arco da Velha – tecia críticas ao clero baiano, ao escrever uma coluna dedicada ao Arcebispo D. Joaquim Gonçalves de Azevedo defendendo algumas de suas posturas, incentivava que o religioso fizesse com que o clero

³³ Idem, pág. 01

³⁴ A Grinalda Periódico Litterario e Recreativo (BA) 1869 a 1870, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819077&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=61> Acessado em 04/06/2018

compreendesse as virtudes teológicas. Pressupõe-se que uma delas seja a Caridade em favor dos cearenses.

(...) nessa quadra aflitiva para o país, que vê algumas das suas províncias a braços com os horrores da fome proveniente da seca que tem esterilizado vastos territórios, outrora tão férteis; quando todas as corporações, inclusive as maçônicas, promovem subscrições em benefício dos desventurados que padecem os efeitos desse flagelo, o que tem feito o clero? Nada!³⁵

Ao cobrar tal postura do clero, Grinalda, implicava de um lado apelar para a caridade da igreja em socorrer aos retirantes, assim como a igreja persuadiria sua comunidade a ajudar. De outra forma, não chamou ao movimento o governo provincial, que tinha o dever de aplicar ações públicas.

O silenciamento dos jornais acerca das secas na Bahia concorre para a interpretação em que os grupos políticos que manobravam os periódicos ou não admitiam a perda da imagem opulenta da Província ou por descaso e desinteresse em problematizar e cobrar ações sobre o assunto perante a sociedade. Focavam nas notícias que chegavam das Províncias do Norte sobre as secas e sustentavam, muitas vezes, a ideia de uma Bahia fora da zona das secas. Segundo Santos (2014, pág. 26) “esse lugar é o lugar de quem escreve, um lugar que dá legitimidade. Além do mais, é importante perceber que havia por parte da imprensa a tendência a alterar a frequência de determinadas reportagens, conforme as necessidades políticas”.

O trecho retirado do jornal *A Lei: sob os auspícios do funcionalismo público (1875-1878)*³⁶, chamava a atenção para o contexto em que se encontrava o interior da Província do Ceará, especialmente o Alto Sertão.

Se a guerra é lamentável pelo grande número de vítimas que faz cair ao golpe cruel de seu braço desumano; se a peste expande o terror, invade o limiar da família para desorganizá-la, ceifando desde a criança, que é o divertimento e a esperança, até o velho a quem esta sustenta e arrima; de certo que a seca não é menos cruel e terrível em sua marcha incruenta, porém das maiores penas, aflições, dores e extermínio.
Algo impiedoso, não tem coração.
Oh! que quadro medonho!³⁷

³⁵ O Arco da Velha, 1877, pág. 10-11. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817864&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=2> Acessado em 04/06/2018

³⁶ Foram feitos 1000 exemplares desse número, o jornal não divulgava alguém responsável pelo jornal.

³⁷ *A Lei Sob os auspícios do funcionalismo público desta Provincia (BA) -1875 a 1878*, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817678&pesq=secca&pagfis=14> Acessado em 04/06/2018

Comparava a seca com a guerra e a peste, no intuito de convencer o leitor usando palavras como: “aflições”, “cruel”, “terrível”, “dores”, “extermínio” – que causavam impactos e implicava na sensibilização e comoção, uma obra de arte como ele mesmo diz “quadro medonho” na imaginação do interlocutor, um cenário digno de pena e caridade. Levava em conta, para maior percepção de quem o lia, a destruição da família que desde a criança até o idoso sofriam os golpes da seca. O discurso d’A Lei também colocava a seca como algo que contagiava e ia se multiplicando por outros sertões, em outras palavras, como se a seca nascesse no Ceará e fosse se espalhando para outras Províncias:

A seca assola aquela província e estende-se pelo sertão de outras, e até pelos da nossa cara Bahia”. (...) “no alto sertão, sem vias de comunicação, sem prontos socorros, sem esperança de encontra-se alívio, sentirem todas as garras da fome a lhes corroerem as entranhas! Maldita aflição!³⁸

Sua pintura não estava descrevendo a seca na Bahia, apesar de reconhecê-la, mas a do Ceará, especificamente o Alto Sertão. Diante desse texto, pode-se inferir que o jornal tinha a intenção de destacar os acontecimentos naquela província e influenciar a opinião baiana sobre os retirantes que chegavam, convencer a população a fazer doações para o Ceará. Além disso, deixou a entender que as consequências da mesma seca na província baiana eram mais brandas.

“Quem pode descrever os horrores da seca?”, esse questionamento colocado no meio do artigo d’A Lei não é respondido no decorrer do texto, mas demonstra que a mídia podia (e pode) exercer um papel educativo ou de registro dos fatos históricos, implicando em um exercício de poder ao escolher o que publicar, como publicar e a quem direcionar. Os jornais não são meras fontes de informações, neles podemos captar um discurso voltado para um público específico ou tentativa de persuasão e formação de opinião. Ademais, a imprensa do século XIX, em sua grande parte, pertencia a partidos políticos ou a elite, que por sua vez utilizava-o como meio de dominação social.

Segundo Bakhtin (1981, pág. 84) “toda palavra comporta duas faces, (...) ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém, “essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso” (BAKHTIN, 2004, p. 146).

³⁸ A Lei Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província (BA) -1875 a 1878, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817678&pesq=secca&pagfis=14> Acessado em 04/06/2018

Foram analisadas várias páginas do jornal Correio da Bahia entre os anos de 1873-1878, as citações sobre a seca só começam a aparecer no meio do ano de 1877 e uma das primeiras descrições que abre o jornal é a notícia de que a seca estava devastando as Províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A fome obrigando a emigração de grandes massas, armando o braço ao necessitado, e atenuando, se não escusando, o crime; a miséria acometendo a um tempo populações inteiras, tornando desta arte entre elas mesmas escassos os lenitivos da caridade; a morte na desesperança de meios de salvar a vida, e isto não em um indivíduo, mas em dezenas, em centenas e talvez milhares; não sabemos que quadro possa haver mais aflitivo, e que coração consiga testemunhá-lo sem emoções³⁹.

Mais uma vez a seleção de fatos feita pelos jornais, delimita o que pode ou não pode ser publicado. Nesta mesma edição, uma correspondência particular escrita do Recife resumia as notícias importantes – seleção de fatos –, entre elas, informava que o interior da Província estava sofrendo com a seca, pois, “a lavoura está destruída, toda plantação é impossível, os campos estão abrasados, o gado morre e o povo deserta espavorido diante de tão lúgubre espetáculo!”⁴⁰.

Segundo o correspondente, não identificado, fora montada comissão de socorros para distribuir gêneros alimentícios e muitos particulares já estavam engajados na caridade. A repercussão da seca do Norte não era tema apenas para os jornais da Bahia, as réplicas das notícias dos jornais como O Comércio do Rio de Janeiro, demonstravam as dimensões que o assunto estava tomando no Império. A imprensa funcionou como um meio de divulgação de informações, de reivindicação de ações, lugar de “fazer política”, também espaço para a realidade se transformar em literatura (BARBOSA, 2018, pág.100).

Enquanto a fama da seca do Norte crescia entre os jornais, o Diário de Notícias se limitou a reportar ofícios trocados entre o presidente da Província e a Câmara Municipal a despeito dos preços da farinha e carne verde que já estava novamente alcançando altos preços e o argumento utilizado ao responder era que a seca teria atingido a Província e os municípios que forneciam farinha estavam importando de outros lugares. Enquanto dava uma satisfação ao governo sobre a farinha,

³⁹ Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) -1871 a 1878, pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=303488&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=69> Acessado em 04/06/2018

⁴⁰ Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) -1871 a 1878, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=303488&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=69> Acessado em 04/06/2018

encaminhava cobranças sobre notícias da carne verde que também sofrera com a seca à Associação Comercial.

Os estudos de Pinho (2015, pág. 150-151) sobre o comércio baiano deixa evidente que o aumento no preço da farinha e da carne se dava por muitas circunstâncias e que comerciantes que participavam da Associação estavam diretamente ligados à manipulação de preços. Segundo o autor, o presidente Homem de Melo “denunciou a existência do monopólio com desvio dos alimentos no ato da compra, (...) se mostrando disposto a enfrentar a usura destes comerciantes que se beneficiavam da concorrência desigual, acreditando que assim, visava proteger as classes menos abastadas” (PINHO, 2015, pág. 151-152).

Para a Câmara, a opinião da Associação era que ela considerava natural a ajuda em tempos de estiagem das Províncias do Sul: “Parece-lhe, porém, que a crise não é duradoura e que diminuirá ou talvez desapareça com os suprimentos que chega naturalmente das Províncias do Sul”⁴¹. Talvez, a Câmara estivesse se referindo ao comércio entre as Províncias, já que com a falta desse gênero na Bahia, a tendência era que o produto ficasse mais caro e que houvesse uma maior interferência dos atravessadores, ou simplesmente, com as ocorrências das secas e a atuação da caridade privada em relação a esse tipo de problema, acomodou-se na dependência da caridade para ajudar os necessitados. Por outro lado, a disputa entre a Câmara e a Associação poderia implicar que, de acordo com o órgão municipal, a entidade comercial entendesse que a seca era algo comum e que não interferia no preço destes gêneros na praça da Bahia por receber doações de outras províncias.

A Associação Comercial, por sua vez, publicou no Jornal da Bahia (1869) que não podia deixar de “conservar-se silenciosa ante dos poderes do Estado” explicando que havia diversos motivos para a crise que a Bahia passava, principalmente relacionada a falta de investimento no comércio. Para ela, a falta de créditos não era necessariamente por conta da seca ou da guerra. Era fato que esses dois motivos contribuíram, “tem a máxima parte nesta calamidade, embora atribuída a causas diversas”⁴², mas não eram os principais.

Inquire-se que a crise a qual a Bahia estava relacionada desde metade do século XIX, talvez pudesse ter sido intensificada com a seca e a guerra do Brasil com o Paraguai, mas não as causas principais, o discurso empregado no decorrer dos anos sobre não ter dinheiro para os socorros

⁴¹ Diário de Notícias 1876 a 1909, pág. 1. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098167&pesq=secca&hf=memoria.bn.br> Acessado em 04/06/2018

⁴² Jornal da Bahia 1855 a 1877, Nº 4924 pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815063&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=13> Acessado em 04/06/2018

públicos ficando à mercê na maioria das vezes da caridade privada requer mais atenção e desconfiança, pois pode estar ligada a um discurso para arrecadar dinheiro do Império sob o argumento da seca como mal que destruíra a Província.

No mesmo jornal, encontram-se notícias do interior da Província sobre a vila de Remanso, em uma carta de particular relatando que a seca continuava naquela localidade, mas as consequências alimentícias ainda não eram alarmantes. Por meio do rio São Francisco, a vila recebia gêneros da Província de Minas Gerais “onde o trabalho agrícola tem um tal desenvolvimento, que chega ao ponto de abastecer grande parte da população das margens deste rio de São Francisco, donde é também exportada grande quantidade desses gêneros para a província do Piauí que nos é limítrofe”⁴³. Portanto, o comércio dos sertões sanfranciscanos fluía em parceria com as Províncias limítrofes ou mais próximas daquela região, já que a capital baiana ficava a léguas de distância, não conseguindo suprir de imediato as populações que sofriam com a seca.

As análises dos jornais partem de recortes específicos e não do jornal como um todo: analisou-se as colunas onde se encontrava as opiniões de quem escrevia os periódicos e das notícias de outros jornais do interior da Província reproduzidos por esses jornais. Possivelmente, nem todos os periódicos locais estão digitalizados pela Biblioteca Nacional ou em boas condições de uso, por isso, utiliza-se notícias cópia alguns periódicos que vez ou outra noticiavam as secas.

Um dos jornais que mais emitiu opiniões sobre as secas foi O Monitor, propriedade de uma associação e administrado por Eduardo Pereira Mandacaru⁴⁴, existiu entre as décadas de 1876-1881. Esse jornal foi um dos quais mais informou sobre a seca de 1877, em algumas matérias curtas intitulada “Seca nas Províncias do Norte” divulgava as arrecadações financeiras feita na Bahia para o benefício das vítimas das secas, principalmente no Ceará; outro recorte retrará as matérias referentes a Fala do Trono; seus artigos de opinião vinham em destaque na capa.

Na matéria sobre as secas nas Províncias do Norte, noticiava-se as doações feitas pelos baianos que não eram apenas da capital, mas também do interior – Alagoinhas, Minas do Rio de Contas, Lençóis, Cachoeira, Juazeiro, Nazaré – que se mobilizaram para ajudar mesmo que alguns desses lugares estivessem sofrendo com a estiagem.

⁴³ Jornal da Bahia, N° 4924, pág. 01-02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815063&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=13> Acessado em 04/06/2018

⁴⁴ Em 1872 foi administrador da tipografia dos Órfãos de São Joaquim e ao que tudo indica era natural da Freguesia de Santana, era eleitor daquela vila e fez parte da Junta Paroquial.

No artigo “A Fala do Trono”, o jornal transcrevia os discursos do Dom Pedro II na Câmara dos Deputados, nem sempre dava destaque na posição do texto impresso, mas quando respondia a transcrição era a primeira matéria. Em 1877, chegando de uma viagem aos Estados Unidos e a Europa onde procurou manter relações com as “potências estrangeiras”, o Imperador proclamou em seu discurso elogios a boa índole do povo brasileiro cujo respeito às instituições governamentais proporcionavam a manutenção da ordem naquele momento conturbado que as províncias nortistas passavam. Referia-se competência dos deputados quando dizia que “com o vosso concurso, e auxiliado pela caridade particular o governo tem sido solícito em acudir as Províncias do Norte do Império vítimas desde algum tempo do terrível flagelo da seca; e não se descuidara dos meios de prevenir, quanto for possível, no futuro os efeitos de tamanha calamidade”⁴⁵.

Na opinião d’O Monitor, o discurso versava uma gravidade nas palavras e um pudor nas ações ofendendo a moralidade dos baianos: “A fala do trono não guardou sequer o respeito às conveniências; dirigiu-se ao país com a linguagem de quem trata com crianças”. Para o periódico, aplaudir a Câmara pelos auxílios voltado ao Norte e o orçamento geral era louvável, entretanto “descrer do senso crítico da nação, ou acreditar que nessa terra é a ingenuidade o vício predominante do espírito público”⁴⁶ seria um erro. A crítica tecida pelo O Monitor é que a Câmara fez seu papel básico e nada mais além disso. Naquele momento, o Império passava por uma crise financeira, mudanças nas formas de trabalho e a produção agrícola estava em dificuldade, isso justificava o tom de inquietude na publicação.

Em 08 de novembro do mesmo ano, o periódico publicou um pequeno excerto do jornal, A Verdade de Alagoinhas, relatando que em Tucano, a seca e a fome estavam invadindo aquele sertão, “diante dessa perspectiva não se movem os especuladores, e para aqui correm em chusma os atravessadores da capital a comprar a farinha e mais gêneros de primeira necessidade, elevando seu preço ao ponto de que, em breve, os desfavorecidos da fortuna sentirão os funestos efeitos da miséria”⁴⁷, segundo o noticiário, os negociantes e o povo daquela vila vendiam os produtos aos atravessadores concorrendo para sua própria miséria.

⁴⁵ O Monitor, 20 de outubro de 1877, N° 117, pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

⁴⁶ Idem, pág. 01.

⁴⁷ O Monitor, 20 de outubro de 1877, N° 132, 08/11/1877. Pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

No panorama sobre a estiagem na Bahia, O Motor de Feira de Santana informava que não chovia a meses na vila de Urubu. O Progresso de Cachoeira cobrava o término do açude, assim como ações do governo para mitigar a seca naquela localidade. A Folha d'O Rio de São Francisco noticiava que a quase nove meses não chovia no Médio Sertão, em Juazeiro e Remanso recebiam mais de 2 mil emigrantes cearenses.

A Ordem, periódico de Cachoeira anunciava que em Capim Grosso, além da seca e da emigração cearense, a epidemia da “febre de mau caráter acompanhada de diarreia”⁴⁸ fazia vítimas, para o correspondente jornalístico rogar a providência divina e pedir ao governo que não os esquecesse era o que deveria se fazer. Em outra edição do jornal, o correspondente advertia que as informações sobre a localidade incomodariam e sensibilizariam o periódico, informando sobre o preço dos gêneros, a emigração, a permanência da seca e a adaptação alimentícia da população.

O autor reagia a situação com sentimento de solidariedade dizendo “eu, por certo, abismo-me com estas coisas, para mim novas: nunca vi ninguém perecer de fome, e, portanto, horrorizo-me”. De alguma forma, não lembrava ou presenciou a seca de 1860, porém essa argumentação pode ter sido escolhida para manter a atenção dos periódicos sobre a situação e as cobranças de atenção do governo. No trecho “Seca no Sertão”, divulgou um pedaço de uma carta publicada – de Monte Santo – no periódico Jornal da Bahia que expõe as gravidades da seca: “tenho o espírito profundamente abatido diante do triste espetáculo da seca terrível que continua a flagelar estas infelizes regiões, onde, para a agravação da calamidade, vejo com muito pesar que a rudeza do solo se associa a clássica indolência dos povos”⁴⁹.

Essa afirmação sobre os sertões, coloca diante do confronto que Santos (2010, pág. 350) faz em seus estudos sobre as fronteiras dos sertões baianos. Em sua documentação, encontra-se, dois sentidos de sertões propostos pelo locutor, ou seja, a distância em que o interlocutor está pode influenciar no seu discurso sobre os sertões. Para o historiador, quanto mais próximo do sertão estava do autor do documento, mais ele se rendia à percepção de um sertão árido de gente incivilizada. E nesse caso, a carta aqui apresentada remete a um território próximo dando a percepção adjetivada, além do mais, o autor associa os sertanejos ao incivilizado e à rebeldia. Barbosa (2018, pág. 107) aponta que “o uso da imprensa no mundo de poucos letrados era um fator de distinção social e uma amostra de poder”.

⁴⁸ Idem, N° 166, 19/12/1877. Pág. 01

⁴⁹ O Monitor, N° 237, 16/03/1878 pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

Além disso, um dos discursos da época assinalava que era necessário investimento nos sertões para que o comércio em sua diversificação, pudesse sair de longas distâncias com um custo considerável; havia a cobrança constante do melhoramento das comunicações entre o litoral e o interior. Os discursos dos senhores eram pautados em tratar os demais moradores como diferentes – incivilizados – da mesma forma que os viajantes e litorâneos utilizavam no dualismo da civilização (senhores de terras) e barbárie (população pobre). Há fortes indícios nos discursos nas fontes analisadas, que a palavra sertanejo foi empregada apenas para aqueles que eram pobres e passavam necessidades em tempos de calamidades, conceituando assim em um exercício de poder. Ademais, escrever ao jornal defendendo os sertões, não queria dizer que ele se identificava como sertanejo.

Em 15 de novembro, de 1877, O Monitor trouxe em sua página principal a matéria “A seca na Bahia”, um texto que recordava os efeitos da Fome de 1860 e a contribuição da caridade privada, revelando que houve muitas doações e ao findar a seca “ainda tinha nos cofres dinheiro que fora ofertado para as vítimas da seca”. Para ele, o dinheiro, deveria ter sido usado para “minorar as causas do mal, ou tornar menos funestas suas consequências e mais fácil seu alívio; não se construíram, não se aplainaram as estradas – o dinheiro foi aplicado a estabelecimentos pios, que criamos ainda não se fundaram”. Esses estabelecimentos citados pelo jornal trata-se das Casas de Misericórdia criadas depois da estiagem em várias Comarcas da Bahia, em outras não se sabe o que foi feito com o dinheiro distribuído pelo governo.

Surpreso, o jornal adverte que a Província podia ficar deplorável com esses “desastres que assolaram e assolam ainda algumas Províncias do Norte” e aconselhava ao governo acudir com o seu braço poderoso, mesmo que a Bahia estivesse em dificuldades e as distâncias atrapalhassem a prestação de socorros. Ademais, fazia-se necessário “acumular recursos para o momento oportuno”. Minorava a responsabilidade do governo provincial ao tratar que esta estava “sobrecarregada com a emigração e a colonização de nossos compatriotas os cearenses, e deve, em honra de sua clássica hospitalidade, cuidar que nada lhe falte”⁵⁰.

Em uma exposição na Câmara da Assembleia Legislativa, em 1873, na votação do projeto de restauração da Santa Casa de Misericórdia de Lençóis, o deputado Cezar Zama⁵¹ lembrou a

⁵⁰ Idem, Nº 138, 15/11/1877 pág. 01.

⁵¹ Aristides Cezar Spínola Zama. Nasceu, a 19 de novembro de 1837, na cidade de Caetitê, Bahia. Seus pais eram o Dr. Aristides Zama de Faenza e D. Rita Sofia de Azevedo Spinola. Diplomou-se em medicina, em 1858. Ingressou na política, pelo partido liberal. No império foi deputado provincial e geral pela província da Bahia. Em 1890 foi deputado à constituinte da república e em seguida deputado federal. Nos primeiros tempos da república fundou e dirigiu o “Pequeno Jornal”, órgão de combate. Na cisão do partido Republicano Federalista ficou com os Gonçalves. Faleceu em 21 outubro de 1906. (CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. *Cícero Dantas Martins - de barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia (1838- 1903)*, pág. 348

devastação da seca de 60 e as medidas tomadas pelo governo explicando que dessas ações, restaram em dinheiro 30 contos de réis que o Augusto Chaves, Presidente em exercício, em 1862 distribuiu para algumas Vilas, na intenção de construir casas de misericórdia e asilos.

O sr. Augusto Chaves, não sei se 3º ou 4º vice-presidente, então em exercício na administração da província, distribuiu esse dinheiro da maneira seguinte: 10 contos para um asilo de misericórdia em Jacobina ou Vilia nova; 10 contos para os Lençóis; e 10 contos para Santa Izabel do Paraguassu. Não posso afirmar se na primeira, e última destas vilas chegou à realidade a ideia da presidência⁵².

No que Zama insiste é que o dinheiro utilizado para comprar a casa de misericórdia em Lençóis foi comprado o edifício no valor de 3 contos de réis e funcionou até certo tempo, o restante do dinheiro foi dado a juros, questionado pelo Deputado Jacome Martins Baggi, respondeu que a mesa da Casa de Misericórdia tomou a decisão. Mas com a alta migração das populações das lavras diamantinas toda vez que havia baixa de trabalho, o dinheiro se perdeu, geralmente nas mãos de pessoas conhecidas que não cumpriram os pagamentos. Por conta desse tipo de situação, talvez a cautela e a desconfiança dos Presidentes da Província ao socorrer as Comarcas com dinheiro, era de grande relutância.

Segundo o Regenerador, a seca nas Províncias do Norte, refletia em outras províncias, no caso da Bahia “o aumento por milhares de consumidores de gêneros alimentícios: sem nada produzirem, a alimentação deles vai saindo de outras províncias, como a farinha, o milho e o feijão, que deste município – Nazaré – tem sido exportado em grande escala pela especulação comercial; sente-se falta no mercado e de uma outra feira eleva o preço, causando receios de que nos venha a faltar⁵³. Enquanto no Jornal da Bahia, da vila de Remanso a opinião era que “a seca que aqui vamos experimentando não era menos aterradora que a do Ceará”⁵⁴.

Em algumas correspondências publicadas pelo jornal O Monitor (1878), relata o estado de miséria que as pessoas estavam: “Indivíduos com as faces descarudadas e cobertas de trapos, eis o que se vê a todo instante pelas portas e estradas, procedidos de numerosos filhinhos, que às vezes caem

⁵² Anais da Assembleia Legislativa da Bahia, 1873 –1887, Per238961_1874_0001, pág.61. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016.

⁵³ O Monitor, N° 251, 03/04/1878. Pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

⁵⁴ Idem, 26/04/1878 N° 269. Pág. 01

mortos pela fome que os devora”⁵⁵. As doenças que eram consequências da má alimentação também estavam presentes: “Além de diarreias, disenterias, pleurisias e pneumonias, reina a febre tipoide, que vai fazendo algumas vítimas”⁵⁶. Essas descrições vinham das vilas de Remanso, Minas do Rio de Contas demonstrando que a seca se fazia presente no Alto Sertão e no Sertão do Médio São Francisco, assim como no Piemonte do Paraguaçu.

Coloca-se em questão, nesse momento, a violência e os saques. Poucos documentos falam sobre essa questão, parece-nos que há uma ocultação proposital em torno do assunto, principalmente tratando-se dos próprios migrantes baianos. No Monitor, um correspondente da vila de Camisão coloca que “o acervo de pessoas estranhas existente nessa cidade em consequência da crise da seca vai produzindo os terríveis frutos que tem experimentado outros lugares da província – Juazeiro, Vila Nova etc., onde os emigrantes cometem assassinatos para roubar qualquer ninharia”⁵⁷. Talvez haja aqui um tratamento hostil por parte do autor para com os migrantes de outras províncias. Ele coloca em xeque uma passividade que possivelmente não existisse na vila, em outras palavras, culpa os emigrantes pela instauração da violência em Camisão.

Em meados de 1878, o jornal Monitor rompeu suas relações com a administração provincial de Homem de Melo, declarando que preferiam “mil vezes uma guerra aberta”⁵⁸ ao referir-se aos atos executados a partir de uma política liberalista do Presidente. As acusações do periódico perpassam por demissões de pessoas contrárias às ideias liberais e o avanço da violência em algumas vilas “pseudoliberais” que apoiavam o governo.

Barbosa (2018, pág. 109) chama a atenção para os periódicos como sendo um terreno de tensões, lugares de disputas ideológicas e discursivas. Os interesses envolvidos nos jornais, nem sempre estão expostos nas suas páginas, vários outros fatores respondem pelos seus interesses (BARBOSA, 2018, pág. 109). Interesses esses que partem de diversas áreas, seja ela financeiras ou ideológicas. Depois do rompimento, muitas matérias do jornal criticavam ou cobravam o governo.

Na publicação “Seca em Juazeiro” acerca da situação em que se encontrava não só a comarca de Juazeiro, mas toda a região do médio São Francisco, assim como a do baixo São franciscano até divisa com Minas Gerais. A publicação questionava o porquê de não ter prevenido a seca na Bahia antes que ela se agravasse, na carta que complementa a manchete comenta-se em saques entre a vila

⁵⁵ O Monitor, Nº 269, pag. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

⁵⁶ Idem, Nº 278. Pág. 01

⁵⁷ Idem, Nº 281 10/05/1878, pág. 01

⁵⁸ Idem, Nº 250, 02/04/1878. Pág. 02

Nova da Rainha e o Juazeiro, mortes por causa da fome e doenças. Alertam sobre a grande quantidade de migrantes sertanejos naquela região. Nesta mesma matéria, o jornal replica uma outra carta do Jornal da Bahia que faz cobranças sérias ao Presidente Provincial, já que a presidência sabia do estado em que se encontrava aquelas paragens e até então não tinha uma medida de prevenção.

Questionava ainda, “se a carestia dos gêneros na capital, o que não é a penúria, tanto nos incomoda, o que não devemos fazer quando se trata de uma seca espantosa que pode dar lugar a mais espantosa emigração?”⁵⁹ A intenção do texto era clara e explícita, chamavam para o assunto toda a atenção do governo e desejavam que fosse declarado pela Gazeta Oficial como ponto grave para que devidamente pudesse ocupar a administração da Bahia e saber quais as providências a serem tomadas. Nota-se que a partir da experiência com Fome de 1860, a população baiana sabia bem quem deveria se responsabilizar para que as ações de enfrentamento à seca pudessem ocorrer, não era mais o papel da caridade privada.

Em outra publicação, o periódico publicou uma matéria questionando o posicionamento do governo de Homem de Mello diante da situação dos retirantes que estavam alojados no Arsenal da Marinha. O Monitor acusava o presidente de ser acobertado pelo Diário Oficial afirmando que ele usava duas formas para proteger o governo depois que novas cobranças foram feitas.

(...) quando se faz alguma censura ao governo provincial ou a alguma autoridade, o Diário adota para destruir a censura um de dois processos, que nada provam nem destroem, mas tem a vantagem de serem cômodos e dispensarem o conhecimento dos fatos – o silêncio sobre a acusação, ou um elogio ao acusado⁶⁰.

Acrescentando que “fez bem o Sr. Homem de Mello: não veio para a Bahia para elevar a honra desta terra. A missão de Sr. Ex. foi outra – foi servir e obedecer: essa missão S. Ex., a tem cumprido do modo o mais completo”⁶¹. Outrossim, “só daqui se vê a indiferença com que olha o governo para um assunto que lhe deveria merecer aliás os mais atentos cuidados e o mais solícito desvelo”⁶². Para o Monitor, não havia nenhum serviço de socorro público para estes retirantes prestados pelo Presidente.

⁵⁹ O Monitor, N° 256, pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

⁶⁰ Idem, N° 294, pág. 01

⁶¹ Idem N° 294, pág. 01

⁶² Idem, N 30, pág. 01

Já que, porém, não lembra ao governo senão o Arsenal de Marinha, por que não nomeia uma comissão encarregada de fiscalizar o tratamento que se dá aos retirantes?
Não podemos saber com certeza todas as faltas que se dão no serviço; mas informamo-nos que me certo dia não tiveram os retirantes farinha para o jantar.
Foi a nossa requisição que o Sr. Homem de Mello foi visitar os retirantes, que lhe declaramos andarem nus, o que era verdade, pois S. Ex. mandou-lhes fornecer roupa⁶³.

A imprensa teve um papel importante nos pedidos e denúncias sobre as secas, pois serviram para explicitar situações diversas sobre os migrantes. Contudo, é preciso estar atento às posições ideológicas dos jornais. No caso, “O Monitor acusava o Diário da Bahia de escrever para fazer efeito na Corte, apenas, ocultando os negócios do sertão, fazendo boa imagem do governo, enquanto a oposição mostra os horrores diariamente (BN, O Monitor, 5 de julho de 1878)” (BARBOSA, 2018, pág. 110), ele acusava a imprensa liberal de não denunciar as mazelas que a população passava e que, por sua vez, o governo provincial se “conservava indiferente ou inativo diante de tão doloroso espetáculo”⁶⁴.

O Diário da Bahia, por sua vez, acusou o Monitor de ser especulador e de utilizar a questão dos retirantes no Arsenal como arma política⁶⁵. Entretanto, não foi possível analisar o Diário da Bahia, pois este não se encontra no Repositório da Biblioteca Nacional. Há dois Diários da Bahia listados na BN, mas nenhum deles batem com o tipógrafo e a marcação temporal da sua existência.

O Diário da Bahia foi fundado por iniciativa de Demetrio Cyriaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira no dia 1º de janeiro de 1856. Era editado na tipografia de Epyfânio Pedrosa, situado à antiga Rua dos Capitães, como jornal vespertino. Kátia Silva na sua tese sobre o Diário da Bahia utiliza a proposta de Pedro Calmon de dividir o período da existência do Diário em fases. Divide em 4 fases: fase dos ‘liberais históricos’ (1856-1868), fase do Conselheiro Dantas (1868-1880), fase de Augusto Alvares Guimarães e sucessores (J. Octacilio dos Santos e Domingos Guimarães. 1880-1889). Em 1899 o jornal deixa de circular. Dois anos mais tarde, em 1901, voltou a circular sob a orientação de Severino Vieira, já então seu proprietário. Em 1917, falecido Severino Vieira, organizou-se uma sociedade anônima, da qual foi incorporador o político Pedro Lago. Depois passou à propriedade a Geraldo Rocha, deste a uma sociedade anônima, sob cujo domínio foi suspensa a sua circulação. O partido liberal se achava representado na imprensa pelo Diário, que mantinha com a Gazeta da Bahia uma disputa considerável. Os principais líderes do Diário no ano de 1889 foram: Augusto Guimarães, Manuel Pinto de Souza Dantas, Rui Barbosa, Manuel Vitorino e Luiz Antônio Pereira da Silva. (cf. Kátia Silva, O Diário da Bahia..., p. 26-60). (CARVALHO JÚNIOR, 2000, pág. 297)

⁶³ Idem, Nº 30, pág. 01

⁶⁴ O Monitor, Nº 05, pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

⁶⁵ Idem, Nº 37, 18/07/1878. Pág. 01

Segundo Barbosa (2018, pág. 109), cada periódico fazia o silenciamento e exposições conforme sua posição política”, complementando que:

(...) o Diário da Bahia era um órgão de posição liberal, de propriedade de Dantas, Manoel Pinto de Sousa Dantas, o Conselheiro senador liberal. Esse jornal foi recorrentemente acusado pela imprensa oposicionista de silêncio (...), tentando construir uma boa imagem do governo liberal na província (BARBOSA, 2018, pág. 109).

O Monitor acusava o governo de Homem de Melo de proibir a exportação de farinha para as Províncias do Norte: “Não é preciso recordar que esta Província proibiu a remessa da farinha para o norte: parece incrível que a magnânima Bahia respondesse com tanta dureza de coração aos brados de dor de brasileiros famintos”⁶⁶. Muitas discussões ocorreram dentro da Assembleia Provincial sobre o fato, alguns deputados alegavam que a exportação de farinha deixaria a Província baiana sem mantimento para o seu próprio sustento, outros questionavam o porquê do partido liberal estava interferindo no livre comércio.

Segundo Pinho (2015, pág. 25), era compreensível a preocupação das autoridades ao editar medidas para garantir o fornecimento da farinha no comércio interno, pois, “a farinha de mandioca, ao lado da carne seca, e também da carne verde, era o principal alimento da receita diária dos baianos, constituindo-se no fornecedor da maior parte das calorias que eram consumidas pela população” (PINHO, 2015 pág. 25).

As discussões entre os jornais dão uma dimensão social e política das secas na Bahia. Diferentemente da Fome de 1860, que foi tão devastadora, mas não teve menções nos jornais, embora as secas de 1877 e 1888, foram divulgadas e cobradas dentro das suas especificidades. Por isso, entende-se que os jornais demarcavam seus poderes ao escolher quais notícias eram mais importantes e conseqüentemente estabeleceram as duas últimas datas das secas como estiagens importantes a serem divulgadas, isso se dá por conta também dos eventos político-sociais que ocorreram nesse período, no primeiro, a alarmante seca nas Províncias do Norte e a migração descontrolada dos sertanejos, juntaram-se a seca em alguns cantos da Bahia; em segundo, a seca junta-se com os movimentos de abolição e atravessa o Império para a República, entretanto, esta não será estudada, justamente por ter esse embate gigantesco dentro da Historiografia.

⁶⁶ O Monitor, N° 27, 06/07/1878 pág. 01. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=34> Acessado em 04/06/2018

1.4. “Quais são as providências que tem tomado a administração provincial em ordem a prevenir ou minorar os males que nos ameaçam?”⁶⁷ As ações públicas

Políticas públicas são planos de ação adotados pelo Estado com o objetivo de promover o bem-estar social e melhorar as condições de vida da população. Elas são ações tomadas para enfrentar problemas públicos, tais como a pobreza, a exclusão social, a violência, a falta de acesso à educação e à saúde, a proteção do meio ambiente, entre outros.

As políticas públicas são elaboradas a partir de diagnósticos sobre as demandas da sociedade, e buscam solucionar esses problemas por meio da alocação de recursos, da regulação de atividades econômicas, da oferta de serviços públicos, da criação de incentivos e estímulos para a iniciativa privada, entre outras medidas. Estas políticas devem ser desenvolvidas de forma democrática e transparente, com a participação da sociedade civil, para que sejam efetivas e atendam às necessidades reais da população.

Enquanto as políticas públicas atuais partem da reflexão sobre o papel do Estado na sociedade, passando por diversas transformações e aprimoramentos acompanhando as mudanças sociais e econômicas. Os significados de ações públicas das secas surgem a partir da necessidade de controle social da população pobre em meio ao progresso urbanístico das grandes cidades, a transição de mão de obra e a demanda do setor agrícola tornando políticas voltadas para a manutenção da ordem e da segurança pública voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico. Ademais, com o advento do liberalismo, no século XIX, as ações públicas, em geral, eram orientadas para a proteção da propriedade privada, inclusive as voltadas para as secas.

No Título 8º, tratava-se das disposições gerais, e garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, da Constituição de 1824, constava-se no caput do artigo 179: “A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade é garantida pela Constituição do Império” e uma vez que no inciso XXXI, onde “a Constituição também garante os socorros públicos”⁶⁸. É partir dessas disposições gerais e garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros que entende-se que, ao cidadão brasileiro, ficou instituído que: o direito ao voto só era possível para homens livres que possuíssem uma renda de mais de 200 mil réis e fossem maiores de 25 anos, direitos estes concentrados em poucas

⁶⁷ Jornal Monitor, Nº 256, 09/04/1878. Pág. 01

⁶⁸ Constituição de 1824. Disponível no sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

pessoas, as quais Costa Pinto atribui as características de “boa índole”, “bom cristão” e de “boa moral”.

Nos períodos de secas na Bahia, pode-se perceber que as ações públicas foram elaboradas no primeiro cenário voltadas a atender um público que estava necessitando de ajuda, pois encontravam-se migrando, passando fome e mendigando. Estas ações buscavam amenizar estas demandas. Todavia, o planejamento das ações de forma intervencionista e assistencialista são traduzidas como políticas que defendiam os interesses das classes dominantes, neste segundo cenário, observa-se que as ações eram voltadas muito mais para o controle do pobre para não chegar à capital, no suprimento da mão de obra em decorrência da escrava que estava se esvaindo e na construção e melhoramento das vias de comunicação.

A implementação dos socorros públicos teve variação de presidente para presidente, enquanto Ferreira Penna (1859/1860) argumentava – ainda no início das notícias sobre a fome de 1860 – que os gastos com os mantimentos seriam altos e que o Tesouro Público não tinha condições de arcar com as despesas:

Entretanto todos olhão para o governo, e dele esperam a continuação de socorros, que realmente a todos desejaria prestar, mas, além de ser obvia a ineficácia de semelhante meio para combater uma crise tão extensa e duradoura, a insuficiência dos recursos de que pode dispor o Tesouro Público para fazer face a toda a despesa, que em tal caso seria necessária, torna-se infelizmente mais manifesta a medida de que se observa que do mesmo mal se queixão os habitantes de Caetité, da Jacobina, de Maracas, e de outros muitos distritos da Província⁶⁹.

Seu sucessor, Antônio da Costa Pinto, admitia que o governo provincial podia sem muitas dificuldades enviar os socorros possíveis, não para a salvação de tantas vítimas, mas minoraria o sofrimento, pois, era obrigação do Estado ajudá-los.

Compreendi a magnitude da responsabilidade que sobre a Presidência pesaria, de sua parte houvesse hesitação, que é uma falta grave, ou negligência, que um crime atroz, quando a altos brados está a situação reclamando providencias, quando se tratava, como se trata, de prover a salvação pública, que é de imperioso dever, que é de Lei suprema, derivada natureza, e fins primordiais da organização social, e sancionada pelos ditames da Religião e de sã política”⁷⁰.

⁶⁹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00001, pág. 29. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

⁷⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 25. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

O Barão de São Lourenço, por sua vez, tratou de seguir as estratégias implementadas na seca de 1860, por isso, em 1870, ele decretou a migração para as Comarcas do Sul, enquanto o Barão Homem de Melo (1877) esperou um tempo para agir e só fomentou as ações quando pressionado por jornais e ofícios. Compreende-se que havia opiniões e atitudes diversas a este respeito e, portanto, apenas deixa claro quais interesses estavam em jogo com a quantidade de pessoas perambulando por toda a Província.

O jornal Industrial publicou uma matéria sobre “o governo e a fome na Bahia” narrando a situação que se encontrava os sertanejos. O periódico acusava o governo imperial de ser passivo em relação aos acontecimentos na Província.

A posição do governo do Brasil em relação a seca da Bahia, tem sido outra muito diferente. Bem longe de tomar serias providencias para debelar o mal, o governo, ou tem se colocado em uma criminoso passividade, ou tem tomado algumas medidas paliativas, ou mesmo, tem agravado a situação⁷¹.

Para o Industrial, a viagem que o Imperador fez a Bahia “em vez de ser um benefício, foi um mal, como os baianos bem compreenderam”. O que o meio de comunicação chama de paliativos são as distribuições de víveres através das comissões de socorros. Para ele, “essas medidas infelizmente têm sido ineficazes, muitas vezes os víveres não podem chegar a seu destino, porque os próprios animais que os conduzem perecem no caminho por falta de pasto e de água!”⁷².

Cobrava ainda, uma medida eficaz afirmando que “o governo que deve ser a providência do pobre nos dias de Provença”, não poderia ficar à mercê da “divina providência e da caridade particular”, mas nada tinha feito.

Essa poderosa entidade que se chama o Estado, que se acha investida de todos os poderes, que concentra em si uma soma de recursos incalculáveis, que é a expressão da civilização, da riqueza, e das forças da sociedade inteira, tem sido espectadora quase indiferente das crises assustadores por que passa uma importantíssima parte da população do império⁷³.

Para o jornal, não havia justificativa para o governo imperial, pois “sem dúvidas proceder com ações eficazes “de grande vantagem atual e futura poderiam ter sido tomadas, sem grandes sacrifícios”.

⁷¹ O Industrial: Jornal Político, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, edição 00503, pág. 03. [O Industrial : Jornal Político, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

⁷² Ibidem, pág. 03

⁷³ O Industrial: Jornal Político, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, edição 00503, pág. 03. [O Industrial : Jornal Político, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

Não se pode balizar as ações públicas dos séculos XIX com as políticas públicas atuais, pois as primeiras são muito mais assistencialistas que eram colocadas em prática em épocas de estiagens, por isso eram chamadas de socorros públicos. Enquanto, as políticas públicas procuram ser investimentos a longo prazo para proporcionar segurança social à população.

CAPÍTULO II

“Alívio do mal presente...”:

As comissões de socorros e as ações públicas de enfrentamento às Secas

“Alívio do mal presente...”: Ações públicas de enfrentamento às Secas e o “remédio” da migração

2.1. “A emigração é um remédio, um refúgio no presente, mas é um mal para o futuro”⁷⁴: A formação das Comissões

Herculano Ferreira Penna deu início às primeiras medidas de ações públicas, nomeando uma pequena comissão de compras para enviar víveres de Salvador para Rio de Contas “por conta do Governo”. Neste mesmo ano, o Imperador Dom Pedro II, encontrava-se na Província e solicitou ao Ministério do Império a liberação de 5:000\$000 réis para a vila de Lençóis, Santa Isabel do Paraguassu (Mucugê), Minas do Rio de Contas e a povoação de Andaraí que foram distribuídos segundo proporções, circunstâncias e necessidades de cada um, intermediado pela Casa Comercial de Antônio Martins de Castro, entregues aos delegados de polícia e comissões nomeadas.

Para Neves (2008, pág. 207), o gesto de D. Pedro II se tratava de uma esmola, pois o imperador anunciara ser capaz de vender até o último brilhante de sua coroa para não deixar morrer brasileiros de fome, mas a inanição fazia vítimas pelo Brasil e sua coroa continuava brilhando. É provável que a quantia seria relevante se, como naquele momento, a seca atingisse apenas uma região específica da Bahia, mas seu campo de atuação só aumentava. Considerando que o governo não interferia diretamente na seca nos sertões, esse valor doado era tido como suficiente para o auxílio daquela comarca. Gonçalves (2000, pág. 41) argumenta que na circunstância socioeconômica em que o dinheiro foi aplicado, “provocou efeitos singulares na presença da seca no interior baiano”, o gesto passou de uma atitude comum de caridade paternal para a necessidade de formular intervenções governamentais, além de “fortalecer a obrigação moral e prática da caridade de particulares”.

A seca de 1857/60 já durava mais de dois anos, conseqüentemente os fretes dos transportes de cargas já estava em preço elevado, por conta disso, o frete consumiu 15:627\$200 réis do auxílio recebido para o envio de cerca de mil alqueires de farinha enviados às povoações indicadas acima. O transporte utilizado para o deslocamento dos víveres eram os burros e/ou mulas de carga, único meio

⁷⁴ A Lei: Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província (BA) -1875 a 1878, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817678&pesq=secca&pagfis=14> Acessado em 04/06/2018

efetivo para chegar aos sertões da Província, cuja limitação atrapalhava o volume de mantimentos a serem enviados.

Pouco tempo depois, o presidente recebeu notícias daquela região sobre a presença da chuva: “as primeiras notícias, que dali vieram depois do recebimento destes socorros foram menos desagradáveis, parecendo até que podiam autorizar a esperança de pronta e completa cessação da calamidade pelo benéfico efeito das chuvas, que já começavam a cair em alguns lugares”⁷⁵. Mas, era um aguaceiro temporário, logo soube da intensificação da seca e dessa vez, foi pedido ao Ministério do Império um crédito no valor de 20:000\$000 para compra e remessa de gêneros alimentícios.

Outras queixas e pedidos chegavam de vilas espalhadas pelos cantos da Bahia: Caetité, Jacobina, Maracás, Vitória e Capim Grosso estavam entre elas. Em 02 de novembro de 1859, a comissão de compras em Salvador foi incumbida aos Tenentes Coronéis Theodoro Teixeira Gomes e Gonçalo de Amarante Costa que comprou 800 alqueires de farinha e 300 de feijão para serem distribuídos gratuitamente pelas comissões locais estabelecidas na vila de Santa Isabel, Lençóis, Andaraí e Minas do Rio de Contas⁷⁶. Em janeiro de 1860, acrescentou uma pessoa de mesmo título na comissão de compras – o senhor Geminiano Ferraz Moreira.

A crise só agravava, em ofícios enviados ao Presidente da Província, autoridades locais das Comarcas e membros das comissões de Rio de Contas confirmava a intensidade da seca que já perdurava por três anos e até o momento a participação do governo era tímida. De acordo com as reclamações e pedidos, a farinha de mandioca, que era alimento essencial e parte da dieta baiana sertaneja estava em escassez. O milho, o feijão e o arroz apareciam frequentemente no mercado e nas feiras da região, mas, “a falta de dinheiro deixa de ficar ao alcance de todos”. Para estes, seria mais útil que fosse enviado dinheiro para comprar em Comarcas vizinhas, a vista da diminuição do valor a ser pago pelos gêneros que ficariam “pela metade do que custaria no mercado da capital incluindo o frete que é muito caro”. Estevão Váz Ferreira, Juiz de Direito Interino de Rio de Contas e membro da comissão de socorros, era de opinião favorável ao envio de dinheiro, pois convinha comprar alimentos ao menor preço⁷⁷.

Os vereadores da Câmara Municipal da vila de Vitória reportaram ao Presidente que a terrível seca era a causa primordial que reduziu e devorou a lavoura daquele e outros termos. Usando como

⁷⁵ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00001, pág. 28. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

⁷⁶ Receberam respectivamente: 150 alqueires de farinha e 50 de feijão, 350 alqueires de farinha e 120 de feijão, 150 alqueires de farinha e 50 de feijão, 150 alqueires de farinha e 80 de feijão.

⁷⁷ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

estratégia um discurso com apelo de solidariedade cristã, pois era “necessário estar eivado do espírito do egoísmo para não sentir no fundo do coração o acho doloroso da miséria que a fome o tem reduzido” para convencer o Presidente no apoio pecuniário e alimentação. “Se (...) ouvisse dos povos os clamores, e visse o aspecto desolador, o coração de Vossa Excelência se confrangeria de modo espantoso, como acontece com o desta Câmara ao espetáculo pungente do sofrimento geral das classes pobres”. E seguiram com o apelo:

Cumpre, portanto a esta Câmara levantar um brado sobre o quadro de misérias, que apresenta este Termo, cheio de provas de outros, e leva este clamor ao alto conhecimento de Vossa Excelência a fim de acudir prontamente em nome da desventura, com o fornecimento pecuniário para as ditas classes pobres, que morrem, e outros definham por falta de alimentação suficiente (...) ⁷⁸.

Com discurso parecido, o Juiz Municipal substituto Manoel Fulgêncio de Azevedo da Vila de Xique-Xique, pedia socorro para minorar a “sorte dos infelizes” que como “Brasileiros ter não sido da compaixão do governo de Sua Majestade Imperador que tão solícito se mostra em benefício do povo, cujos destinos lhe conferiu a Província”. Tratava-se de rememorar ao Imperador e ao governo local que as atitudes paternas perante o povo à mercê da fome eram necessárias, principalmente para manter a ordem nessas localidades. Por outro lado, o tom rebuscado dos discursos confirma a orientação da escrita, produzindo formas simbólicas direcionadas às Autoridades máximas convencendo-os a agir, pois a palavra é como território do que escreve para quem a lê (BAKHTIN, 1981, pág. 113).

Segundo o Juiz Municipal de Capim Grosso – atual Curaçá – muitos criadores de gados vacum e cavalariagem tiveram grandes prejuízos com a estiagem e em nome destas “infelizes vítimas” pedia que “Vossa Excelência, em sua alta sabedoria julgara o meio mais próprio para prontamente socorrê-las, certo de que acima de toda expressão fica a narração dos tristes factos que se têm dado pela fome” ⁷⁹.

Em Lençóis, o 2º suplente do Delegado de Polícia, Aristides Ferraz Moreira, reclamava que os gêneros não tinham chegado ao Termo e que não restava mais nada dos primeiros socorros, “a miséria pública tem ultimamente se desenvolvido de uma maneira espantosa”. Segundo ele, os gêneros tinham diminuído os valores, pois havia falta de dinheiro para comprar o que comer. Quase um ano antes – em 22 de agosto de 1859 – este mesmo suplente estando no cargo de delegado substituto relatou ao vice-presidente em exercício (Manoel Messias de Leão) que a seca estava

⁷⁸ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁷⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

produzindo horrores em Lençóis a mais de nove meses, destacou o aumento de gêneros, a exemplo de “uma quarta de farinha doze mil réis, uma de feijão dezoito mil réis, toicinho a dois mil réis a libra”⁸⁰. Mas não obteve resposta.

Em consequência da mineração, Lençóis tinha uma população numerosa e sem muitas condições, que por conta da estiagem e a seca dos rios, sofriam com a falta de emprego, mendigando “pão de porta em porta”. Mulheres e crianças abandonadas, esmolavam pelas ruas em estado de nudez e oprimidos pela doença”, provavelmente seus companheiros tinham emigrado em busca de trabalho e comida ou até mesmo morrido em decorrência da fome e da doença. Segundo o delegado, eram felizes os que achavam um canto e comida de “mãos compadecidas” para não morrerem da forma citada acima, pois pelos garimpos a sorte não era a mesma⁸¹. Vale lembrar que os mineradores eram pessoas que vinham, em sua maioria, de outras profissões e que com a febre do minério em algumas épocas, tentavam a sorte para uma melhor sobrevivência econômica.

Nesse momento, a caridade privada dos senhores de terras era a principal fonte de socorro para a população faminta. Mas os pobres não deixavam de recorrer às autoridades, principalmente às autoridades policiais, pressionando para que “uma esmola dos Cofres Provinciais para ser aplicada na compra de farinha para matar a fome”. Daí, mesmo em uma fonte documental escrita de cima para baixo, nota-se que não havia passividade na população carente.

O delegado substituto menciona uma quantia que foi votada na Assembleia Provincial para ser distribuídas aos pobres e reivindicava uma parte para socorrer os indigentes de Lençóis, “que se acham colocados em piores condições do que os do litoral, pois que por aqui não há casas de Misericórdia”, mas não foi possível encontrar tal documento para saber a que se destinava o recurso e/ou se foi atendido à solicitação do delegado. As pessoas que tinham melhores condições financeiras e sociais também já estavam com seus recursos esgotados, vendiam seus bens e empenhavam crédito, mas quando essas estratégias acabavam, viram-se na necessidade de esmolar, aumentando a “classe necessitada”.

A vila de Capim Grosso reclamava que a atenção do governo estava voltada apenas para a Comarca de Rio de Contas; segundo os vereadores, “o terrível estado em que a seca coloca os nossos comprovincianos da Chapada e dos Lençóis, é o mesmo em que hoje nos achamos”. A Comarca de Jacobina passava pela mesma situação, em ofício, um grupo de cidadãos relatava a situação de penúria daquela região e reconhecia a deficiência dos cofres públicos, mas reivindicava que:

⁸⁰ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁸¹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

“pelos paternais cuidados que em iguais crises sempre tem merecido Governo Imperial e de Vossa Excelência qualquer por habitantes sofredores rogando para este Município os mesmos benefícios que foram dados a Comarca do Rio de Contas e principalmente a de Lençóis em circunstâncias sem dúvida desesperadoras”⁸².

As demais vilas não deixavam de reconhecer que Rio de Contas sofria com a estiagem, mas também demonstrava que outros lugares estavam na mesma situação. A região diamantina tinha extrema importância para a economia da Bahia, destacando um dos muitos picos do comércio do ouro e do diamante, ademais, muitos dos negociantes e fazendeiros da Chapada Diamantina eram envolvidos no cenário político da capital, a maior parte dos comissários gerais e centrais tinha algum vínculo com a Chapada. Talvez por esses fatores, tenha tido uma atenção maior do governo.

Cardoso (2011, pág. 47), destaca que as características geográficas, as atividades econômicas e os aspectos políticos, contribuíam para que um determinado local recebesse maior ou menor atenção do governo, ou mesmo para que ali se fizesse eficientes ou não os instrumentos estatais. Daí a importância da história local para colocar em debate o que as leituras mais amplas não conseguem visualizar, a vista que oferece “a oportunidade de constatar a diversidade da experiência histórica”.

Em 27 de janeiro de 1860, Herculano Penna editou ato constando onze artigos que orientava as comissões criadas em 1859 e acrescentava mais duas comissões que daria suporte às remessas para o interior, chamadas de comissões especiais, sediada em São Felix, Currálinho, João Amaro e Rosário do Orobó. A compra dos gêneros era feita na praça de Salvador e enviadas por transporte a vapor para a Vila de São Félix e ali os tropeiros transportavam para as vilas que tinham comissões locais – a criação das comissões especiais, possivelmente se deu para facilitar e agilizar as entregas dos gêneros, pois, as vilas em que tinham essas comissões eram a rota mais prática para chegar ao sertão da Chapada. Inclusive, enviar os produtos a barco para São Félix economizava o tempo e o frete.

Havendo algum imprevisto na falta de tropas, a comissão dessa vila enviaria os gêneros até um dos três povoados mais próximos da Comarca de Rio de Contas para que de lá seguissem na primeira oportunidade ao destino traçado. O chefe de polícia tinha o papel de fazer recomendações aos delegados e subdelegados dos distritos por onde transitariam as cargas alimentícias facilitando sua passagem e recorrendo ao auxílio de fazendeiros, tropeiros e qualquer pessoa que pudesse prestar serviços ou animais. No artigo 7º constava que os gêneros eram distribuídos gratuitamente para as pessoas carentes, mas poderiam ser vendidos pelo custo real para pessoas que pudessem pagar.

⁸² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607

Os gêneros serão distribuídos pelas Comissões criadas nas Villas de Santa Izabel, Lençóis e Minas do Rio de Contas, e na Povoação do Andarahy, não devendo recebê-los gratuitamente senão as pessoas que deles necessitarem em razão do seu estado de indigência, verificado a juízo das mesmas Comissões.

As pessoas que não estiverem n'este caso poderão as Comissões vender pequenas porções dos mesmos gêneros pelo seu custo, (incluído o frete) enquanto for isso possível sem prejuízo do sustento dos pobres ⁸³.

As comissões poderiam receber qualquer doação, mantendo informado o Presidente da Província e respectivamente o Imperador. Todas as comissões eram compostas por Presidente, Secretário e Tesoureiro, se acontecesse de algum dos membros não aceitar ou sair da comissão, a Câmara Municipal da vila poderia nomear outra pessoa. O regulamento seguia uma hierarquia política onde o poder local poderia intervir apenas se houvesse necessidade, todo o planejamento era feito pelo Governo Provincial, o município só entrava em ação na execução do ato.

O Juiz Municipal da Vila de Caetité enviou ao Presidente Herculano Pena um ofício em abril/1860 destacando a grande seca e reclamando “providências acerca das diárias dos presos pobres e recrutas existentes nas cadeias” daquela vila que não eram socorridos pela caridade cristã e “por certo que teriam perecido a fome que ainda assim não se acham isentos por ser clamorosa a fome e a seca.” No artigo oitavo do Ato Provincial, destaca-se que as diárias pagas em dinheiro que não eram o suficiente para o sustento dos presos pobres das cadeias da Comarca, deveria a “Comissão de cada uma das Villas fazer-lhes o fornecimento em gêneros, à vista de pedidos assignados pelo Delegado de Polícia, que em tal caso deixará de receber da Coletoria a importância das diárias” ⁸⁴.

Com sinceridade e franqueza, o novo delegado de Lençóis, José Soares da Silva, em 21 de março de 1860, escreveu que os socorros prestados pelo governo eram quase improfícuos e talvez até prejudiciais, visto que “um prato de farinha, que se distribui por semana a cada pessoa, apenas pode alimentá-la um dia, e essa pessoa tem de esmolar os seis restantes da caridade pública, já inteiramente exausta”, sua outra objeção era que ninguém podia comprar pelo custo ordenado, já que cada prato saia a 1:800\$000 réis, mas os particulares da região que levava a farinha do mesmo lugar que o poder público comprava, vendia por 1:100\$000 réis.

Finalmente, sem ter opções, o governo baiano admitia que a seca era uma calamidade pública, logo era responsabilidade do Estado praticar ações que a amenizasse. Costa Pinto decidiu seguir as medidas adotadas pelo seu antecessor, nomeando uma comissão de compras de artigos de primeira

⁸³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00001, pág. 178. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

⁸⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00001, pág. 178. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

necessidade, mantendo as pessoas da comissão anterior – O Tenente Coronel Theodoro Teixeira Gomes, Tenente Coronel Gonçalo do Amarante Costa e Geminiano Ferraz Moreira. Com objetivos ampliados se responsabilizaram também pelas compras de roupas e remédios.

A utilização de abaixo-assinados era uma forma de fazer com que o governo atendesse às solicitações. Em diversos momentos surgiram essas listas reivindicando ações públicas para a população. As constantes pressões sob o governo, demonstrou que as consequências das secas não podiam mais se limitar aos poderes locais ou ao espaço sertanejo. A demora do governo em proporcionar medidas efetivas no enfrentamento à seca, fez com que autoridades e proprietários de terras das Comarcas dos Sertões recorressem a este tipo de petição.

É provável que além desses senhores estarem tendo prejuízos na lavoura e na pecuária por conta da estiagem, também se sentissem pressionados com descontrole dos pobres, que famintos e sem dinheiro esmolavam naquelas localidades, visto que os pobres ofereciam ameaças silenciosas e que apenas a caridade privada não dava mais conta da quantidade de pessoas à mercê da seca. Os comissários da Comarca de Jacobina, Joaquim Rodrigues Seixas, Teotônio Barboza de Miranda e Juliano Cesar Jacobina confirmam a hipótese aqui discutida: “que os abaixo assinados foram de grande utilidade para os moradores deste infeliz Município, senão, o governo não se lembraria dos seus nomes”⁸⁵.

Abaixo-assinados liderado pelo coronel Quintino Soares da Rocha, senhor de terras e escravista do Morro do Chapéu (1860), “possuía mais de uma centena de escravos, em sua maioria, crioulos nascidos em suas propriedades ou nas de seus pais, (...) estavam no topo da elite morrense” (FERREIRA, 2014, pág. 13), juntamente com os sobrinhos Joaquim da Rocha Cezar e João da Rocha Cezar, demais fazendeiros e autoridades locais argumentavam que a vila requeria a agilidade e atenção do Estado.

(...) um dos pontos importantes desta Província pelo grande número de bois para o consumo dessa capital e se não tem havido nesses últimos anos bois soltos dois motivos concorrem para o atraso: 1ª a atual seca e a 2ª falta de via de comunicação; estes dois motivos tem proibido o descimento dos gados do centro para aqui (...) ⁸⁶.

Encabeçaram outras petições as vilas de Lençóis (1860) como o principal requerente o coronel Antônio de Souza Spínola – que posteriormente participou das comissões gerais –, Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe (1860), Freguesia do Sincorá (1860) com uma lista de viúvas

⁸⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*. Maço 1607.

⁸⁶ Idem

pobres com filhos, São João Batista de Jeremoabo (1878), Paróquia de Nossa Senhora do Coité (1886), Freguesia do Senhor do Bonfim da Feira (1889), Colônia de Comandatuba (1870), Freguesia de Santa Anna da Aldeia (1889) com uma solicitação da “classe comercial”, Arraial de Timbó (1889) e Nossa Senhora do Bom Conselho da Serra (1889).

Esses documentos demonstram também que a produção de registros estava diretamente ligada a uma camada da sociedade que sabia ler e escrever e usava sua influência política e econômica para obter recursos do governo, desse modo, “o maior ou menor testemunho da seca e das áreas em que se manifestava dependia de hierarquias políticas, sociais e econômicas” (GONÇALVES, 2000, pág. 03). Esses documentos que eram produzidos “de cima para baixo” mostravam uma visão particular das camadas dominantes e possivelmente omitiam ou exageravam detalhes sobre a estiagem. As “denúncias” dos abastados, levava em conta o gasto privado para suprir as necessidades; o receio por uma revolta dos pobres e ainda a perda da mão de obra barata. Em carta a um amigo, o tenente coronel José de Souza Botelho, da vila de Maracás expôs que:

(...) Estamos na maior penuria! O Maracá debaixo da pressão esmagadora desses dous tremendos fagellos - a fome e a sede - apresenta um aspecto assustador e miserano. Ao passo que o governo envia socorros alimenticios para outros logares do centro, (...). O Maracá é inteiramente esquecido, apesar de seu estado deploravel. Como é possivel aos proprietarios abastados proverem as necessidades externas das classes pobres, que pedem o seu amparo si elles soffrem a mortalidade do gado em suas fazendas, se o sol ardente redusio à poeira as plantações, se mandam vir a farinha de logar distante por preço exorbitante, se agoa desaparece, se as lagoas secção! (...) Se o governo não vir em auxilio desta villa, como accudi[do] tem a outro[s] logares, o desfeicho desta crise nunca vista não cabe nos cálculos humanos (GONÇALVES, 2000, pág. 45)

Essa carta esboça, a temeridade dos proprietários de terras e senhores de escravos que diante das calamidades da seca se viam comprimidos a socorrer com a caridade privada toda uma leva de pessoas que passavam necessidades, sendo estas muitas vezes meeiros, escravos, agregados e vaqueiros da classe abastada, mas que colocava em risco a soberania local. “Assim como havia deveres mútuos entre o governo e a camada proprietária, existiam também entre esta e os grupos subalternos, sem necessariamente implicar igualdade de responsabilidades ou obrigações, pois desenvolvia-se entre forças sociais desiguais” (GONÇALVES, 2000, pág. 45). Apesar de terem fortes laços paternalistas na sociedade sertaneja, em um contexto em que há uma forte crise e as vidas das pessoas são reviradas, suas condições sociais e financeiras deterioram-se rapidamente, por isso essa relação corria sério risco de ser posta de lado.

Santos (2014, pág. 66), complementa que a partir dos costumes e valores tradicionais, os necessitados buscavam auxílios nos períodos de escassez, dentro do equilíbrio existentes nas relações

de exploração e resistências mascaradas pelos ritos paternalistas e a deferência. “A assistência aos pobres era uma maneira de apaziguar essa população, assim como impedir possíveis contestações por parte da camada menos favorecida que esperava essa ajuda referendada na deferência que prestavam aos grandes proprietários” (SANTOS, 2014, pág. 66).

Com a devastação da seca, milhares de pessoas saíram de suas casas, emigrando para lugares onde pudessem ter comida e trabalho. Os sertões, ligeiramente, demonstraram uma densa população que estava forçada a se retirar da comodidade do seu lar à procura de sobrevivência em lugares desconhecidos. O que fazer com uma população volumosa, pobre e ociosa vagando faminta pelas estradas e ruas das Comarcas? Quais os meios que devem ser postos em prática para socorrer, no momento de sua chegada os indivíduos e famílias que emigram para as povoações mais vizinhas do litoral? eram perguntas que necessitavam urgentemente terem respostas e temor por uma migração descontrolada em direção ao litoral.

Nomes conhecidos na sociedade baiana e de grande relevância política, visto que o Barão de São Lourenço e posteriormente Visconde, foi Presidente da Província diversas vezes, tendo grande influência nas ações de enfrentamento à seca e no Imperial Instituto de Agricultura, o Barão de Cotegipe, também foi Presidente da Província em várias ocasiões e tinham muitas influências na Corte do Rio de Janeiro, por fim, o Conselheiro José Antônio Saraiva, criador de algumas legislações importantes a época como a Lei Saraiva, Sexagenários, etc., formava a Comissão Central sediada em Salvador com a obrigação de reger todas as demais comissões.

João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, natural de Barra do Rio Grande, foi deputado pela Bahia pelo partido conservador e posteriormente senador, foi presidente da Província e Ministro da Marinha, Fazenda e Estrangeiros. Quando fez parte da comissão central era Ministro da Marinha. Foi ele quem presidiu o gabinete conservador quando foi aprovada no senado a Lei dos Sexagenários, também chamada Saraiva-Cotegipe-Dantas, que libertava os escravos com mais de 60 anos.

José Antônio Saraiva, natural de Santo Amaro. Na sua vida política acumula cargos como juiz municipal, deputado, senador, procurador fiscal da fazenda na Bahia, presidente da província de São Paulo, Alagoas, Pernambuco, do Piauí, fundador de Teresina, para onde transferiu a capital, até então sediada em Oeiras. Dois anos depois da comissão de socorros foi chefe da missão especial ao rio da Prata. Membro do partido liberal, foi Ministro da Marinha antes de Wanderley e na mesma época da comissão foi Ministro do Império, depois dos Estrangeiros e da Fazenda. No Conselho de Estado,

1881, aprovou a lei de reformulação eleitoral do Brasil, ficando conhecida como Lei Saraiva, além do mais contribuiu para a lei dos sexagenários, talvez uma das mais importantes de sua carreira⁸⁷.

Quando foi senador, Saraiva acusou o Barão de São Lourenço de fazer vistas grossas aos acontecimentos e influenciar nas eleições de 1868, prática bastante comum quando se tratava do período eleitoral na Bahia. Na sessão de 6 de julho de 1869, no Senado, José Antônio Saraiva acusa o Barão de São Lourenço, o presidente da Bahia na época, de influenciar nas eleições de 1868, na zona de 4º distrito, em favor do grupo político liderado pelo cel. João Dantas, pai de Cícero (Barão de Jeremoabo) (CARVALHO JUNIOR, 2000, pág. 89). O coronel João Dantas foi acusado de usar a força para intimidar os eleitores de Itapicuru. Este episódio ilustra a oposição entre os companheiros da comissão de socorros.

Dentro das comissões de socorros públicos tinha muita gente importante, destaca-se aqui três nomes que estavam não só ligados às ações públicas como também eram a principal base do Instituto Imperial de Agricultura da Bahia, além de serem vinculados a Associação Comercial da Bahia, tratase do Francisco Gonçalves Martins, Joaquim Pereira Marinho e Antônio da Costa Pinto, senhores de terras e de pessoas do Recôncavo, com títulos importantes e interesses econômicos, sociais e políticos, todos eles chegaram ao título de Barão. Para conhecer melhor estes nomes, é necessário utilizar alguns recortes temporais fora deste estudo.

Antônio da Costa Pinto, foi presidente da Província durante a seca de 1860, em sua gestão se deu a estruturação das primeiras ações públicas para a seca. Era um dos sócios do Instituto Imperial Agrícola. Filho de português, pertencia a uma família agrícola adepta as modernizações da agricultura, possuía muitos títulos militares e políticos, foi Barão e Visconde de Sergimirim, ministro do Império, deputado, foi presidente da Província de Pernambuco e sogro do Barão de Jeremoabo. Atuou em 1837, junto com Barão de São Lourenço na batalha da revolta dos Malês em Pirajá⁸⁸. Segundo Matoso (pág. 184), Theodoro Sampaio era parente de Costa Pinto, filho ilegítimo do irmão do presidente.

Francisco Gonçalves Martins, o Barão de São Lourenço, foi um dos nomes mais influentes no Instituto Imperial Agrícola da Bahia juntamente com a família Costa Pinto e outros grandes proprietários do Recôncavo. Nascido em Santo Amaro, senhor de engenho, acionista do Banco da

⁸⁷ Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 59, p. 302; Informações disponíveis sobre sua vida também no sítio: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseASar.html>. Acessado em 17/03/2021

⁸⁸ A Lei Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província (BA) -1875 a 1878, pág. 02. Hemeroteca Nacional, disponível em: [A Lei : Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província \(BA\) - 1875 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.bn.br/docreader/Lei_Sob_os_auuspicios_do_funcionalismo_publico_dest_a_Prov%C3%ADncia_(BA)_-1875_a_1878) Acessado em 04/06/2018

Bahia, participou da Sabinada e reprimiu a revolta dos Malês, foi juiz de direito, desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, deputado, duas vezes presidente da Província, senador e Ministro do Império, comendador da Ordem de Cristo, membro do IGHB, sócio honorário da Associação Comercial.

Braz do Amaral, em “História da Bahia: do Império à República”, apontou-o como o melhor presidente da província. Foi elevado a Visconde em 1871, um ano depois de seu último mandato de presidente e um ano antes da sua morte. Não foram encontrados estudos sobre a trajetória do Barão como os das demais personalidades descritas no texto, pelos seus discursos analisados por esta dissertação era um defensor da reforma agrícola e do ensino primário.

Aparentemente, o Barão foi um exímio conservador e defensor do Império, combatendo qualquer tipo de contravenção contra a ordem social. Segundo Tourinho (1982, pág. 84), dos senhores de engenho do Recôncavo, o Barão lutava contra a Sabinada – Barões de S. Lourenço, Matoim e Cahahyba – e depois reprimia a revolta dos Malês como chefe de polícia escolhendo uma política conservadora” (TOURINHO, 1982, pág. 84). Por um lado, outra característica marcante a atuação dos membros do Instituto Agrícola pendia também para empreendimentos progressistas: como a modernização de suas propriedades, a importação de colonos, a fundação de Bancos, a criação de instituições agrícolas modernizadoras (TOURINHO, 1982, pág. 84).

Embora Tourinho (1982, pág. 84) afirme que Francisco Martins combateu a sabinada, há outras teses que deixam a dúvida sobre isso. Segundo Araújo (2009, pág. 108) “os políticos monarquistas muito debateram e se acusaram em relação à falta de percepção e de ação a respeito da eclosão da Sabinada (ARAUJO, 2009, pág. 108), em virtude disso o Deputado Antônio Pereira Rebouças acusava o Chefe de Polícia, Francisco Gonçalves Martins de ser “omisso ante o desenvolvimento da conspiração. Francisco Martins também fora acusado por ter tido, no passado, uma relação de proximidade com Sabino, relação esta que teria levado este último a convidar-lhe, poucos dias antes da deflagração do movimento, a dele participar” (ARAUJO, 2009, pág. 108). Com as acusações sobre ter participado da sabinada, o chefe de polícia foi transferido para Itapemirim no Espírito Santo.

Alguns anos depois, 1849, voltou a Bahia como presidente da Província e encaminhou a Pernambuco um número considerável de soldados para que ajudasse na contenção da Revolução Praieira, além disso, convenceu o capitão Pedro Ivo, rebelde da Revolução que estava escondido na

Bahia a se entregar e pedir anistia ao governo. Acontece que Pedro não aceitou a proposta do Império e foi condenado a morte convertido a 10 anos de prisão⁸⁹.

Em 1851, deu-se um embate sangrento entre liberais e conservadores, nesta trama estava envolvido o jornal liberal Argos Santamarense que divulgou algumas cartas e opiniões acusando Francisco Martins de ser “um infame, é um prevaricador sem exemplo, é um contrabandista, um traficante de escravos (...) e contrabandista de africanos”⁹⁰ que encaminhava a Santo Amaro “grande número de africanos novos”. O artigo ainda citava que existiam provas e testemunhas que seriam encaminhadas ao tribunal do júri, assim como denunciava o uso das forças de polícia em favorecimento particular. Esta grave acusação veio à tona na época em que o Barão era o presidente da Província, um ano depois da proibição do tráfico transatlântico.

Pinho (2022, pág. 92), afirma que a força policial baiana muitas vezes era usada para outros fins e fazia vista grossa para a fiscalização da entrada e saída de escravos na Província, demonstrando que “a cumplicidade da polícia baiana em relação ao tráfico proibido de escravos já havia gerado um conflito com autoridades do Rio de Janeiro”, neste caso foram desembarcados àquela Província “dois escravos africanos de nação nagô” e “tiveram passaportes autorizados pela polícia da Bahia” (PINHO, 2022, pág. 92-94). Dado este exemplo, se observa que não era difícil para o Presidente fazer manobras na Polícia e conseguir gerir seus negócios negreiros de forma eficaz, portanto, pode-se compreender tal fundamento das denúncias feitas pelo periódico.

O artigo também demonstra que o antilusitanismo não havia sido superado na Bahia, pois referia-se ao presidente como “todo português” e que tinha “seu poder lusitano”. Além disso, o jornal responsabilizava-o pela invasão de tropas armadas no tribunal do júri, prisão e assassinado de um capitão militar, causando terror e medo na cidade. Estas notícias circularam em vários jornais do Império, não foram encontradas respostas ou defesa da parte de Francisco Gonçalves Martins.

Deduz-se que o poder político e social que tinha o Barão acabou por suprimir a acusação de prevaricação e tráfico de escravos, conduzindo-o cada vez mais a postos mais importantes, sua participação nas comissões de socorros e a produção de ato que controlavam os retirantes são parte de sua experiência de vida enquanto senhor de escravos e membro da elite baiana.

Já na década de 1870, pela segunda vez, na presidência e com a seca em evidência, o Barão de São Lourenço criou comissão de socorros formada por algumas pessoas que já tinham participado

⁸⁹ Jornal O Imparcial: Matutino Independente (BA) – 1935, pág. 01. Disponível em: [O Imparcial : Matutino Independente \(BA\) - 1935 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

⁹⁰ Jornal Argos Santamarense, Edição 00026, pág. 04. Disponível em: [O Argos Sant'amaraense : "Está acabado o tempo de enganar os homens. Com as armas... não; seja a guerra a do juízo." \(BA\) - 1850 a 1851 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

anteriormente como o Tesoureiro Pedro da Silva Rego, Tenente-Coronel Gonçalo de Amarante Costa, mas o que chama atenção é nomes como Deputado Dionísio Gonçalves Martins⁹¹, filho do Presidente e sócio do Instituto Agrícola, Antônio Francisco de Lacerda e Barão de Pereira Marinho.

Joaquim Pereira Marinho, era natural de Vila Cova de Lixa, em Portugal, e recebeu os títulos de Barão, Visconde, e Conde Pereira Marinho. Foi um comerciante que enriqueceu do tráfico de escravos e outras atividades comerciais” (PINHO, 133). Segundo Pinho (pág. 133-134), ocupou posições destacadas nos meios comerciais e era apontado como o maior açambarcador tendo grande influência na Associação Comercial da Bahia. Em 1857, fundou o Banco da Bahia e foi Diretor da Companhia Estrada de Ferro de Juazeiro.

Com a proibição do tráfico de escravos, Pereira Marinho manteve a atividade de forma ilegal por algum tempo, e utilizava a carne seca adquirida no comércio com o Sul para implementar transações na costa africana (...) Pereira Marinho era constantemente acusado de controlar a entrada da carne seca no porto de Salvador, a fim de promover escassez e com isso elevar os preços praticados (PINHO, 134-135).

Para Ximenes (1999, pág. 126), depois da morte de Pereira Marinho, 1887, já não pesava mais o “estigma do tráfico ilegal de escravos, nem o de monopolista de carne seca e agiota. Figurava como um dos maiores negociantes da Bahia “Capitalista” e grande empreendedor (XIMENES, 1999, pág. 126). Completava sua imagem com as referências de simpatizante das causas caritativas como sua participação na comissão de socorros públicos em 1870. Esta construção de imagem benemerita vem sendo desfeita a partir de estudos sobre seu passado escravista e pelos movimentos antirracistas.

A comissão central foi consultada a respeito de como enfrentar a seca, e em um ofício de 13 de novembro de 1860, os comissários sugeriram algumas medidas a serem tomadas. Para eles, era preciso criar comissões de fronteiras ou locais, “inteligentemente escolhidas por sua moralidade e por seus sentimentos de verdadeiros cristãos” que “recebam e alistem esses infelizes emigrados fazendo-os de pronto socorrer, e recolhendo-os ou a casas especiais, alugadas ou prestadas, ou repartindo-os pelas moradias dos habitantes que dê certo não se oporão a estes atos de Caridade, solicitados pela mais horrível calamidade”⁹². Percebemos aqui, certa semelhança de palavras com a do ato nº 07 de 03 de janeiro de 1861, pois basicamente deste documento surgiram as ações de regulamentação das comissões de socorros públicos e da emigração.

⁹¹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 56. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016.

⁹² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

Os comissionários traçaram as ações de uma forma estratégica que beneficiasse o governo e economizasse o dinheiro dos cofres públicos, aproveitando também a caridade particular. Por isso, a sugestão era que a Comissão Central regesse as Comissões Locais (municipais e paroquiais), mantendo uma frequência de correspondência e relatórios sobre a emigração, quantidade de migrantes, “de seu estado de miséria, do sexo, idade, e saúde de cada um, indicando-se os habilitados para o trabalho de mais ou menos robustez”⁹³.

Os comissários entendiam que era conveniente que os primeiros socorros que chegassem às Comarcas, logo após as chuvas fossem do governo, provando a “sua paternal solicitude”, pois os recursos que o comércio ofereceria não poderiam ser aproveitados pelos infelizes que estavam reduzidos à extrema miséria, por isso, a sugestão era que enviasse sementes e manaíva⁹⁴ para serem repartidos, que segundo os comissários era uma medida eficaz⁹⁵. Incorre aqui, uma dualidade do poder do estado ao poderio local, talvez por meio das ações públicas, o governo pudesse ter mais controle das Comarcas, mas ao mesmo tempo fazia parcerias com proprietários locais para implementar as ações públicas.

Sugeriram o envio de médicos e ambulâncias, o envio das crianças para a capital sempre utilizando a palavra paternal, indicando e fazendo conhecer a importância do governo. Para o enfrentamento à seca era evidente a “construção de pontes, açudes, estradas e especialmente autoridades zelosas evitariam alguns males”,⁹⁶ mas que tudo isso levava tempo e estudo auxiliando com ações “governamentais, prontas, enérgicas e inteligentes”.

A comissão central assegurava ao Presidente que “algumas dezenas de contos de réis, em que a despesa possa importar, nenhum valor tem, ou elemento inferior, quando se confrontar com as vantagens do amor a um governo, e as instituições paternas e com os perigos de um previsto abandono”. Além de ser uma comissão que se importava com a imagem e o poder do Governo Provincial, era bem-informada e conhecia muito a Província. Tranquilizava o Presidente a respeito do gasto financeiro com a estiagem afirmando que “o Governo Imperial já assim tem praticado em outras calamidades, e se será ação nesta não foi tão pronta, certamente procedeu à demora da falta de convenientes e prontas informações, constatando-se por muito tempo a grandeza, se não a realidade

⁹³ Idem.

⁹⁴ Manaíva, maniva ou manaíba é o caule da mandioca que se corta para o plantio.

⁹⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁹⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

do mal!”⁹⁷ muito provavelmente, estejam se referindo às leis complementares de 1840, já mencionadas aqui.

Foram criadas três comissões gerais, sendo uma em Feira de Santana, custodiada pelo Capitão Leonardo José Pereira Borges e para os Sertões, com centro de operações nas Vilas de Lençóis, compreendendo as Comarcas de Rio de Contas e Maracás; Vila de Urubu ficou a cargo da Comarca com mesmo nome, Caetité e Monte Alto; Barra de São Francisco supervisionando a mesma Comarca e a de Xique-Xique; Juazeiro auxiliava as Comarcas de Sento Sé e Jacobina, e, por fim, Jeremoabo ficou com Monte Santo e Itapicuru. Todos os centros de operações dos sertões eram de responsabilidade do Dr. Pedro da Silva Rego e do Coronel Antônio de Souza Spínola, que contavam com o apoio dos comissários municipais e paroquiais.

De acordo com Aguiar (2011, pág. 16), Antônio de Souza Spínola residiu em Caetité, mudou-se para Lençóis e construiu laços importantes com diversas famílias abastadas, sedimentou sua carreira política sendo várias vezes Deputado Geral, fez parte da Assembleia Constituinte de D. Pedro II e juntamente com o Barão de Caetité era um dos pilares do partido Liberal daquela região, era tio do deputado Aristides César Spínola Zama e anos depois Deocleciano Teixeira⁹⁸ tornou-se seu genro, aumentando ainda mais a influência política e econômica das famílias Teixeira e Spínola.

Spínola mantinha em Lençóis juntamente com escravistas e alemães a Companhia de mineração Capivaras que segundo Aguiar (2019, pág. 77) não se deixou levar pelo brilho dos diamantes e se fortaleceu também na política. O coronel chegou, em 1849, a fazer uma expedição no rio Paraguaçu da Chapada a Cachoeira para avaliar a possibilidade de navegação em uma extensão de 30 léguas, de Lençóis a Tamanduá.

Seus contatos políticos envolviam Herculano Ferreira Pena e José Antônio Saraiva do qual era muito próximo, o coronel auxiliou na nomeação de José Antônio Gomes Neto para juiz municipal de Caetité e colaborou para a solidificação da sua carreira política. Em contrapartida, a nomeação de Gomes consolidava o círculo de poder que Spínola exercia no Alto Sertão, representando seus interesses políticos e “(...) revelam a trama do que pretendiam sobre as eleições, vitais para o domínio do alto sertão baiano” (AGUIAR, 2019, pág. 140).

Para tanto, José Antônio Gomes Neto deveria “assumir posição” em Caetité; seus cunhados, Bráulio e Esperidião Xavier da Silva Pereira, juntamente com Policarpo Rodrigues Ladeia, atuavam em Monte Alto e Carinhanha. Seu cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], que nessa época residia em Santa Isabel do Paraguaçu, na Chapada Diamantina, também se

⁹⁷ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁹⁸ Vale lembrar que Deocleciano Pires Teixeira era o pai de Anísio Teixeira e contemporâneo de Seabra.

deveria articular em prol dos interesses do grupo. Enquanto isso, o próprio Antônio Spínola assumia o compromisso de “segurar” o Urubu (atual Paratinga, no rio São Francisco) e o “resto do círculo”, que, certamente, também envolvia a região de Macaúbas, Maracás e Lençóis, onde residia e mantinha negócios com a extração de diamantes (AGUIAR, 2019, pág.140).

Toda essa estratégia política de Spínola acontecia na década de 1860, mesmo período em que ele participava ativamente da comissão de socorros públicos. Não se pode esquecer que nesse ano aconteceria também a reforma eleitoral e além de ser um momento de tensão política, era a disputa entre opositores para permanecer ou adquirir mais postos políticos dentro do sistema estatal. “Contudo, embora para os políticos daquela região, em sua maioria fazendeiros, fosse comum misturar os assuntos de ordem climática com os de ordem política” (AGUIAR, 2019, pág. 151), a gravidade da seca ia passando despercebida, pois a preocupação eram as eleições. Mas ao surgirem muitas pressões dos pobres, foram os primeiros a pedirem interferência ao governo.

Como já visto neste estudo, Rio de Contas foi a primeira comarca a se queixar da estiagem e possivelmente por intermédio do poder local de Spinola e sua proximidade com o presidente Pena foram mandados ajuda para aquela região, inclusive Gomes Neto, então juiz municipal era um dos comissionários locais. A participação nas comissões de socorros servia não só para fortalecer os status dos fazendeiros locais como era uma oportunidade de criar e estreitar laços com outros políticos e o Estado recebendo, como Costa Pinto prometeu, honrarias por seus serviços bondosos. As comissões também eram espaços de poder já que os comissionários poderiam negociar dentro e fora da Província gêneros alimentícios em nome do governo, ademais podiam também exercer sua liderança local em nome da população pobre para arrecadar recursos públicos.

Os grupos dominantes alteraram-se na hegemonia do poder central e mantiveram-se vigorosamente no controle das estruturas de mando regionais e principalmente locais (NEVES, 2008, pág. 245) acrescentando que mesmo após a fase de consolidação do Estado Nacional do Brasil, na monarquia e primeira república, o pacto de coexistência pacífica entre a elite rural e o governo permaneceu como fator de equilíbrio de interesses políticos e econômicos.

Competia às comissões gerais a compra na Província ou em outras limítrofes dos gêneros alimentícios, preferindo o feijão ao milho, e este a farinha, distribuindo-os aos comissários municipais dos distritos que requeresse, assim como, manter o governo sempre informado e enviar os recibos das despesas feitas. Promover e auxiliar na emigração convidando por meio dos editais as pessoas

interessadas e estabelecer depósitos em diversos pontos “onde não houver gêneros alimentícios, de modo que a emigração possa fazer-se sem sofrer necessidades de alimentação”⁹⁹.

De modo tardio e sob o auxílio da comissão central, seguindo as indicações dadas, em 12 de novembro de 1860, foram criadas as Comissões Municipais e Paroquiais em todos os municípios e freguesia que precisasse de socorros, estrategicamente para que o governo pudesse ter o controle da situação, “sendo para isso nomeados cidadãos, pelo menos, abastados, de influência naqueles lugares, e notáveis por seus sentimentos de caridade”¹⁰⁰. Segundo Ximenes (1999, pág. 126):

A ideia de caridade permeava, há muito a mentalidade social considerava-se obrigação do rico. como forma de expiar seus pecados, dar esmolas aos "verdadeiros pobres", pois assim servia ao próprio Deus. neles personificado. O prestígio social passava por relações mais abrangentes. Uma delas era a caridade dos mais afortunados para com os menos afortunados. Assim, ser rico era agir como tal não importava a origem da fortuna, se proveniente do comercio ilícito ou da propriedade da terra Acima de tudo. tornar-se moralmente rico era uma meta a ser atingida. Em vida. quanto maior fosse a riqueza, maiores deveriam as obras caritativa.' em prol dos necessitados, pois isto reverteria em maior destaque, posição de prestígio e reconhecimento do corpo social a que se pertencia (XIMENES, 1999, pág. 126)

Os indicados pela comissão central para exercerem os cargos de comissários municipais, pessoas abastadas consideradas de boa índole, foram:

(...) para a Villa de Macaúbas, o Dr. Juiz Municipal Joaquim de Mello Rocha — para os Lençóis, Major Antônio Lopes da Silva — para o Andaraí, o Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos — para a Villa do Urubu, o Tenente Coronel Francisco Teixeira de Araújo — para Caetité, o Comendador Jacintho Gomes Moreira — para o Rio de Contas, Francisco Justiniano de Moura Costa — para Santa Izabel, o Coronel Francisco José da Rocha Medrado — para Monte Alto, o Tenente Coronel Porphirio Pereira de Castro — para Maracás, Raimundo Ribeiro de Novaes — para Carinhanha, Joaquim José Machado — para Xique-xique, o Dr. Juiz de Direito José Antônio da Rocha Vianna — para a Villa do Juazeiro, o Juiz Municipal Dr. Luiz Rodrigues Nunes — para a Villa da Victoria, o Capitão Irenio Gentil Gomes — para a Tapera, o Comandante Superior João de Oliveira Guedes — para Areia, Luiz Homem da Silva — para Queimadas, José Felix Barretto de Araújo — para Monte Santo, o Tenente Coronel Felisberto José Pinheiro, João Dias de Andrade, e o respectivo Juiz de Direito — para Villa Nova da Rainha o Juiz Municipal, o Comandante Superior, e o Pároco — para Jacobina o Juiz Municipal, Justiniano César Jacobina e o Pároco ¹⁰¹.

Usando assim o poder local para conseguir efetivar as ações. A finalidade dos comissários era a distribuição e compra de provisões, fiscalização das quantias e dos gêneros, fornecimento de alimento aos indivíduos necessitados e a promoção da emigração. Observa-se que, talvez, a

⁹⁹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 135. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁰⁰ Idem, pág. 26

¹⁰¹ Idem, pág. 26-27

composição das comissões e seus locais de atuações sinalizassem uma regionalização territorial, que possibilitava o abastecimento dos gêneros, a administração e o controle do fluxo migratório. Gonçalves (2000, pág. 63-64), afirma que tal regionalização obedecia tanto à proximidade geográfica, às relações políticas e socioeconômicas construídas historicamente, quanto às condições mais favoráveis de comunicação em uma época de caminhos intransitáveis, de alimentos e fretes a preços altos.

A comissão especial encarregada do depósito de víveres enviados pela comissão de compras da Freguesia de São Félix da cidade de Cachoeira também foi mantida – Major Francisco Martins Curvêllo, João Baptista Pamponet, Felicíssimo Moreira Martins e Anselmo José Coelho. A comissão central sugeriu a possibilidade de comprar na Província de Minas, “os gêneros de primeira necessidade para diversos pontos da margem do Rio de São Francisco onde fossem distribuídos os socorros do governo, e de onde os Comissários os fizessem vir para as povoações que sofrem miséria”¹⁰², o Coronel Spínola era o responsável por esse serviço, essa tática era para que os fretes pagos fossem mais em conta assim como a entrega rápida dos produtos, pois a proximidade dos sertões de cima do São Francisco com a Província mineira proporcionava tal comodidade.

Foram criados asilos e enfermarias, enviados medicamentos e ambulâncias, nos lugares próprios e convenientes por onde as caravanas passassem, para receberem e tratarem dos doentes que emigravam. A Enfermaria de São Gonçalo dos Campos ficou a cargo do Dr. João Pedro da Cunha Valle, da Feira de Santana pelo Dr. Domingos Carlos da Silva, em parceria com os Acadêmicos Carlos José da Silva Nobre e Antônio Augusto Guimarães, e da Vila de João Amaro pelo Dr. Egas Muniz Barreto Carneiro de Campos, e as povoações de Currealinho e Areia pelo Dr. José Antônio Ferreira da Rocha, nas Freguesias de Tapera e Amargosa, foi enviado para lá o Dr. Antônio Moreira Sampaio por causa de uma febre epidêmica. Existiam despesas precisas para o tratamento de pessoas fugidas das secas nos hospitais de caridade, como no caso de Cachoeira.

Por conta dos órfãos desamparados criaram uma comissão composta pelo Comendador Antônio Botelho de Andrade, do Comandante Superior Antônio Gomes Calmon, Tenente Coronel José Martins da Rocha, Major Antônio Lopes da Silva e Capitão Antônio Gomes de Azevedo para levar as crianças órfãs a Salvador, assim como incumbiu ao Delegado de Santa Izabel a mesma missão.

Investigou-se as pessoas que estavam dentro das comissões de socorros públicos, pois foram eleitas a partir de suas influências, tanto na capital quanto nos sertões, para entender qual a

¹⁰² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607

importância e o interesse para estes em fazer parte das comissões de socorros. Além disso, este estudo assim como muitos outros que envolve proprietários de terras do interior baiano demonstram o quão poderosos eram nestes territórios e como influenciavam a política e a economia baiana. Em geral, as comissões eram formadas por proprietários de terras e que tinham titularidades militares, muitos deles coronéis naturais dos Sertões, principalmente do Alto Sertão.

O tenente-coronel Gonçalo de Amarante Costa, fez parte da comissão de compras, irmão do Major Francisco Antônio de Atayde, que era negociante de praça e membro da comissão central de socorros públicos de 1860. Eram naturais de Canabrava, Amarante da Costa também era minerador e fazendeiro em Andaraí, comerciante e industrial em Salvador e na Chapada Diamantina com a Companhia Victoria. Não tinha filhos e seus principais herdeiros foram a esposa e o sobrinho Capitão Gonçalo de Atayde Pereira. O coronel também era negociante na praça de Caetité, onde em 1860 assumiu as dívidas da família Gondim, que possivelmente tinham se endividado por conta da seca no mesmo ano e como consequência, não conseguiram pagar a dívida que se arrastou por mais de 20 anos, após a morte do Amarante Costa.

Segundo Neves (2008, pág. 118-119), em 1875 o Coronel morreu a bordo de um navio alemão em viagem para Portugal, enquanto os filhos e os genros Gondim se desentendiam para efetuar o pagamento das dívidas a família de Amarante da Costa envolvendo também o tenente-coronel Antônio Gomes Calmon.

Calmon, possuía negócios em Lençóis e foi avaliador dos empréstimos do seu genro, da família Godim, ao coronel Amarante Costa. O montante de dívidas dessas famílias, em 1860, chegou a 194:217\$360 réis, hipotecando-se várias fazendas em Caetité, Monte Alto Curralinho e Lençóis. O coronel Calmon participou ativamente do movimento político de emancipação da vila de Lençóis.

O Decreto nº 158 de sete de maio de 1842, autorizava os Presidentes das Províncias a ordenar despesas além das determinadas por Lei e Ordens do Governo Imperial, em seu parágrafo 10, estabelecia o socorro de alguma Província nos casos de incêndio, fome, epidemia, inundação ou semelhante infortúnio mediante a responsabilidade dele,¹⁰³ possibilitou à Presidência a concessão de créditos, inclusive sem limitação, nos termos do decreto: “indispensável, conforme a exigência da situação”. Respalda pela Constituição de 1824, no artigo 179, a garantia da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros e no seu parágrafo 31, assegurava os socorros públicos ¹⁰⁴.

¹⁰³ Decreto Numerado – 158 de 07/05/1842 [Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1842], pág. 230-231.

¹⁰⁴ Constituição Imperial de 1824. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

Essas legislações respaldaram as contrações de créditos ao Ministério do Império em tempos de secas. Em 1860, o Governador Provincial Costa Pinto pediu a concessão de dois empréstimos para essas novas ações de socorros. Por meio do Decreto 2663 de 06 de outubro de 1860, o ministério liberou crédito extraordinário de 200:000 réis para as despesas feitas com socorros públicos no exercício de 1860 a 1861, no demonstrativo de outubro/60 a janeiro/61 das despesas baianas havia gratificação a médicos, medicamentos, gêneros alimentícios e outras despesas, além de entregas as comissões de socorros dos Sertões para distribuir a pessoas necessitadas, compras e aluguéis de animais para conduções totalizando na soma de 100:531\$340 réis.

O poder local era constituído por proprietários de terras, animais e pessoas que dominavam a cena política do interior, sua influência possibilitava ser eleito ou eleger alguém de confiança, conseqüentemente, exercendo poder em cargos públicos administrativos do Império. Nesse trabalho, isso está mais do que claro, além de refletir sobre a ilusão de um distanciamento dos sertões com o litoral, que não existia, já que muitos desses senhores participavam não só da política local como da provincial.

Por meio de uma conversa entre o Major Ezequiel Rodrigues Costa do Brasil e o Presidente Costa Pinto, a comissão de socorros municipal de Jacobina teve a autorização de tomar empréstimo há um negociante de praça e morador local, no valor de oitocentos mil, quantia aplicada na compra de gêneros de primeira necessidade para distribuir às pessoas necessitadas e “indigentes”. Segundo o ofício, o pagamento da dívida foi passado ao Estado. Na insistência que a maior falta era do dinheiro, somente por meio dele é que salvaria a pobreza aflita e “concorram mais proveitosamente para emigração necessária, e para a qual há de a Comissão esforçar-se a fim de torná-la efetiva. É, pois com dinheiro que a Comissão de um modo mais satisfatório poderá preencher afim paternais do Governo”¹⁰⁵. A comissão pediu que fosse mandada pelo Major outra quantia para comprar farinha. Essas relações de proximidade entre os senhores de terras e de títulos militares com o presidente da Província, especialmente do Major Costa do Brasil, denota como o poder local também podia interferir nas ações públicas do Estado beneficiando ou não as comarcas do interior.

Em Santa Isabel, havia uma grande quantidade de migrantes e usando de tal justificativa a comissão tomou emprestado o valor de um conto quatrocentos cinquenta mil réis ao negociante Major Francisco Antônio de Atayde para socorrer os emigrados que diariamente se apresentavam no “mais lastimoso estado reclamando imediatos socorros”. Posteriormente, informou à Presidência que não

¹⁰⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607

lhes restava outro recurso, por isso, o empréstimo foi feito sem a autorização provincial. O Major recebeu da comissão uma ordem no mesmo valor do empréstimo para que fosse paga pelo governo.

O Cônego vigário José de Souza Barbosa, da Matriz Nossa Senhora do Bom Jesus do Rio de Contas (Piatã), relatou que morreram por lá tanta gente que ele não estava conseguindo fazer os assentos, muitos foram enterrados nas estradas e matas porque os vivos não tinham força para levá-los ao cemitério, assim como migraram daquele sertão mais de seis mil almas, reduzindo a população da freguesia. Informou também que o arcebispo doou a mitra e a caixa pia da igreja para alimentar os pobres, pois não tinham dinheiro nem mantimentos naquela região.

Sem recursos para ajudar os sertanejos, pediu autorização de empréstimo no valor de 2:000\$000 réis (dois contos) a Tesouraria Geral com a maior brevidade, “descontando-se gradualmente essa quantia na cômputo de 610\$000 réis anuais que recebo do tesoureiro geral na razão da terça ou quarta parte até amortizar esse débito”,¹⁰⁶ Solicitou também, que a tesouraria desse a ordem para ele receber essa quantia em qualquer das coletorias das Lavras diamantinas ou do Rio de Contas para que chegasse com brevidade.

Os ofícios e cartas encontrados nos maços de Secas no Arquivo Público da Bahia podem nos dar uma ideia do cotidiano das comissões e autoridades locais durante o ano de 1860/61, pois os relatos demonstram um pouco mais da realidade vivida pelo sertanejo, enquanto os Relatórios dos Governos trazem uma formalidade legislativa e geral dos acontecimentos. Nas correspondências do interior, detalhavam todo e qualquer recurso entregue.

Na Vila de Santa Isabel do Paraguassu, os comissários municipais expuseram que a farinha enviada pelo Major Curvello era distribuída aos sábados, destaca de onde saiam às cargas, quantidades e sacos de farinha, assim como a distribuição em cada sábado, também calculando as perdas de 18 sacos de farinha por chegarem imprópria para consumo, assim como nome de quem as acompanhavam e que “cada uma e das quais demos recibos aos condutores para solicitarem de quem competir o respectivo pagamento”¹⁰⁷. Aparentemente, a vila continha 538 pessoas em sua maior parte famílias mais ou menos numerosas, quando recebiam os socorros em dinheiro, dividiam “observando uma ordem regular em benefício das concernentes, procedemos a respeito da farinha, parece-nos que todos ficarão satisfeitos sem haver um só que se queixe de ter sido mal (...) ou alguém que estando

¹⁰⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹⁰⁷ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maço 1583.

no caso, deixasse de receber a sua quota”¹⁰⁸ mesmo que chegassem retirantes diariamente pedindo ajuda.

Em Jacobina, as comissões relatavam que alguns moradores da vila movidos pelos seus interesses ou desejo de prevenir, transportavam pequenas quantidades de farinha de mandioca para a vila “onde se conserva exposta à venda pelo preço de sete e oito mil réis a quarta, sendo este valor ultimamente sustentando pela continuação das diferentes e repetidas remessas, que de semelhante gênero, e da Cidade da Cachoeira, para esta Villa, se tem feito”¹⁰⁹, mas por conta da contratação de “bestas de cargas” com fretes caros criou a desvantagem de a farinha ser vendida em tal lugar pela “importância superior à que presentemente é vendida”.

Pedro da Silva Rego, um dos Comissionários Gerais dos Sertões, transitava por várias comarcas, pela obrigação de fiscalizá-las e ajudá-las. Em algumas de suas cartas, manifestava as dificuldades em não ter dinheiro suficiente para fornecer todos os lugares: “De novo participo a Vossa Excelência que estou sem dinheiro; e se dificilmente vou socorrendo o grande número de infelizes que afluem de todas as partes, menos posso enviar as quantias de que precisam os diferentes Comissionários dos Municípios que me pertencem”¹¹⁰. Obviamente, ele está falando da dificuldade que existia em ter grande quantidade de dinheiro público consigo, assim como suas movimentações entre as Comarcas não possibilitava a agilidade de entrega de tal recurso. Talvez por essas dificuldades, o Presidente tenha entregado a Comarca de Caetité ao Coronel Spínola, também Comissário Geral. Esses contratemplos abriam pressupostos para que as Comarcas pedissem empréstimos aos negociantes de praça da região.

Na vila de Capim Grosso, a Câmara solicitou ao Presidente Costa Pinto que lhe desse algum socorro pecuniário, pois não se encontrava gêneros nem animais para cargas em muitas léguas da Vila, os lugares que o município buscava produtos eram:

“Crato e Cariri da Provincia de Ceará, em cujas circunstâncias será completo e muito aproveitado dos socorros do governo vindo uma carregação de farinha e feijão para cidade do Penedo embarcados por que dali subirá a virada pelo Rio São Francisco alto porto das Piranhas, desde com um certo trajeto por terra até a Vaglia Redonda, embarcará de navio e virá pelo dito Rio até esta Villa para ser distribuída”¹¹¹.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maço 1583.

¹¹⁰ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maço 1583.

¹¹¹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

Em Jacobina, as remessas tiveram problemas e não pode ser efetuada por causa dos condutores que estavam sem o adiantamento de uma parte dos fretes, a comissão entendia que os condutores eram homens pobres e “não poderão deixar suas famílias sem as precisas meias que promovam suas alimentações, além das indispensáveis despesas com milho para os animais e outras necessidades durante a viagem”. O Ato nº 07 estabelecia que os fretes fossem pagos quando as mercadorias chegassem ao destino, mas a comissão municipal defendia o adiantamento da parte do frete para que os tropeiros pudessem sustentar suas famílias. Havia, portanto, uma interferência quase que invisível do poder local nessa causa. Os tropeiros eram, possivelmente, pessoas pobres que buscavam sua sobrevivência transportando os gêneros alimentícios enviados pelas comissões, ou seja, uma estratégia para enfrentar a seca sem migrar do lugar de origem.

Enquanto, o delegado José Soares da Silva de Lençóis acusava que talvez a requisição de cargas pelo governo tenha feito com que os tropeiros aumentassem os valores dos fretes pela alta demanda, por outro lado, atravessar os sertões em tempos de seca requeria animais fortes e bem alimentados, a diminuição das cargas para cada animal demonstra que o alimento era escasso durante o percurso. Para ele, era “uma maldição dos dinheiros públicos, que mais que nunca nos causa agora males incalculáveis: as cargas, que deviam ser de oito arrobas, são de cinco, e o preço da condução é o mesmo!”¹¹². De acordo com essa opinião, estava o Presidente da Província Costa Pinto que culpa a “avareza inqualificável, a crueldade inaudita com que alguns tropeiros, prevalecendo-se do apuro de tão críticas circunstâncias, levantarão o preço das conduções, especulando assim barbaramente com a calamidade geral”,¹¹³ por falta de gêneros em lugares mais longínquos da Província.

2.2. “Muitos abandonam suas habitações e emigram para outros lugares onde reina alguma abundância”¹¹⁴: A Emigração baiana

Na proposta assinalada pela Comissão Central informava que se existirem em alguma parte da Província colônias nacionais ou alguma tentativa de estabelecer, poderiam ser enviados para esses lugares os emigrados que não quisessem voltar ou não conseguissem um emprego nas obras e fazendas.

¹¹² Idem.

¹¹³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 29. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹¹⁴ O Industrial: Jornal Político, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, edição 00503, pág. 02. [O Industrial : Jornal Político, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/O-Industrial-Jornal-Politico-Litterario-e-Commercial-BA-1860-a-1861-00503-02)

Com a migração crescendo, o governo buscava ações efetivas para controlá-las. Para Ferreira Pena, os ofícios sobre a falta de gêneros ou a carestia deles demonstravam o quão eram ineficazes para cessar a crise. Ele destaca que o único recurso restante para a população pobre era a emigração das famílias, concluindo que não podia ser feita de modo rápido e dependia de grande despesa pública.

(...) para lugares mais favorecidos pela Província e chamar ao serviço militar os moços que estiverem em circunstâncias de alistar-se nos Corpos do Exército, ou no de Polícia, enquanto a mesma crise não permite que se empreenda a abertura de estradas e outros melhoramentos materiais, que no futuro preservem de iguais calamidades aqueles Distritos, aliás importantíssimos pelas riquezas naturais que contém fio seu solo¹¹⁵.

Para Lyra (1982), a região sul estava diretamente ligada a uma política governamental de proporcionar a fixação dos colonos como proprietários de terras, direcionando para o lugar o excedente populacional da província. “A Região Sul da Bahia apresentava-se, durante todo o século XIX, como uma área pouco povoada e com abundância de terras, portanto, uma área em potencial para a expansão agrícola” (LYRA, 1982, pág. 56). Assim, era necessário o povoamento das terras do Sul que estavam devolutas contribuindo para uma nova roupagem não só populacional como econômica, pois o intuito de aumentar o povoamento tendia a criar ou fortalecer produções como o cacau.

Em 1861, ao apresentar o relatório, o novo presidente Antônio da Costa Pinto ressaltava que não desconhecia que uma emigração feita de forma tumultuada e sem precauções “podia agravar o mal, e inutilizar o remédio” necessitava que fosse feito com “cauteladas prescritas nas referidas Instruções, e outras providências”, que já tinha preparado. Convencido que se a estiagem continuasse a piorar, a migração “era incontestavelmente o único meio de salvação”. Com um poder de decisão limitado, o Presidente da Província informou que fora:

Diante não autorizado pelo Governo Imperial a dirigi-la para as Comarcas do litoral ao Sul da Província, onde a uberdade dos terrenos promete ao cultivador laborioso amplas colheitas e um futuro desassombrado; contratando com o Tenente Coronel Joaquim José de Araújo Fonseca a fundação de uma Colônia composta de emigrados, em terrenos do Estado, à margem do Rio Pardo, da qual me ocuparei em outro lugar¹¹⁶.

Costa Pinto indica está atento às notícias das Comarcas sobre a chegada das “abundantes chuvas” – naquele ano de 1861 – que foram “excessivas a ponto de causarem inundações e mesmo

¹¹⁵ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER 130605_1860_00002, pag. 03. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹¹⁶ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 32. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

alguns prejuízos” e assinala cessar o plano de emigração caso as estas fossem “regulares e permanentes até o mês de abril e então os auxílios públicos serão apenas distribuídos por espaço de três meses, compreendendo neles as sementes que já tenho mandado franquear a todos”¹¹⁷.

Os motivos que determinaram a adoção de migração como meio de remediar a seca, que segundo Costa Pinto era o “meio mais eficaz para a salvação de tantos infelizes”, foram à falta de chuvas em meses sucessivos, logo depois que tiveram algumas notícias sobre chuvas nos sertões e o aumento de indigentes e migrantes por toda a província, inclusive na capital. Para o Presidente da Província, os esforços feitos pelo governo de socorrer com alimentos e dinheiro a população não aliviaria a seca, preferia que as localidades atingidas ficassem desertas a serem convertidas em vastos cemitérios. O aumento no número de migrantes continuaria crescendo e o recurso do Estado limitado não era exaurível, precisavam de uma solução mais duradoura e concreta.

A migração sertaneja tomava vários rumos, entre eles a capital da Província, as Comarcas próximas ao litoral e ao rio São Francisco. Muitos que chegavam a Salvador e eram enviados ao Engenho da Conceição que se converteu em um “depósito geral” de emigrados, e “ali se conservaram sob a vigilância protetora do Governo, até acharem ocupação e trabalho”, como no caso dos que foram empregados no serviço da via férrea e nas estradas em Santo Amaro. Outro “depósito” foi criado sob os custos do Senador Barão de São Lourenço, no engenho de sua propriedade que recebia e tratava grande número de emigrados, “prestando assim a humanidade e a Pátria mais esse relevante serviço, digno de ser imitado para outros, que estão em idênticas ou melhores circunstâncias”¹¹⁸, justificava o presidente Costa Pinto.

O Comissário Geral Pedro Rego, escreveu de Rio de Contas que entendia que as incertezas das chuvas em 1861 abalavam o espírito da população sertaneja, por isso a ideia de migração como meio de salvação para alguns era abandonada, para outros era inconveniente por vários motivos, entre eles a alta mortalidade dos retirantes no percurso. “De um a outro lado há razão pró e contra a migração era inconveniente, ao menos por algum tempo mais”, para ele, os males eram maiores e as “despesas que resultaria dessa medida superiores ao socorro prestado na localidade”, uma vez que “as pessoas, para as quais a emigração poderia ser abraçada como meio de salvação, são justamente aquelas, que por fracas, deterioradas em sua saúde irão morrer, fazendo-as viajar sem as precisas comodidades, antes de acharem-se reestabelecidas”. Outra indicação, para ele, era o difícil “arranjo

¹¹⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), Per130605_1861_00001, pág. 39. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹¹⁸ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maio 1583.

da condução, tanto pela falta de animais, como pelo grande número de meninos que não poderiam caminhar a pé”¹¹⁹.

O delegado Aristides Ferraz Moreira relatou em tom de desabafo ao ver o número de necessitados sempre crescendo no Termo de Lençóis. Segundo ele, depois de suas indagações policiais, não havia pelas serras mais que cem garimpeiros na vila e aqueles que não queriam ou não podiam emigrar procuravam os povoados próximos atraídos pelos socorros públicos e particulares.

Se ao menos houvesse trabalho para esses infelizes, as coisas tomariam outra face, e nem teriam chegado ao estado lastimoso em que nos achamos; porém não há trabalho para eles; porque o trabalho aqui consiste na mineração de diamantes, única indústria das lavras, e esta está completamente paralisada pela falta d'agua para os respectivos trabalhos, pois há dois meses e meio que não chove ¹²⁰.

O delegado, favorável à migração, argumenta ao presidente Ferreira Penna, que mesmo que fosse um mal, a imigração era necessária para as lavras diamantinas, argumentando que enquanto uma população nômade não deveria ser comparada às agrícolas. Contrário à opinião de que a emigração, nas circunstâncias em que se encontrava o termo, privaria aquele lugar de braços para semear a terra no tempo próprio tomando como mal permanente era um erro, pois:

(...) esses que assim pensão consideram as populações mineiras nas mesmas condições em que se acham as populações agrícolas, e nisso está o seu erro. A população das lavras diamantinas é nômade por necessidade: vive exclusivamente da mineração de diamantes, e se alguma agricultura existe, esta não passa da cultura de hortaliças. Quando há água, e o diamante goza de bom preço, a população cresce, e a prosperidade é geral, e quando as coisas não correm favoravelmente, ela emigra, ou acumula-se nas Villas, procurando meios de vida ¹²¹.

Entretanto, é possível inquerir que os mineradores tivessem algumas lavouras e se adaptassem a outras profissões, por outro lado, poderia haver agricultores ou de outras determinações se transformassem em mineradores com o boom de minérios que ocorreram ao longo dos séculos.

Em outro ofício, o delegado e da Câmara Municipal de Caetité, de 23 de março do mesmo ano, observou que “o mal se ia agravando com a chegada e passagem de grande número de emigrantes das Lavras diamantinas”¹²², segundo ele, em Rio de Contas, e outros lugares, a reunião de numerosos

¹¹⁹ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maço 1583.

¹²⁰ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹²¹ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Per 1860. 00002, p.07. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

¹²² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

grupos, alguns armados, colocavam em risco a segurança individual e a propriedade dispostos por meio da força obter gêneros alimentícios que precisassem. Nesse ofício, o delegado solicitou o valor de dez a doze contos de réis para remediar a situação através da compra de víveres na Província de Minas, “distante 35 léguas, onde será possível obtê-los por mais cômodos preços”.

O Juiz Municipal de Xique-Xique, Manuel Fulgêncio de Azevedo relatou que muitos desvalidos percorriam as ruas sem achar nenhum socorro e se agravava a situação diariamente “pelas numerosas bandas de imigrados das Serras do Assurá e mais lugares centrais do Termo e de outras Vilas”, interpelando ao governo que não mitigasse e minorasse a sorte dos indivíduos. O delegado José Soares da Silva de Lençóis, 02 de abril de 1860, escreveu que a crise continuava e nas ruas da Vila, “bandos de meninos desamparados por seus próprios pais”, vagavam e pediam esmolas, por isso solicitou ao Governo algumas medidas para socorrê-los e livrá-los da perdição dando trabalho ou o que fosse conveniente.

A despeito das normas implementadas por meio do Ato Nº 07 de 03 de janeiro de 1861 (Instruções para Emigração), considera-se os pontos mais importantes como a obrigação do comissário nomear um diretor ou guia responsável pelo sustento e tratamento em cada parada até o local destinado com dois ajudantes escolhidos por ele para tratarem as enfermidades dos emigrados e auxiliarem no que fosse preciso. Acompanhavam a caravana alguns guardas para fazer a segurança dos gêneros, possivelmente por conta dos roubos provocados por outros famintos e retirantes.

As caravanas eram limitadas a 100 pessoas, número menor ou maior que esse, sem guia, não poderia seguir ou emigrar de um para outro município, onde seria mais fácil completar a caravana. Bem como, não seguiriam sem ambulância e mantimentos necessários. Era obrigatória a matrícula de cada indivíduo, independentemente da idade. O artigo 17º explicitava “que onde quer que haja comissários haveria também livro de matrículas, em que fosse declarado o nome do emigrado, estado, sexo, idade, qualidade e a profissão. Ninguém poderia fazer parte da caravana sem matrícula”¹²³.

Cabe também refletir que a esse método de controle do retirante era inspirado nos livros de matrículas dos escravos, pois como uma sociedade em que a mentalidade evolui de forma lenta usava suas formas tradicionais para controlar a plebe. As matrículas dos escravos, ao longo do século XIX, abarcavam o interesse do governo em fiscalizar, quantificar e arrecadar impostos sobre a população cativa. Certamente, a matrícula servia para que escravos não utilizassem as caravanas de migração

¹²³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 136. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

para fugir dos cativeiros e da seca. Esse tipo de documento era usado para regular a propriedade escrava. Em 1832, já havia uma normativa que mencionava e atribuía características a matrícula,

A matrícula dos escravos proposta pela Resolução de 1832 foi, portanto, uma matrícula cuja tentativa de aplicação se deu em âmbito nacional, como meio de fiscalizar e arrecadar a meia sisa – mesmo dos escravos que entravam ilegalmente no país. (...) essa matrícula encontrou forte resistência dos senhores, provavelmente porque exigia determinadas informações que denunciavam a ilegalidade do tráfico, como a idade e a origem do escravo. (ESPÍNDOLA, 2016, pág. 46-47)

Mas em 28 de setembro de 1871, o Governo Imperial sancionou outra lei, “lei do ventre livre”, para regulamentar a posse de escravos e fundos de emancipação. Esse registro geral, contendo o “nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação” de cada escravo, consistia em pré-requisito essencial para a aplicação do fundo de emancipação e outros dispositivos da lei (CHALHOUB, 2003, pág. 123).

Possivelmente, por esses fatores, cada diretor recebia uma lista com os nomes dos emigrantes de sua caravana. As pessoas que adoeciam no caminho ou ficassem impossibilitados de viajar, eram encaminhados para os Comissários dos distritos por onde passavam, os quais, depois do tratamento conveniente, seguiriam na primeira caravana. Esta obrigação compreendia também os enfermos do lugar ainda não matriculados. Era proibido ao migrante estabelecer-se em uma das várias vilas em passagem ao destino determinado pelos agentes públicos, a não ser que fosse impedido de continuar a marcha devido a alguma enfermidade grave.

Os diretores ou guias ficavam obrigados a tratar com humanidade todos os emigrados e aos que não pudesse fazer o serviço gratuitamente, receberia uma gratificação. “Dependendo principalmente dos diretores o bom resultado da emigração, recairá a nomeação deles em indivíduos inteligentes, honrados e severos, preferindo-se os que tiverem prática de curar ou forem médicos”¹²⁴. Alertando para sanções de responsabilidades em caso de culpa.

Após o término da estiagem, era facultado ao retirante voltar ao seu município de origem ou permanecer no local para onde migrou, caso tivesse se estabelecido através de um emprego ou tornando-se colono em algum projeto de particulares ou do governo. Como últimas instruções, o governo definiu a capital como destino das caravanas de emigração e logo que se formou a primeira colônia nacional nas comarcas do Sul.

¹²⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 136. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Em relatório do Presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque sobre as exportações da Província nos primeiros meses de 1863, indicou que os gêneros depositados nos trapiches eram da última safra que foi favorecida pela ação atmosférica, ou seja, pelas chuvas de 1861/62, e por isso, “a exportação, terá ela de decrescer mesmo no presente ano”, pois já estavam novamente em meio a seca e caso fosse agravada, a safra seria muito menor. Salienta que os lavradores do Recôncavo da Província já se “queixão da falta de águas que fecundem e beneficiem suas terras, e de alguns pontos do interior se tem reclamado providências administrativas, em consequência da seca que por eles se tem manifestado”¹²⁵. Cabe aqui esclarecer que, segundo as fontes utilizadas, a palavra “lavrador” referia em sua grande maioria a pessoas de posses, proprietários de terras.

Em discurso na Assembleia, o Presidente afirmou que “os povos com razão recearam grandes calamidades e muitos se dispunham, depois de graves sofrimentos, a abandonar suas casas e procurar o litoral”, para ele, restava prepara-se recebê-los e auxiliá-los. Nesse momento, apenas dois municípios – Pombal e Monte Santo – haviam se pronunciado pedindo a intervenção do Governo do Barão de São Lourenço.

No intuito de evitar o abuso e não intimidar as populações, dei certas providencias reservadas cujo resultado aguardo, parecendo-me, porém, que a Divina Providencia se compadece-o de nosso infortúnio, derramando por esses lugares copiosas chuvas que devem ter reanimado as populações e renovado os recursos de vida¹²⁶.

A seca realmente não era mais novidade para as autoridades da Província, a da década de 1860 foi a mais devastadora e deixou certa experiência para o governo, portanto, em 1869 (seca 1869/1872) as doenças e a falta de chuva já eram tratadas como algo natural. Um fenômeno que não era novo e estava presente não só na vida sertaneja, mas também na da Província embora relutassem. Todavia, ainda ocupava posto pouco importante no imaginário social da capital.

O inverno passado foi pouco chuvoso, o verão ardente, e uma seca rigorosa por mais de três meses na Capital e na maior parte das localidades do interior, em algumas do sertão por oito e nove meses, e o grão elevado em que se conservava a temperatura, acompanhada quase sempre de humidade, são causas enérgicas, e que reunidas a outras locais de insalubridade, que infelizmente se encontram em todos os grandes centros de população, criam individualidades mórbidas que se desenvolvem com mais ou menos extensão e intensidade segundo as condições higiênicas, e predisposições particulares a cada família, pessoa e habitação¹²⁷.

¹²⁵ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1863_00001, pág. 83 (23). Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹²⁶ 1869_00001, pág. 95-96

¹²⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1869_00001, pág. 22. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Aparentemente, o governo provincial considerava um peso desenvolver e aplicar ações de enfrentamento às secas, pois, para ele, a responsabilidade não estava somente no Estado, dando-nos a falsa impressão de uma não separação entre público e privado. Entretanto seu posicionamento estava mais para uma omissão de ações públicas que sob pressão enviou socorros para os doentes, assinalando que as autoridades locais estavam usando as calamidades para cobrar ao poder público deixando a intervenção privada de ser solicitada, além de não se empregar dinheiro em melhorias e higiene sanitária nas localidades.

Mas notei essa tendência fatal que se manifesta, de os atirar a cargo exclusivamente do Tesouro Público; atrofiando toda intervenção e iniciática individual no tratamento das pessoas atacadas durante o reinado das epidemias; donde resultam o pouco ou nenhum zelo e cuidado no asseio e limpeza das povoações, e na introdução de certos melhoramentos às vezes fáceis e de exíguo preço, que por essa opinião são considerados como consecutórios dessa obrigação que pesa sobre o governo ¹²⁸.

A seca já entrava no ano de 1870 fazendo famílias inteiras emigrarem de vários lugares do interior, com isso o Presidente Barão de São Lourenço nomeou uma comissão central para cuidar dos socorros. Formada por muitos que já tinham participado de comissões anteriores – “Presidente: Deputado Manoel Joaquim Bahia, Tesoureiro Pedro da Silva Rego; Membros da comissão: Francisco José da Rocha, Antônio Francisco de Lacerda, Barão de Pereira Marinho, Tenente-Coronel Gonçalo de Amarante Costa e Deputado Dionísio Gonçalves Martins¹²⁹.”

A comissão funcionava desde novembro de 1869, no Tribunal do Comércio, e estabeleceu comissões auxiliares em Cachoeira, Feira de Santana, Purificação, Alagoinhas, Inhambupe, Camisão, Monte Santo e Nossa Senhora do Livramento do Barracão. Ficou a disposição para o transporte gratuito de gêneros as companhias de pacotes a vapor, tanto nacionais como estrangeiras e a estrada de ferro. A Comissão Central contava com a ajuda do Barão de Pereira Marinho que com suas influências comprava gêneros alimentícios nas Províncias do Rio de Janeiro e Santa Catarina que chegavam gratuitamente pelo paquete Cruzeiro do Sul.

Segundo Pinho (2015, pág. 134), o Barão era um dos maiores açambarcadores de carne charqueada no Brasil, usava de sua influência para manipular os preços dos gêneros em favor próprio. Pereira Marinho era constantemente acusado de controlar a entrada da carne seca no porto de Salvador, a fim de promover escassez e com isso elevar os preços praticados (PINHO, 2015, pág.

¹²⁸ Idem, pág. 22

¹²⁹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 56. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016.

135). Em 1857, a demora do navio Cruzet e Fernandes, de Montevideo a Bahia foi atribuída “ao controle da oferta do produto na praça soteropolitana, pelo comerciante Pereira Marinho” (PINHO, 2015, pág. 135).

Instaurado o Regulamento das Comissões, todas as movimentações deveriam ser feitas seguindo os preceitos da economia, moralidade e vigilância visto que “não podendo tão árdua tarefa ser satisfatoriamente desempenhada diretamente pelo governo ou por seus agentes, ainda os de maior confiança”¹³⁰. Mais uma vez, a parceria do público e privado, que muitas vezes tinham atritos, mas podiam também caminhar lado a lado por interesses diversos.

Todas as comunicações eram feitas por intermédio do Chefe de Polícia, a Câmara Municipal ou Oficiais da Guarda Nacional sem direito a recusa. Os transportes de passageiros e cargas terrestres ou aquáticos não podiam recusar o transporte dos gêneros. Nessa seca, o arsenal da marinha foi utilizado para armazenar gêneros. Basicamente, as ações implementadas na seca de 1869/72 foram comissões públicas que socorreram as Comarcas e Vilas com gêneros alimentícios, não houve relatos de comissão para auxiliar na emigração, embora o presidente tenha deixado claro que os emigrantes fossem para as colônias nacionais. As Comissões Municipais formadas, novamente por pessoas influentes e que detinham algum poder em seus lugares, mas não eram os mesmos que estavam presentes na seca de 60, dessa vez havia uma presença maior dos vigários.

Com o conhecimento de muitos empréstimos na fome de 60, o Presidente Barão de São Lourenço, em 1869, abriu uma subscrição, caso a comissão central precisasse de dinheiro, no valor de seis contos de réis. Logo, recebeu notícias que o guarda-mor da Alfândega, Jose G. Martins ofereceu a quantia de trinta réis por mês do seu próprio bolso para os socorros às vítimas da seca¹³¹.

Em uma exposição na Câmara da Assembleia Legislativa, em 1873, na votação do projeto de restauração da Santa Casa de Misericórdia de Lençóis, o deputado Cezar Zama lembrou a devastação da seca de 60 e as medidas tomadas pelo governo explicando que dessas ações, restaram em dinheiro 30 contos de réis que o Augusto Chaves, Presidente em exercício, em 1862 distribuiu para algumas Vilas, na intenção de construir casas de misericórdia e asilos.

O sr. Augusto Chaves, não sei se 3º ou 4º vice-presidente, então em exercício na administração da província, distribuiu esse dinheiro da maneira seguinte: 10 contos para um asilo de misericórdia em Jacobina ou Vília Nova; 10 contos para os Lençóis; e 10 contos para

¹³⁰ Idem, pág. 57

¹³¹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

Santa Izabel do Paraguassu. Não posso afirmar se na primeira, e última destas vilas chegou à realidade a ideia da presidência ¹³².

Segundo Zama, o dinheiro utilizado para comprar a casa de misericórdia em Lençóis foi usado na aquisição do edifício no valor de três contos de réis e funcionou até certo tempo, o restante do dinheiro foi dado a juros. Questionado pelo Deputado Jacome Martins Baggi sobre o empréstimo, respondeu que a mesa da Casa de Misericórdia tomou a decisão, mas que com a alta migração das populações das lavras diamantinas toda vez que havia a baixa de trabalho, o dinheiro tinha se perdido, geralmente nas mãos de pessoas conhecidas que não cumpriu os pagamentos. Por conta desse tipo de situação, talvez a cautela e a desconfiança dos Presidentes da Província ao socorrer as comarcas com dinheiro, era de grande relutância.

2.3. Oh! Que quadro medonho! A Emigração cearense na Província da Bahia

Todo o contexto sobre a seca na Província muda quando começa a receber uma grande quantidade de emigrados do Ceará, a Bahia atuava como se a seca fosse um problema externo a ela. A seca de 1877 assolou as Províncias do Norte, porém na baiana as ocorrências dessa estiagem foram pontuais e dessa forma silenciada pelos poderes públicos. Ademais, a grande seca em outras Províncias tomou as páginas dos jornais, ofícios, relatório dos presidentes e até gerou grandes discussões na Assembleia Legislativa da Bahia.

No seu estudo sobre a multidão, Castro Neves (2000, pág. 25) analisou diversas secas que aconteceu na Provincia do Ceará e como as ações da multidão influenciaram na visibilidade do pobre na busca por seus direitos. O autor destaca que a seca de 1877 quanto a intensidade, duração, extensão, mortalidade, prejuízos econômicos e escassez não se diferenciou das demais acontecidas. Entretanto, “a seca adentrou o mundo do poder constituído, avançou sobre o centro imaginário deste poder, sem respeitar-lhe os "canais competentes", e atingiu o cerne da aventura civilizatória que a elite local imaginava experimentar neste momento” (CASTRO NEVES, 2000, pág. 25). A grande seca ficou conhecida não por ser a maior e mais desastrosa, mas por ter interferido em um projeto de modernização que acontecia nas cidades nesta época, interrompeu um aprimoramento do que se entendia como civilização.

¹³² Anais da Assembleia Legislativa da Bahia, 1873 – 1887, Per238961_1874_0001, pág. 61. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016.

Segundo Cândido (2014, pág. 97) a diáspora sertaneja desenhou um amplo leque cobrindo quase todo território nacional, além de migrarem para lugares como Manaus, Belém, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo “a maioria seguia adiante, penetrando outros sertões até encontrar ocupações em colônias agrícolas, seringais, fazendas produtoras de café ou outros estabelecimentos rurais (CÂNDIDO, 2014, pág. 97).

A Câmara da Vila de Serrinha relatou que a seca acabou com os campos de lavoura e pastos, tornou os preços dos alimentos altos e fez com que muitas famílias vivessem a base da caridade privada, pedindo ao governo que fosse tomado as devidas providências. Segundo Lacerda (2008, pág. 37) as correspondências sugerem que os pedidos de auxílios feitos não foram atendidos pelo Governo Provincial, visto que não foram citadas, nem encontradas respostas do governo.

A Assembleia Comercial da Bahia, por meio da comissão de socorros composta dos Negociantes Joaquim Elizio Pereira Marinho (filho do Barão Pereira Marinho), Antônio Pereira de Carvalho e Jose Lopes da Silva Lima, promoveu um espetáculo circense para a arrecadação de donativos no Circo Equestre do Campo do Forte de São Pedro para ajudar as vítimas da seca no Ceará, conseguindo o montante de 2:200.000 réis. Na relação das doações feitas havia apenas pessoas de altos cargos públicos e de grandes propriedades. O Governo Provincial também recebeu cartas oferecendo doações para os retirantes cearenses, o vigário da Matriz de Alcobaça deixou à disposição dez por cento da sua cômputo, de janeiro de 1878 até findar a crise.

Em 1877, nos recifes de Jauá houve um grave naufrágio do vapor francês Paraná deixando vários imigrantes feridos e sem seus pertences, o que envolveu o Cônsul francês e o agente da companhia *Messageries Maritimes*, proprietária do barco, para dar as devidas assistências. O comércio de Salvador e a Junta de Associação Comercial arrecadaram 2:337\$000 réis para distribuir por quotas as vítimas, no entanto, nem todos foram receber a ajuda e seguiram viagem no mesmo dia. Sobrou o valor de 1:067\$000 réis da subscrição que fora enviado ao Presidente da Província (Henrique Pereira de Lucena) para socorrer os retirantes cearenses na Bahia.

Ao receber tal ato de filantropia, o Presidente respondeu que a Comarca de Juazeiro e a Câmara Municipal de Capim Grosso apontava que “já é considerável o número de famílias das províncias limítrofes flageladas pela seca (...), estou resolvido a ir em socorro das referidas famílias; e neste intuito aceitando o oferecimento de vs. ss., passarei a aplicar aquele fim a aludida quantia”

¹³³. Em nenhum documento tem alguma ação implementada pelo Presidente Lucena, apenas essa notícia e que não se sabe se o dinheiro foi usado para tal fim.

A região sanfranciscana acumulou grande número de retirantes cearenses, mesmo sofrendo com a seca, esta servia como passagem para a Província de Minas Gerais. O Juiz de Direito de Carinhanha respondendo ao ofício de Homem de Melo informava seguir as seguintes recomendações:

(...) que, logo que se apresentarem nesta Câmara taes indivíduos, providencie de forma que possam elles transportar-se para essa capital, donde seguirão para a Colônia Jequiriçá e outras que V. Exa. pretende fundar ao sul da Província, a fim de serem ali empregados, fornecendo-lhes roupa, alimento e instrumentos agrários adaptados à lavoura a que se quiserem dedicar. Assim como também que todas as despesas a fazer-se com os referidos emigrantes não devendo recahir sobre os cofres públicos, que já se acham bastantes gastados, recomenda-me que com o prestígio de minha autoridade e meios de que possa dispôr, recorra a caridade pública, promovendo subscrições em favôr d'aqueles infelizes, prestando assim mais um serviço ao país e a humanidade desvalida. (PINHO, 2014, pág. 80-81)

A atuação do Presidente Homem de Melo ia de encontro com outras atuações dos antigos presidentes, uma vez que ele priorizava a utilização de caridade particular para socorrer os emigrantes do que o uso de verbas públicas para tal finalidade. As únicas ações que usaram o dinheiro do governo foram às passagens para os lugares em que os retirantes desejassem residir, por causa de uma ordem direta do Imperador, que ainda recomendava que não privassem a liberdade dos retirantes cearenses.

Para essa viabilização, solicitou ao Governo Imperial, trinta contos de reais para “ocorrer às despesas em que estão orçadas cinco viagens de ida e volta do referido vapor, a fim de internar na Província de Minas os mesmos retirantes, aos quais se abonará também a diária de 400:000 réis, até o ponto de seu destino”. Visto que havia uma “grande corrente de imigração das Províncias do Norte para as margens do Rio São Francisco” e assegurado por “negociantes abastados de Minas”, afirmou que os retirantes encontravam ali “fácil emprego”.

Realizada esta medida em favor daqueles infelizes e localizados estes em uma região amena e fertilíssima, caberá à esta província a glória de haver prestado os melhores serviços na cruzada humanitária, que felizmente se tem levantado em todo o império em benefício dos nossos conterrâneos do norte, flagelados pela seca ¹³⁴.

¹³³ Ofício enviado ao Presidente da Província em 12/10/1877 pelo Presidente da Junta da Associação Comercial da Bahia, Joaquim Elizio Pereira Marinho. Jornal Correio da Bahia, pág. 01, Nº 170. Hemeroteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940> Acessado em 04/06/2018

¹³⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1878_00003, pág. 59-60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Para Homem de Melo, havia muito que honrar por esse ato heroico da Província baiana. Entretanto, a atitude do governo era de não assumir a migração cearense como um problema social na província que precisava ser estudado e implementado ações para amenizar. Alguns pontos da província sofriam com a seca e recebiam o mesmo tratamento do Presidente que agia como que a seca era problema apenas para os locais dos sertões.

O Monitor era o periódico que mais opinava sobre a seca, claramente ele era opositor a Homem de Melo e acusava o governo de se mostrar “fraco: incapaz de ação, incerto em suas medidas, desconcertado e impotente”. Ironizava, não exigiam que mandasse abrir sobre a terra as “cataratas do céu” apenas que o Estado amparasse “com sua mão poderosa esses milhares de coitados” que estavam morrendo de fome e epidemias. Questionava se estavam sendo “devorados pelo abandono e pela miséria?” criticava ainda, “o modo desleixado por que o governo tem socorrido os retirantes”. Segundo ele, o governo não elaborou nenhum tipo de estratégia para amenizar a sorte dos emigrantes: “houve, é certo, socorros, rios de dinheiro até correram com eles; mas nunca houve um plano de auxílios, um sistema de socorros, e, se devemos dizer com toda a franqueza a verdade, os socorros oficiais foram outra calamidade ao lado da calamidade celeste”¹³⁵.

O Monitor poucas vezes discorreu em suas folhas sobre o interior da Bahia e a seca, o silenciamento a respeito do assunto proporcionava total foco da imprensa nos retirantes cearenses enquanto calava-se sobre o interior que lidava com a chegada de grande quantidade de emigrantes, não só cearenses, mas também com a própria seca. A contribuição do periódico neste sentido é de que, novamente, a seca não era um problema inerente à província. Ferrenho opositor do governo de 1878, também era o informativo que fazia a panorâmica da política daquela época, por isso, permite-nos relacionar que a dívida¹³⁶ que a Província poderia fazer com que o presidente apelasse mais para a caridade privada do que para os cofres públicos, contudo isto não é uma afirmativa nem sequer o único motivo.

O período de 1877 se caracterizou, na província, pelo empenho que a caridade particular prestou em arrecadar fundos para doações às Províncias do Norte, especialmente o Ceará. Também chama atenção o fato de as vilas dos sertões baianos terem se mobilizado para enviar dinheiro para as Províncias, mesmo estando em meio a forte estiagem. Nos jornais O Monitor e O Correio da Bahia são possíveis verificar as várias benesses que o interior arrecadou.

¹³⁵ Jornal O Monitor, pág. 01, Nº 122. Hemeroteca Nacional, disponível em: [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 04/06/2018

¹³⁶ Jornal O Monitor, pág. 01, Nº 176. Hemeroteca Nacional, disponível em: [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 04/06/2018

O ofício do chefe de polícia interino Inocêncio de Almeida, em 1878, relatava que em Xique-xique, existiam dois grupos políticos conhecidos como Pedras e Marrões, rivais há anos, principalmente nas épocas eleitorais. Entraram em conflito deixando quatro mortos e dois feridos, além de incêndios e destruição da Vila. Filiaram-se depois que o delegado Major Segefredo Ataliba Galvão os expulsou para a Serra de Santo Inácio e assaltaram o transporte de gêneros que ia para Xique-xique, que nesse momento sofria com a seca e a fome. Em meio à seca de 1877/78, os sertões da Província baiana precisavam lidar com os retirantes cearenses, e com a própria seca que assolava algumas Vilas, além das disputas políticas com a mudança de um Presidente conservador para um do partido liberal, principalmente em Macaúbas, Xique-xique e Lençóis¹³⁷. Essa conjuntura se deu logo na entrada do Barão Homem de Melo, um liberal, em 1878 como Presidente da Província.

Esse tipo de configuração política aponta para o *modus operandi* da política do Império, em que as alterações no comando das instituições do governo central encaminhavam a prática de destituições e nomeações no governo provincial e nas municipalidades. No ano de 1878 essa configuração foi novamente experimentada, após aproximadamente dez anos de domínio do Partido Conservador à frente dos negócios do Estado. (CARDOSO, 2014, pág. 14)

Na Freguesia de São João Batista de Jeremoabo, “cidadãos brasileiros” assinaram um abaixo-assinado ao Presidente Homem de Melo, solicitando que acudisse aquele lugar que se achava sob o ceifamento do fantasma da seca, tendo muita gente vagando nas ruas da Vila por causa da fome, necessitando da “caridade pública ou morreriam à míngua”¹³⁸, pois os gêneros estavam com preços altíssimos. Entre os nomes na relação, estavam negociantes, empregados públicos, lavradores, criadores, inspetor de literatura, assistente de promotor, alfaiates, artistas, escrivão e ao se denominarem cidadãos, é notável que fossem pessoas que tinham certas posses e que participavam das eleições, seja na qualidade de candidato ou de eleitor. As medidas tomadas foram a criação de uma comissão para distribuição de víveres para os emigrantes que estavam naquela vila com pessoas daquela localidade.

Da seca de 1881, há uma ausência de fontes, lê-se apenas uma postura votada pela Assembleia Provincial, no distrito de Canabrinha, que proibia a criação de porcos soltos nos tempos de secas, pelas águas não serem correntes, sujeito a multa de 30 réis ou oito dias de prisão caso reincidisse, os animais seriam apreendidos e vendidos revertendo lucro para a municipalidade. Ficava proibido que os lavradores fechassem seus açudes aos sábados e domingos durante as secas ou regrassem as águas

¹³⁷ Mais detalhes das lutas políticas nos sertões na dissertação de: BARBOSA, Daiana Silva. “Do que é teatro a Bahia: disputas por cargos e jurisdição no Sertão do São Francisco (1878-1880)”. UFBA, 2018.

¹³⁸ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Seca 1845-1860, Maço 1608.

nas margens dos rios Ribeirão, Palmitos da Furna e Gameleira, multa de 30 réis e o dobro na reincidência¹³⁹.

¹³⁹ Anais da Assembleia Legislativa da Bahia, 1873 – 1887, Per238961_1881_0002, pág. 50. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016.

CAPÍTULO III

“... ou a remoção para os futuros”:

As comissões de socorros e ações públicas de enfrentamento às Secas

O estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil fora implementado desde 1808 com cessão de terras a estrangeiros, enfrentando diversas modificações sobre o uso da terra, acontecimentos políticos, crises econômicas e os direitos e deveres dos colonos. Na Bahia, a criação das colônias se deu a partir de 1818 com a ocupação das terras devolutas no sul da província.

Segundo Lyra (1982, pág. 08), com a promulgação da Lei de Terras em 1850, o Governo “criou um instrumento legal que definia as formas de acesso à terra e uma política de colonização, (...) voltados para satisfazer os interesses de alguns setores da lavoura nacional, interessados em utilização de mão-de-obra” (LYRA, 1982, pág. 08). Para o autor, a Lei de Terras possibilitou que a partir da década de 1850 criasse tanto colônias de estrangeiros quanto de nacionais para suprir a falta de braços na lavoura em decorrência da proibição do tráfico, argumentação usada pela elite senhorial. A Lei possibilitou o controle do Estado sobre as terras, fazendo com que os fazendeiros demarcassem e registrassem suas propriedades, no caso dos pobres o acesso ficou totalmente restrito dependendo ainda mais do trabalho nas posses senhoriais.

Várias colônias foram idealizadas e postas em discussão, pelo Presidente da Província João Luís Vieira Cansação de Sinimbu, em 1857, com o propósito de “ocupar terrenos devolutos entre Canavieiras e o rio Pardo, desenvolvendo o comércio entre essas duas áreas, aproveitando a população já existente e a que se deslocava para essa região, (PARAISO, 1998, pág. 625) numa investida de suprir a frustração em relação às colônias estrangeiras, que foram abandonadas por parte dos colonos por causa de diversos problemas¹⁴⁰.

A colonização foi intensificada entre o período de 1857 e 1870, principalmente, voltada para o homem nacional. Em 1857, o Coronel José de Sá Bittencourt e Câmara escreveu ao presidente Francisco Pereira de Aguiar sua opinião sobre a colonização, para ele era necessário que depois de tantos inconvenientes com as colônias estrangeiras, colocasse as nacionais como prioridade: “Eu penso que as colônias compostas de Europeus devem considerar-se secundárias, as primárias devem

¹⁴⁰ Não adentraremos tal assunto, neste trabalho ateremos a colonização nacional, especificamente as que tiveram a participação de retirantes sertanejos. Sobre a implementação das colônias agrícolas de estrangeiros e nacionais: JONES, Cleiton Melo. “Vem aí a Emigração: Expectativas, Propostas e Efetivações na Bahia (1816 1900). 145 pp. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 2014; BRITO, João Fernando Barreto de. Colônia agrícola Sinimbu: entre a regularidade do espaço e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880). 189 pp.

ser nacionais”¹⁴¹. O coronel tinha grandes interesses no desenvolvimento dos núcleos, principalmente próximas ao Rio de Contas já que tinha muitos hectares de terras no cultivo do algodão.

Para Antônio da Costa Pinto, em 1860, a colonização na Bahia não tinha passado de uma tentativa que constantemente falhava, apesar dos esforços e dos trabalhos dos vários administradores que passaram pela presidência. Segundo ele, a “Província era uma das que, com mais afinco, devia se preocupar com a colonização pelas condições do seu solo, cortado de rios navegáveis e fertilíssimos, (...) pela necessidade que já vai sentindo a sua lavoura de braços, que substituam os que tem desaparecido”¹⁴².

O jornal Industrial criticava a utilização de milhões de dinheiro do Império com a colonização europeia enquanto “no sertão tem sucumbido alguns milhares de brasileiros por falta de alimentação”. Questionava, ainda, se “não será loucura derramar os cofres do estado a benefício do estrangeiro, e deixar morrer de fome o nacional?” acusando de “lesa-nação” empregar esses recursos para colonos estrangeiros que possivelmente não se aclimatariam ao Brasil deixando perecer a população nascida no país “acostumada aos processos pesados da nossa lavoura, que resiste perfeitamente a ação de nosso clima intertropical que tem nossos costumes, nossa religião e os mesmos interesses que todos nós”¹⁴³.

Apesar das falhas na colonização estrangeira, a Bahia não deveria desistir da implantação considerando que a contribuição europeia civilizaria a população e contribuiria para o crescimento da nação era a opinião Costa Pinto.

Cada colono europeu, inteligente, laborioso e moralizado, que introduzirmos na Província é, além de uma força produtiva, em relação a agricultura, um elemento também de civilização para o país, que, ainda com algum sacrifício, deve aproveitar o concurso de todos esses homens, filhos de uma civilização mais apurada, e portanto, capazes de ensinar, pelo exemplo, a nossa população do interior, ainda em atraso¹⁴⁴.

A tentativa de investimento em europeus e ao mesmo tempo do trabalho livre nacional nas Colônias colocavam essa ideia de substituição em ação, com isso a elite baiana enxergava o colono

¹⁴¹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1857_00002 pag. 29. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁴² Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 31. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁴³ O Industrial: Jornal Político, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, edição 00503, pág. 03. Disponível em [O Industrial : Jornal Político, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605) Acessado em 11/05/2016

¹⁴⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 32. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

européu como civilizado o suficiente para beneficiar a agricultura, o comércio e conseqüentemente moralizar e civilizar os baianos. Enxergava-se os migrantes como uma mão de obra a ser moldada e modernizada. As colônias de estrangeiros eram colocadas como “uma escola de civilização para os homens ainda rudes do interior, pois que lá vão eles aprender a trabalhar, vendo cada indivíduo duplicar e quadruplicar as suas forças por meio de máquinas e aparelhos próprios”¹⁴⁵.

Ao referir-se às colônias nacionais, afirmava que “(...) em pequena escala, pode-se ir aumentando a proporção dos meios que tiver a Província com alguns escolhidos colonos estrangeiros, que possam instruir aos nacionais no ramo de indústria a que se dedicarem”¹⁴⁶. Para Castro Neves (2000, pág. 52) o “fechamento” das terras para os camponeses joga nas mãos do Estado uma enorme mão-de-obra pouco qualificada, mas submissa e disponível para qualquer tarefa (CASTRO NEVES, 2000, pág. 52). Isto significava que tendo tanta mão de obra pouco qualificada em migração deixava o governo preocupado a ponto de montar estratégias de controle e desenvolvimento técnico pensando na economia agrícola.

Nessas colônias, de certa forma, poder-se-ia aprender o trabalho por parceria e o trabalho livre, enquanto desconsiderava as experiências que muitos sertanejos já tinham com esses tipos de empregos, “(...) o saber relacionado ao trabalho acumulado pelos camponeses é inteiramente desprezado, com a exceção do desbravamento das matas para a passagem de linhas férreas” (CASTRO NEVES, 2000, pág. 54).

Argumentava-se ainda que, em ambos os casos, “o Governo devia ter a autorização para suprir os colonos até que chegasse à colher o produto do seu trabalho. Depois aconselharia a experiência, que é um grande mestre, qual o sistema melhor e mais proveitoso á adoptar-se”¹⁴⁷ e de fato, o Estado adotou esta ideia ao colocar uma cláusula no Termo de Colônia acerca de arcar com os primeiros gastos dos colonos.

As colônias de migrantes eram espaços de socorros públicos, porém, de acordo com Brito (2015, pág. 130), também foram pensadas como um lugar do trabalho, transformando os migrantes em trabalhadores disciplinados. Porto Alegre (1986, pág. 114) complementa que a falta de trabalhadores livres nacionais para substituir os escravos, ou a sua alegada incapacidade para o trabalho, era também um argumento constante no discurso das camadas abastadas, pois para eles a

¹⁴⁵ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1857_00002, pág. 29. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁴⁶ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1857_00002, pág. 29. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁴⁷ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001 pag. 32. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

escassez de mão de obra exigia medidas especiais, como uma política que solucionasse a crise instalada.

A ideia foi colonizar por zonas, pois era melhor “concentrar a população que vivia disseminada por um imenso território”¹⁴⁸ em locais específicos. A partir desse ponto de vista, as Comarcas do Sul eram os lugares para a instalação das colônias nacionais, por conta de o destas não ter condições “para resistir às enfermidades, que soem aparecer durante as explorações de terrenos pouco habitados, mormente dos que ficam às margens de rios pouco conhecidos”¹⁴⁹, que não fossem lugares afastados e sem um sistema de viação. Diferente dos estrangeiros que eram suscetíveis às doenças.

Para esses lugares favorecidos pela natureza, enquanto o europeu não compreender suas vantagens, é de proveito prosseguir na colonização nacional, pronta, eficaz, e pouco dispendiosa. O exemplo da colônia de Comandatuba deve animar-nos a outras fundações, marchando sempre com tino e prudência; sendo a dificuldade achar bons administradores, caracteres dedicados ao bem, e dominados pela caridade. Os padres missionários seriam ótimos fundadores e com mais proveito do que colhem da catequese que entre nós tem pouco avançado, mas que pode marchar simultaneamente, auxiliando-se¹⁵⁰.

O argumento em torno da colonização era a falta de braços, sua relação com a produção de gêneros alimentícios e o povoamento da região sul. As cobranças por mão-de-obra tinham justificativas vãs já que a Bahia tinha um grande número populacional livre, destaque em várias secas, como a de 1860. População essa que era composta por meeiros, agregados, trabalhadores com diversas profissões e pequenos lavradores, todos em condições de pobreza, vivendo em terras de senhores pagando pela estadia ou em solos inférteis. Para Porto Alegre (1986) a fome de braços se tornou algo contraditório dentro da história brasileira.

Constitui uma das mais notáveis contradições da história do trabalho no Brasil o fato de que se tenha instalado uma forte crise de mão-de-obra, em decorrência da escassez do braço escravo, em um período de grande crescimento da população livre, em sua grande maioria pobre e destituída (PORTO ALEGRE, 1986, pág. 106).

A autora observa que em estruturas mais rígidas como os engenhos de cana de açúcar houve dificuldade em introduzir o trabalhador livre, enquanto as fazendas de gados o trabalho livre sempre foi uma alternativa viável e amplamente utilizada. Segundo Porto Alegre (1986, pág. 132), a

¹⁴⁸ Ibidem, pág. 32

¹⁴⁹ Ibidem, pág. 33

¹⁵⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 54. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

predominância de relações de produções de base escravocrata nas Províncias do Norte depois da década de 1850 reduzia-se ao sul de Pernambuco e ao Recôncavo baiano. Desta forma, deixa a reflexão em aberto ao analisarmos se no Recôncavo ainda tinha muita escravidão, como os senhores de engenhos lidavam com a migração em massa de sertanejos no período da seca? Brito (2015, pág. 42) afirma que as Províncias do Norte tinham um número considerável de braços livres, principalmente onde a criação se constituía em primeira atividade econômica.

Costa Pinto, contestava que desde a proibição do tráfico, a Bahia estava perdendo um número expressivo de braços por conta do tráfico interno “e, portanto, para fazer face à tantas perdas cumpre desenvolver e animar a colonização, quer europeia, quer nacional, que de outro modo crescerá, em extremo, o mal”¹⁵¹. Costa Pinto explanava suas preocupações, ainda, com relação à produção alimentícia e a falta de braços: “Qual é a relação proporcional que há hoje entre o produtor e o consumidor? Não estará aí uma das causas da carestia de todos os gêneros alimentícios, ainda mesmo em quadras que não está?”¹⁵². A cessação do regime escravista provocava mudanças e crescia a expectativa de como o império funcionaria sem o trabalho cativo que sustentou por séculos a economia.

Cândido (2014, pág. 77) atesta tal julgamento quando elucida que:

Entre os pobres do campo a percepção do declínio do trabalho escravo ativaría o receio dos trabalhadores livres serem reduzidos a condições ainda mais penosas que as de costume, pois se viam na iminência de serem usados como substitutos dos escravos numa sociedade que promovia o fim do cativo sem, no entanto, operar uma correspondente mudança da mentalidade senhorial. (CÂNDIDO, 2014, 77)

Para Lyra (1982), a preocupação por parte dos governantes e dos produtores de açúcar na Bahia sobre o declínio da economia foi atribuída “a falta de braços para o trabalho agrícola, e tal suposição foi responsável não só pela importação de mão-de-obra estrangeira livre como pela formação de vários núcleos coloniais agrícolas na Bahia, na segunda metade do século XIX” (LYRA, 1982, pág. 38). Ainda segundo o autor, havia uma relação direta entre a restrição ao tráfico de escravos e criação de colônias agrícolas gerada pela crença de que a não reposição contínua do trabalhador escravo colapsasse a agricultura brasileira (LYRA, 1982, pág. 39). Tais afirmações indicam que colocar os retirantes em colônias nas comarcas do sul da Província, não só controlaria

¹⁵¹ Ibidem, pág. 31.

¹⁵² Ibidem, pág. 33

as migrações e os indigentes que perambulavam pedindo esmola e na miséria quanto possibilitaria a formação da mão-de-obra livre que o Estado precisava para suprir a lavoura.

É, portanto, de reconhecida vantagem a emigração d'esses povos quase sem domicílio, para situações ao Sul, às margens de rios navegáveis, abundantes de matas, e de uma fertilidade admirável. Com o exemplo da Comandatuba começa o desejo da emigração, e n'este momento dou passagem a seis famílias que vem do lado de Alagoinhas para aquela Colônia¹⁵³.

3.1. “É, portanto, de reconhecida vantagem a emigração d'esses povos quase sem domicílio”:

As comissões e a emigração dos retirantes

As colônias nacionais baianas tinham como o objetivo explorar a forma de mão de obra livre ou o sistema de parceira, como dito anteriormente, em decorrência da cessação do tráfico internacional de escravos e aproveitando o dispositivo legal da Lei de terras de 1850 que previa o uso de terras devolutas para criação de colônias nacionais ou estrangeiras.

A emigração, que o governo chamava de voluntária, ao que tudo indicava ainda estava desordenada. Até decidir sobre as colônias nacionais, as caravanas deixavam os retirantes em fazendas para que a caridade dos particulares pudesse ajudar, deixando margens para a utilização da mão de obra migrante sem remuneração, decerto que a desconfiança em aceitar os trabalhos prevalecia.

Nas correspondências entre o delegado Ernesto de Sá Bitencourt e o Juiz Municipal de Órfãos Luiz Jacinto Vergue d'Alves de Ilhéus, em abril de 1860, informava que tinha conduzido até a Vila, no Rio Cachoeira, as “famílias emigradas do sertão”. Em outro documento, ele encaminhou para o Engenho Bateis de Coronel Higino Pires Gomes, procurando também alguns fazendeiros daquela região para dar emprego aos emigrantes. Nas conversas com o coronel, informou que poucas famílias ficaram no engenho, “dizendo que melhorando de saúde pretendem voltar para suas casas”, se recusando a seguir viagem para as fazendas. A maior parte dessas famílias estavam doentes ou debilitadas pela fome, o juiz contava que estavam magros ou com outras enfermidades. Gonçalves (2000, pág.71) aponta que embora:

O coronel Hygino Pires Gomes alegasse que seus motivos eram caritativos, já que possuía “mais de 200 escravos”, talvez estivesse experimentando como seria a convivência e a produtividade dos trabalhadores livres com os cativos e os resultados de um trabalho

¹⁵³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 54. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

coletivizado e livre. Algo que havia experimentado em 1856, em sua tentativa frustrada de estabelecer uma colônia em Jequiçá. (GONÇALVES, 2000, pág.71)

Ainda segundo a autora, em um folheto intitulado *Aviso*, o Coronel Pires Gomes convidava os migrantes para sua fazenda trocando comida por trabalho.

Adiantando-se à política de aproveitamento da mão-de-obra do migrante da seca, o proprietário de engenho na foz do rio Jequiçá, Hygino Pires Gomes, imprimiu um folheto intitulado *Aviso*, chamando “esses infelizes (...) corridos da seca” que procuravam recursos em São Félix a engajarem-se em sua propriedade em troca de alimento, “caza de vivenda, terras férteis e sementes para todo o gênero de cultura (...); e igualmente lhes proporcionará trabalho a jornal em quanto não poderem subsistir por si (...)”. Estava interessado em contratar até 100 famílias, as quais deveriam ser contratadas por Francisco Coelho Gomes e embarcadas a sua fazenda com as despesas de alimentação e passagem a serem custeadas pelo presidente da província até que chegassem a sua propriedade (GONÇALVES, 2000, pág. 69).

Hyginio Gomes tentou por vários anos montar uma colônia, inicialmente de estrangeiros, mas sempre apresentava um empecilho para o funcionamento, foram relatadas diversas reclamações dos colonos contra ele. Segundo Jones (2014, pág. 37), Pires Gomes morreu em 1862 sem introduzir um só colono e tendo embolsado os 30 contos recebidos pela província. A participação dele em negócios negreiros, de acordo com Ubiratan Araújo, o poupou da ação da Justiça no pós-Sabinada, graças ao “manto protetor dos traficantes” (JONES, 2014, pág. 35).

O coronel Hygino Pires Gomes, além de senhor de engenho e negociante de gado, era um velho conhecido das autoridades baianas, por sua participação durante a Sabinada em 1837, onde ocupou o cargo de tenente-coronel das tropas rebeldes. Pesava ainda sobre seu passado as acusações de moedeiro falso e de contrabandista de escravos. (JONES, Cleiton, 2014, pág. 35 apud ARAUJO, Ubiratan, pág.88)

Segundo Pinho (2022, pág. 87), em 1859 foram feitas denúncias de desembarque de africanos boçais e que seguiam em direção ao Engenho Jequiçá. Entretanto, ainda segundo o autor, na averiguação das informações “se confundiam com a transferência de escravos ladinos, feita pelo Sr. Higino Pires Gomes, dono do Engenho “Jequiçá”, para estabelecimentos que possuía no baixo Rio de Contas” (PINHO, 2022, pág. 87).

Havia outras denúncias sobre o desembarque de escravos em pontos como Itacaré. O delegado de Polícia de Rio de Contas, Antônio Duarte da Silva Valença, receava essa prática justamente por causa da presença de Hygino Gomes na região, segundo Pinho (2022, pág. 87) ele era “apontado

como um audaz traficante de escravos”, por isso o delegado solicitou a demissão das autoridades e aumento da guarda naquele porto ao Conselheiro e Secretário dos Negócios da Justiça.

Segundo este delegado, havia facilidade para desembarque naquele Termo, de Itacaré em diante, e também poderia ocorrer a transferência de africanos pela mata, onde existem excelentes picadas até a fazenda de Higino Pires Gomes a uma distância de cinco léguas. Denunciou então que parte das autoridades locais atuaria protegendo as ações de Higino, que estaria traficando escravos para as fazendas de café e cacau do próprio sul da Bahia, e que as informações de constantes desembarques de africanos eram dadas pela própria população local (PINHO, 2022, pág. 88-89).

Não se sabe qual a intenção de Hygino Gomes com a criação de colônias ou a recepção aos emigrados. Mas nas correspondências nota-se que eram silenciadas estas informações acerca do traficante de escravos, todavia, a resistência das pessoas em permanecer no seu Engenho transmite não só o desejo delas em voltar a seus lugares, como também uma desconfiança em ser usados como mão de obra forçada.

Em 25 de outubro de 1860, o subdelegado de um distrito de Ilhéus, Sebastião Furtado da Silva, escreveu ao juiz Luiz d’Alves que distribuiu uma porção de roupas enviadas pelo Presidente da Província com cinco famílias sertanejas, inclusive seis crianças, que emigraram para as matas entre a Aldeia das Ferradas e os Guiricós, que estavam vivendo em completo abandono. O subdelegado comunicou que não conseguiu retirar todas as pessoas daquele lugar para receber as compras porque estavam fracas e doentes, compreendiam “vinte duas pessoas das quais duas meninas estão em poder de pessoas caritativas que as tomarão a si”¹⁵⁴.

Ao usar o termo “tomaram” o autor da carta deixa aberta a interpretação para que se possa entender a atitude como a única alternativa que se tinha, mas sendo um ato hostil, mesmo que a intenção das pessoas caritativas fosse a de ajudar. Havia aí a separação forçada da família retirante. Para Silva (2021, pág. 69) “o trabalho de acolhimento as órfãs eram vistas como algo bonito e benfeitor, dado que o sentimento assistencialista de cuidado a orfandade era bastante presente, ainda mais se tratando de meninas órfãs e pobres, direcionando-as no caminho da honra e da verdade” (SILVA, 2021, pág. 69).

Segundo Silva (2021, pág. 52), no século XIX, a sociedade tinha um olhar ambíguo em relação à infância, e quando se deslocavam ou dispersavam do domicílio e da família passava a ser visível como força de trabalho. A partir desse momento, as crianças transformaram-se em preocupações e inquietações, principalmente as desvalidas, abandonadas, escravas ou paupérrimas, para os distintos segmentos da sociedade (SILVA, 2021, pág. 52). Aparentemente, com a organização do Estado

¹⁵⁴ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

Moderno e a privatização da estrutura familiar, a infância tornou-se também responsabilidade do Estado.

As órfãs eram admitidas em conventos e casas de caridade ou eram recebidas por famílias de condições financeiras razoáveis, enquanto os meninos iam para as Companhias de Aprendizes menores e de Aprendizes marinheiros do Arsenal da Marinha. É importante salientar que todos os nomes presentes nas comissões, asilos, enfermarias ou qualquer prestação de serviços feito em favor dos retirantes, foram indicados pela comissão central de socorros públicos.

O vereador Leonardo José Pereira Borges, da Comissão Geral da Vila de Feira de Sant'Anna, em outubro de 1860, mencionou que recebeu ambulância para o hospital de emigrados indicando trinta indivíduos doentes, assim como visitara juntamente com o médico responsável algumas famílias emigradas. Até aquele momento existiam sob sua jurisdição 507 famílias, incluindo alguns solteiros que depois de receberem alimentos, vestimentas e remédios seguiram para o Engenho do Barão de São Lourenço.

Segundo o vereador, vinte e dois indivíduos solteiros, trinta e três famílias partiram para diversos lugares, enquanto dirigiam ao Hospital de Cachoeira, “oitenta e tantas famílias” que foram “afetados de moléstias graves” e precisavam de longo tratamento. Em Feira, empregou alguns “rapazes de 14 anos para baixo, em diversos ofícios, e raparigas em algumas casas de família”¹⁵⁵. Silva (2021, pág. 62) em seu trabalho sobre crianças órfãos e pobres no sertão do Cariri salienta que:

A legitimação do trabalho infantil já veio com a invasão dos portugueses ao Brasil, que foi fortalecido com os padres jesuítas (...). Ou seja, os jesuítas inseriram uma ideia de que o trabalho salvaria aquelas crianças. Pois o labor tornava o homem em uma pessoa honesta, boa e obediente principalmente dentro dos preceitos cristãos (SILVA, 2021, pág.62).

Em meados do século XIX, a ideia do labor, enquanto disciplina, estava completamente enraizado, fosse no âmbito infantil ou adulto. Encaminhar as crianças para locais de trabalho e posteriormente para Casa de Órfãos evitaria que ficasse de casa em casa a pedir esmola, visto também como uma forma de proteção à família para aqueles que eram separados.

As comissões enfrentavam a resistência dos retirantes quando se tratava de transferi-los para lugares mais distantes. Leonardo Borges, contou que tinha encontrado dificuldade em conseguir que emigrados que estavam aptos a trabalhar seguissem viagem para locais de emprego, pois em caso precisavam voltar para o centro (sertões) “logo que apareçam as chuvas de corte”, é provável que

¹⁵⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Seca 1845-1860, Maço 1608.

estes foram a Feira de Santana apenas para trabalhar naquela região e arrecadar donativos para o sustento da família que tivesse ficado no sertão.

Com a negativa dos sujeitos em se deslocar para longitudes, aconselhava que era preciso mostrar-lhes as vantagens da viagem para o trabalho para que não voltassem ao interior. Reconhecendo que “para alguns em verdade se torna a viagem bastante difícil pelo grande número de filhos que tem”, geralmente, entre doze e quatorze crianças, prezavam pela não separação da família. É perceptível que, apesar de não estar entre as funções das comissões a distribuição de mão de obra dos retirantes das caravanas para as obras públicas, muitos atuavam dessa forma, um dos principais era o Comissário Leonardo Borges.

Segundo a Comissão Municipal de Santa Isabel, os serviços prestados pela comissão eram para os que se achavam impossibilitados de trabalhar, por serem velhos, crianças e mulheres que estavam opilados, inanimados e extremamente miseráveis, também se estendiam aos muitos retirantes que passavam por lá com destino ao litoral. Uma das caravanas que saiu daquela Vila, surpreendeu os membros da comissão por conta do número de emigrados que quiseram ir ao litoral, “persuadindo-me que depois d’essa remessa, não se reunirá mais um número considerável de imigrantes, como o que atualmente existe nas casas de Asilo d’esta Villa”¹⁵⁶. As famílias ali socorridas procedentes dos sertões, tomavam o rumo do litoral ou dos Sertões do Médio São Francisco, região de Juazeiro, mas alguns voltavam para sua origem ou para a Vila mais próxima que tinha socorro público, por estarem doentes ou não encontrarem emprego já que não estavam em boas condições físicas.

A colônia do Salto, às margens do Rio Pardo (Canavieiras) fundada pelo Tenente Coronel Joaquim José de Araújo Fonseca, em terrenos do Estado teve o contrato efetuado em 14 de dezembro de 1860 e aprovado pelo governo imperial em 24 do mesmo mês, com algumas modificações. Desde 1857 que o coronel tentava essa investida, a princípio sua sugestão era levar lavradores pobres da povoação de Santa Cruz ou de outra povoação no sertão, com o objetivo de cuidar das plantações, também fazer o policiamento do lugar, visto que há muito tempo ele reivindicava medidas efetivas para a proteção dos navegantes contra os indígenas que habitavam as margens do rio.

O Presidente da época, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, mandou sob fiança um conto de réis para a derrubada das matas e para as projeções necessárias do empreendimento¹⁵⁷. A colônia foi estabelecida no antigo quartel militar e durante algum tempo não funcionou bem, quando assinou

¹⁵⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

¹⁵⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1857_00001, pág. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

um novo contrato para receber emigrantes dos sertões no auge da seca de 1860, o seu propósito mudou, mas não sabemos se chegou a uma durabilidade maior que o recorte da estiagem. Lyra acrescenta que o motivo de sua criação foi o fluxo de famílias pobres que buscavam alimentos e que eram “...de diversos lugares do centro, principalmente do denominado — gavião — do Termo de Minas do Rio de Contas...” (LYRA, 1982, pág. 94) para aquela região.

(...) essa colônia foi criada de forma particular, diferente das outras, pois aproveitava uma população de migrantes já estabelecida ou se estabelecendo no local onde foi criada. As demais colônias estabelecidas nesse mesmo ano parecem terem utilizado como colonos os habitantes da própria região onde se implantaram. (LYRA, 1982, pág. 94)

Apesar de Lyra colocar que na Bahia poucas colônias foram estabelecidas por particulares, essa ideia se contrapõe às fontes. Estas demonstram que muitas colônias como a de Salto, Cachoeira, Muniz entre outras foram desenvolvidas por coronéis em terrenos e com o dinheiro do governo provincial, sejam elas estrangeiras ou nacionais.

A fundação da colônia Nacional do Rio de Contas, em 1857, agregou famílias dos sertões que possivelmente estavam sofrendo com as secas, deduzimos que desde o início dos núcleos coloniais o implemento de pessoas que fugiam das secas já acontecia, mas com o passar dos anos essa colônia também foi extinta. Não foi possível encontrar mais detalhes sobre este núcleo. Das colônias criadas, depois da segunda metade do século XIX, há registros que a exclusiva para retirantes baianos foi a de Comandatuba, estabelecida na década de 1870.

Gonçalves (2000) aponta que, apesar de ser uma alternativa ao retirante da seca “interessado no peiche e na caça”, salvando muitas famílias da morte, o projeto não foi adiante em razão do pouco interesse do governo em somar forças com a iniciativa de particulares (GONÇALVES, 2000, pág. 66). Injetar dinheiro nas propostas de colônias dos coronéis e senhores de engenhos não necessariamente era de interesse do Estado, passou a incomodar depois da década de 1850 quando a implementação da Lei de Terras fizera com que os pobres vagassem pela província sem ter moradia ou emprego, portanto, a preocupação em qualificar a mão de obra e ao mesmo tempo controlar os emigrantes das secas.

Do contrato entre o governo e responsável pelas colônias tem alguns aspectos que merecem destaque, neste caso o contrato analisado é o da colônia de Salto: a população não poderia ser inferior a 500 pessoas; demarcação das terras por engenheiro público e o Coronel tinha o prazo de seis meses para povoar a colônia. Cada família recebia um lote de terra de 250 braças, podendo ser o dobro a depender de suas forças. Pagariam pelo preço de “½ real, em atenção às despesas das derrubadas e

mais trabalhos preparatórios”. Não podendo alienar sem o consentimento da presidência, “e se forem transmitidas por herança ou legado passarão com os mesmos ônus para herdeiro ou legatário”¹⁵⁸. Segundo o relatório do diretor da colônia, em 1861 residiam ali 53 famílias com 238 pessoas.

A preferência era pessoas pobres próximas da localidade, depois qualquer outra poderia residir ali desde que apresentasse documentos que comprovassem seu bom comportamento ou fossem emigrados nos diversos lugares do interior da província nos tempos de seca. Os colono-retirantes que fossem remissos nos trabalhos eram expulsos da colônia perdendo qualquer benfeitoria.

Para o início da colônia, o Presidente da Província concedeu o valor de 40:000.000 réis distribuído da seguinte maneira: 5:000.000 réis contos ao assinar o contrato; 5:000.000, caso fosse aprovado pelo governo imperial; 10:000.000 réis comprovando a reunião e o estabelecimento de 50 famílias; 10:000.000 réis mostrando o estabelecimento de 75 famílias e o resto quando tivesse completado a colônia com pessoas de ambos os sexos e diferentes idades.

O contratante não solicitando ao fim de três meses o recebimento da segunda parcela, seria sinônimo de desistência e não podendo cumprir, o contrato restituiria amigavelmente ou compelido por meio executivo a primeira parcela com juros anual de 6% e caso não procurasse receber a terceira, restituiria as prestações adiantadas com juros estipulados e multa de um conto de réis, podendo haver prorrogação de prazo por mais três meses.

A obrigação do contratante era “proporcionar a cada família, ou colono não só meios de transporte, habitações, terras ou lotes já demarcados e com princípio de plantações, sementes, instrumentos de lavoura, casais de criação e animais domésticos, como galinhas e porcos, pólvora e chumbo”. Assim como, seis meses depois que se estabeleceram na Colônia pagariam uma mensalidade de oito contos de réis o colono-retirante sem família, quinze contos, com família legítima de até cinco pessoas e vinte e cinco contos aquele, cuja família, excede o número, caso tivesse bens, recursos ou fossem empregados dos serviços da colônia não seriam concedidas as mensalidades.

É importante entender que as terras não eram doadas aos colonos-refugiados, como pode perceber, estes deveriam pagar pelo terreno. Os moradores da colônia eram obrigados a construir suas habitações e caso houvesse conflito entre contratante e colono, haveria árbitros para decidir por escrito a razão e o empate era desfeito pelo Juiz de Paz do distrito vizinho, sendo a decisão final do governo. Dadas as devidas especificidades, pode-se compreender que a formação de um espaço

¹⁵⁸ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 142. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

colonial englobava de uma só vez o ambiente de trabalho e o habitacional (BRITO, 2015, pág. 125), Comandatuba era exemplo disso.

Costa Pinto assegurava que o governo supriria os colonos até a colheita do produto do seu trabalho, a colônia era para ele um campo de experiências entre o trabalho livre e o de parceria, a partir delas decidiria qual o melhor sistema a ser adotado. O termo de colônia analisado acima serviu de base para todas as colônias nacionais, modificando algumas coisas básicas.

Cada uma dessas Colônias, assim colocadas, será uma escola de civilização para os homens ainda rudes do interior, pois que lá vão eles aprender a trabalhar, vendo cada indivíduo duplicar e quadruplicar as suas forças por meio de máquinas e aparelhos próprios. N'essas colônias pode-se ensaiar o trabalho por parceria, e o trabalho livre ¹⁵⁹.

As colônias lançadas em meio a Fome de 1860, foram se esvaindo no decorrer dos anos, além disso temos poucas informações sobre elas. As colônias criadas a partir de 1869 tiveram mais durabilidade e mais documentos a serem analisados, porém também não lograram êxito a longo prazo.

Em 1870, a seca já estava agravada, as medidas tomadas quase sempre eram as mesmas, espelhadas na que foram feitas em 1860, o presidente Barão de São Lourenço, já pensava na possibilidade de criar núcleos de populações – colônias – próximas ao sul da província, pelo fato de ser cortada por rios e ter uma navegação assídua, “lugares felizes onde ainda não tem aparecido essa seca que tem devastado o recôncavo e o interior norte e oeste da Província, provavelmente pela abundância ali das matas que aqui tem desaparecido”. As comarcas do sul aparecem sempre como “o celeiro da província”, terras de grandes fertilidades que salva “da miséria e da vagabundagem inúmeras famílias que vegetam em certos lugares ao norte do interior”. Retratando os sertões como lugares tristes e exóticos.

O governo desejava que houvesse a fundação de outra colônia para que o Estado gastasse apenas o necessário com o transporte dos emigrantes e auxílios, “(...) será bom pois que autorizeis a Presidência a fundar algum outro estabelecimento colonial, dependendo o necessário com o transporte dos emigrantes, e auxílios” ¹⁶⁰. Segundo o Barão, “um dos maiores males primeiros que sente a nossa sociedade, e maior obstáculo à civilização e moralidade dos povos é a dispersão” ¹⁶¹.

¹⁵⁹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00001, pág. 32. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁶⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 54. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁶¹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Seca 1845-1860, Maço 1607.

3.2. A Colônia Nacional de Comandatuba

Comandatuba era a que se sobressaía na província, uma colônia de nacionais formada por retirantes da seca. No relatório do Governo Interino de 1870, percebe-se que a seca já era reconhecida no norte e oeste da Bahia, “a parte mais infeliz do nosso centro, compreendendo—Inhambupe, Itapicuru, Pombal, Monte Santo e Jeremoabo”, com uma densa população sem propriedade “porque as extensas fazendas pertencem à senhorios muitos dos quais as não habitam, e sem uma residência fixa”. Observa-se que quase todo esse território citado era de poderio da família Dantas,¹⁶² influentes no cenário político não só baiano, mas imperial.

A colônia nacional de Comandatuba, criada pelo Juiz de Direito da Comarca de Ilhéus, Antônio Gomes Villaça, e pertencente a Comarca de Canavieiras abrigava colonos-retirantes da seca de 1869/72, da Vila do Itapicuru, em 1872 chegou a 564 pessoas. Com uma estrutura quase completa, tendo cemitério, cadeia, capela, estrada até o Rio Braço ao sul de Una e Sapucaieira. O papel do Estado foi custear as viagens para as colônias e disponibilizar as terras devolutas que como os “serviços gratuitos dos implorantes, que satisfeitos e contentes vivemos hoje na abundância de farinhas ramo de nossa vida”¹⁶³. Exportava mensalmente o excedente de mil alqueires de farinha transportados pelas vilas de Canavieiras e Belmonte por navegação fluvial.

Muitos emigrantes seguiam para a colônia sem a intervenção do Estado, ficando este a observar o movimento e torcer para que a colônia prosperasse. Em meio às informações de exportação alimentícia da colônia e sua produção existiam as cobranças para que a Província terminasse a igreja matriz, a construção da cadeia ou tratasse as enfermidades que apareciam.

Deparou-se com problemas quando Policarpo Lopes de Leão e Comendador Edgar Moniz Barreto começaram a medir um terreno ao lado para a instalação de uma colônia de estrangeiros. Os empreendedores juntaram-se ao senhor Januário José de Freitas, que segundo os colonos-refugiados, foram enganados acreditando que ele fosse patriota e idôneo. Os colono-refugiados alegavam sofrer perseguições de Januário há pelo menos cinco anos, ele acusava os emigrantes de terem destruído suas terras, por isso, os moradores realizaram um abaixo assinado sob protesto que alegava a importação de prejuízo ao bem público e dos implorantes.

¹⁶² Ver mais sobre o assunto em CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **Cícero Dantas Martins** - de barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia, 1838-1903.

¹⁶³ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Seca 1845-1860, Maço 1608.

Argumentaram que eram os primeiros colonos-retirantes da seca de 1870 naquela localidade, informação que diverge dos relatórios do governo, pois, em 1869 apresentaram cinco famílias com vinte e sete pessoas migrantes da seca do Itapicuru de Cima para se estabelecer nessa colônia¹⁶⁴. Talvez essa premissa fosse usada para convencer ao atual Vice-presidente em exercício João José de Almeida Couto a defendê-los apostando em seu pouco conhecimento sobre os problemas da província.

Em dezembro de 1872, Januário José de Freitas apareceu em Comandatuba com o Engenheiro Emílio da Silva Gomes para medir os lotes para famílias de colonos estrangeiros por contrato com os Senhores Policarpo Lopes de Leão e Comendador Edgar Moniz Barreto. Os colonos-retirantes relataram que foi prazeroso: “virnos ver se estabelecer uma nova Colônia anexa a nossa, e donde contamos tirar bons resultados, e nos tão bem de nossa ponte oferecemos os meios diminutos a nosso alcance em prol dessas famílias que no nosso solo vem procurar asilo”.

Januário aproveitou o “ensejo para vindictas que de nós quer tirar do trabalho a mais de cinco anos desde que de Comandatuba se retirou para essa cidade, vendo sem efeito as perseguições que em Comandatuba nos fazia, e de que nos livrou o nosso Benfeitor e Diretor Villaça”. Com o pretexto que os colonos-retirantes estavam “destruindo seus terrenos, quando tal não há, por que o nosso Diretor sempre e com assiduidade nos requeria e demonstrava para não cortarmos uma só vara no terreno dele”¹⁶⁵. Os terrenos pertencentes ao senhor Januário são em Pochim, que segundo o alvará apresentado como prova, ficava a duas léguas de Comandatuba. O terreno pertencia ao capitão Joaquim José Lopes, que vendeu a José Narciso Soares, mas ao morrer seus herdeiros venderam a terra ao Januário.

(...) que desfrutou a fábrica e afinal abandonou, vendendo todos os utensílios da fábrica, e afinal tendo desabado a casa restara unicamente a Telha, que ele vendeu a diversas colunas nossos companheiros, ficando por é essa forma devoluto o terreno nacional ocupando com a fábrica, e onde se estão levantando as cabanas para receptáculo das famílias estrangeiras que vem compor a nova colônia, por que nós tanto suspiramos, por cuja venda pretende ele receber do governo pelo menos /como ele afirma/ 20 a 30 contos de réis por que tem proteção e é do seio do governo com aqui nos míseros colonos nada temos, contanto que não sejamos incomodados, como ele quer exigindo de nós 4\$000 por cada tarefa de Terra = 30 braças = ou perdermos todas as nossas lavouras¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1869_00003, pág. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁶⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

¹⁶⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

Pelo relato dos colonos-retirantes, Januário se desentendeu com o engenheiro que contratou por querer usar as plantações da colônia como terreno livre. Segundo Brito (2015, pág. 38)

Havia a clara intenção em distinguir as terras públicas daquelas de domínio privado, a fim de organizar a estrutura fundiária no Império. Além da fiscalização das terras devolutas – limitando o acesso a quem pudesse pagar por elas –, ou seja, daquelas que não tinham registro, almejava-se direcionar os homens livres ao trabalho na lavoura, fosse o braço nacional ou estrangeiro (BRITO, 2015, pág. 38).

Isso implicava em comprovação da aquisição das terras para que o governo considerasse a terra privada e legalmente registrada, por isso, a presença de um engenheiro que fizesse as medições e marcações.

(...) ver se a guerra declarada que se dá entre o senhor Januário e o engenheiro Silva Gomes, por ter este, procedendo a medição dos lotes, em contratado as nossas lavouras, e feito disto nota, tomando os nomes dos donos das roças, cujos lugares lhes tinha o senhor Januário ordenado fizesse lotes para ele, como em terreno intacto, o que recusou o engenheiro e logo imediatamente foi despedido¹⁶⁷.

No alvará da sesmaria concedido ao Capitão Joaquim José Lopes que naquele momento pertencia a Januário, tinha como meta divisória a parte do sul o Rio Pochim, o norte era indivisível e não havia marcação, “nem fala é em Una mirim, nem Rio Doce, pelo que estes estão próximos da colônia de Comandatuba, e de Pochim”, Januário só tinha uma légua de frente em Pochim com três de fundo para Oeste, mas omitiu o documento da sesmaria ao engenheiro. Portanto, não envolvia Comandatuba que ficava distante do terreno duas léguas, “o governo dispõe em Comandatuba de milhares de léguas de terreno onde a coletar milhares de famílias sem tocar em Posse particular”¹⁶⁸.

A petição requeria que fosse mandando uma pessoa qualquer, de probidade e confiança do governo para ocultamente ver e examinar se a dita causa era verdade. Apelando para a caridade moral do Presidente e usando a submissão do núcleo como estratégia de convencimento.

Seria fastidioso enumerar o que sofremos do senhor Januário quando aqui esteve e com a retirada dele aqui essa cidade a 4 por 5 anos nos considerávamos isentos de suas perseguições; mas, excelentíssimo senhor, infelizmente a víbora estava de realocando, e criando a sinistra Peçanha, com quem nos veio envenenar. Se você excelência achar que nossas reclamações são injustas, e ficarem subsistindo as pretensões do senhor Januário, nos submissos e em silêncio nos retiraremos, porque = manda quem pode = e serviço obedecer¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1608.

¹⁶⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1608.

Argumentavam que pelos lugares distantes das vistas do governo existiam muita “tirania e barbaridade” que ele não ouvia falar e a “quem elas se faziam sempre aos pobres que meios não tinham de levarem suas queixas ao governo, por que as famílias se respeitam uns aos outros, logo como se diz = tubarão não come seu filho”. Evidenciando que os conflitos por terras nos sertões ou em áreas distantes da capital eram constantes e quem mais sofria e levava a desvantagem eram os pobres.

Em 1873, havia duas colônias nacionais, Cachoeira e Comandatuba e duas estrangeiras, essas últimas eram de direção do Conselheiro Polycarpo Lopes de Leão e o Comendador Egas Moniz Barretto d'Aragão, Moriz localizada em Comandatuba e a outra chamada Theodoro que ficava nas margens do Una.

Comandatuba, era a maior expectativa do governo, também o exemplo do experimento que deu certo ou quase. Nos relatórios do Presidente da Província, constava que a “colônia continua a avultar, e constando (...) de 154 pessoas, hoje este número está elevado a 303; parecendo que si não se interromper a imigração, guardada a mesma proporção, atraída pela uberdade do solo e facilidade do transporte fluvial, atingirá em poucos anos a prosperidade que é muito para desejar em toda esta zona do sul da Província”¹⁷⁰. Lá criava-se gado, tendo quase 40 cabeças, cultivava-se farinha, mamona, arroz, feijão, milho, café e cacau com alta exportação. Reclamavam que a produção agrícola não teve desenvolvimento melhor por causa da estação da seca e suas construções estavam paradas por causa da falta de investimento da Província.

A produção agrícola da colônia no 2.º semestre do ano passado foi de 6, 024 alqueires de farinha de mandioca, 76 1/2 de tapioca, 92 de milho, 164 de feijão, 196 de arroz, 418 de mamona, 31,038 cocos, 509 esteiras e 4,000 feixes de lenha do mangue.

Desses artigos foram consumidos na localidade 1,981 alqueires de farinha 57 de tapioca, 92 do milho, 129 de feijão, 96 de arroz, 187 de mamona, 3,713 cocos e 188 esteiras; tendo sido o restante exportado para Una, Canavieiras e está capital ¹⁷¹.

O abaixo-assinado da colônia de Comandatuba, servia de demonstração contra o teatro da gente pobre. Consideradas vítimas das secas e passivos, provavam que tinham voz e sabiam buscar seus direitos com ousadia, escrevendo diretamente para o Presidente da Província em defesa do lugar em que moravam, sem a intermediação do Diretor da Colônia, que nessa situação fora convocado a

¹⁷⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1869_00001, pág. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁷¹ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

ser testemunha dos acontecimentos passados naquele lugar, lembrando ao Governo Provincial de suas responsabilidades.

Para Cândido (2014, pág. 61), esse tipo de processo “permite observar certas intenções de sertanejos pobres que procuravam no amparo da gente influente e poderosa algum meio seguro para fixarem-se a um pedaço de terra durante tempos de crise”, comprovando por meio de tal reivindicação “a presença dos laços de proteção e deferência que caracterizam as redes de obrigações recíprocas entre patrões e empregados na ordem paternalista”, nesse caso, obrigações entre o governo e os colonos.

3.3. “Sr. presidente, por que modo têm o governo e os seus agentes têm tratados as vítimas da seca do norte do Império?”¹⁷² A colônia Jequiçá

Na seca de 1877, com a quantidade de emigrantes cearenses entrado na Bahia e a seca que já estava no norte da Província, foi montada uma comissão para estabelecer os retirantes do Ceará na propriedade hipotecada por Hygidio Pires Gomes¹⁷³, já falecido, na freguesia de Jequiçá, situada próximo a Valença. Estabeleceu-se uma comissão para organizar o núcleo colonial.

O jornal O Monitor fez algumas considerações sobre o local, dizendo que não era apropriado para uma colônia: “geralmente reconhecido como insalubre, Jequiçá foi sendo pouco a pouco abandonado pelos habitantes, que dali fugiam, deixando os riquíssimos edifícios, que ainda ali perduram”¹⁷⁴, complementando que “não possuía vias de comunicação fáceis, cômodas e rápidas”, por outro lado, os ofícios enviados ao governo descreviam Jequiçá como terrenos bons e produtivos. No Correio da Bahia, uma carta do capuchinho Frei Carlos Maria ao Presidente da Província rebatendo a ideia de insalubridade acusando alguns fazendeiros da região que usavam os terrenos do Estado de forma ilegal, relata que eles tentavam persuadir os colonos-retirantes para que se retirasse daquelas terras.

“(…) afiançamos a v. ex. que é ótimo e que tudo mais são intrigas de certos fazendeiros, que estando de posse do terreno ilegalmente, hão de sofrer faltas de madeiras, que aqui tiram para

¹⁷² Anais da Assembleia Legislativa da Bahia – 1873-1887, pág. 47, PER238961_1877_00004. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11/05/2016

¹⁷³ Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1871 a 1878, 24 de novembro de 1877, Edição 00200, pag. 02. Disponível em [Correio da Bahia : O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação \(BA\) - 1871 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-da-bahia-1871-a-1878-00200-02) acessado em 11/05/2016

¹⁷⁴ Ibidem, Nº 231, pág. 01, 09 de março de 1878

serrar, e assim sendo grande número de animais cavalariço e vacum, que também aqui criam, e que com a colônia não de ficar privados.”¹⁷⁵

Em ofício do major Segifredo Aliba Galvão, membro da comissão de proteção da colônia, informava que os terrenos pertencentes ao engenho Jequiriçá – sequestrados pelo Tesouro Provincial por dívida do seu falecido dono – foram vendidos a João Lourenço Soares Pai, Jerônimo André Maia, Zeferino José da Cruz, Pedro Pinto Pereira e irmão, a João Lourenço Soares, ex coletor da vila, além de existir outras duas léguas que outros proprietários queriam apossar-se. Estas informações foram prestadas pelo sobrinho do senhor de Engenho, Augusto das Neves. Possivelmente, estes nomes acima seriam os que não queriam o estabelecimento da colônia no antigo engenho, já que haviam comprado as terras, restando a indagação sobre quem as vendeu, se foi o próprio Gomes antes de sua morte e o Estado a tomou ou se foi seus familiares.

A colônia foi inaugurada com 217 colonos-retirantes, posteriormente juntaram-se a eles 536 emigrados que vieram no vapor Bahia e no transporte não se sabia ao certo qual o número de famílias que ficaram na colônia. Alguns dos demais cearenses foram contratados por proprietários de engenhos e fazendas sob o consentimento do governo Lucena. Recebiam comida enviadas pelo governo, que consistia em farinha, açúcar, carne, feijão, sal, café em grão e sabão¹⁷⁶. O Monitor ainda salientava que:

(...) se por um lado seria de grandíssima utilidade nos prender nesta Província milhares de compatriotas, acostumados aos trabalhos da agricultura, suprimindo destarte, até certo ponto, os braços que nos vão faltando a saída de cada vapor do sul; pelo outro corríamos o risco iminente de vermos aqueles hospedes desertarem logo que a sua Província natal tornasse as antigas condições de prosperidade”¹⁷⁷.

Segundo o periódico, quando os retirantes do Ceará se dispersaram pelo Império, os administradores das Províncias optaram por colocar eles no trabalho de obras públicas, no entanto, na Bahia foram diferentes e enviaram-nos as colônias para trabalhar na lavoura. Para O Monitor, a colônia Jequiriçá tinha gastos exagerados, sem um plano de desenvolvimento definido e futuro incerto. Era uma colônia provisória e sem prosperidade, “se a administração desejava oferecer aos

¹⁷⁵ Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1871 a 1878, 24 de novembro de 1877, Edição 00208, pag. 02-03. Disponível em [Correio da Bahia : O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação \(BA\) - 1871 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](#) acessado em 11/05/2016

¹⁷⁶ Ibidem, pág. 03.

¹⁷⁷ Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1871 a 1878, 24 de novembro de 1877, Edição 00208, pag. 03. Disponível em [Correio da Bahia : O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação \(BA\) - 1871 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](#) acessado em 11/05/2016

retirantes um remédio passageiro, não uma colocação duradoura, empregasse-os em obras, como em Pernambuco se fizera”¹⁷⁸.

Para outros jornais como o Diário da Bahia, a fundação de colônias para retirantes cearenses pelo Presidente Lucena foi motivo de críticas:

Vai, porém, ai engano, diz o Diário.

Somente entre nós, sob a administração do Sr. Desembargador Lucena, foi que se cogitou de estabelecer colônias com os retirantes. Em todo o resto do Império o que se tem julgado mais útil e o que se há recomendado tem sido empregá-los nas obras públicas, e isso com razão¹⁷⁹.

Em outras províncias como Pernambuco, Pará, Amazonas, Paraíba, Alagoas e São Paulo, foram criadas ou remanejadas colônias para receber retirantes, não era somente na Bahia. O Monitor, justificava que “a ideia de estabelecer as vítimas das secas em lotes agrícolas partiu do ministério da agricultura, que em dezembro do ano passado (1877) mandou o transporte Purús a disposição da inspetoria de terras e colonização a fim de transportar os retirantes para os portos que aquela repartição indicasse”¹⁸⁰. Os passageiros deste transporte foram enviados à Bahia para a colônia Rio Branco – anteriormente ocupada por imigrantes alemães – e para São Paulo a fim de aumentar a população de outras colônias. Todavia, os colonos-retirantes não foram estabelecidos no núcleo colonial programado, criou-se outra colônia, a Jequiriçá.

Os jornais tinham posições políticas diferentes, assim como eram ligados a grupos políticos diversos. Enquanto o Diário rebatia as ações do governo Lucena, o Monitor se opunha radicalmente ao governo liberal – do Barão Homem de Melo – como já discutido no capítulo anterior. Essa pesquisa não teve acesso ao periódico Diário da Bahia sobre o período citado, apenas dos anos 1882 a 1889.

As discussões feitas entre os jornais e o presente tema nos anais e relatórios do Governo Provincial, deixava a entender que as colônias de retirantes também tiveram uma importante participação nos debates e nas experiências sociais sobre a transição do trabalho escravo para o livre, não só na Bahia, mas em todo o Império brasileiro.

A opinião do Monitor era de que mesmo com o risco de perder colonos-retirantes por conta de suas partidas para terra natal depois das chuvas, a colonização não era uma má ideia, “a colonização é uma ideia delicada – e dizíamos porque o era – tinha um lado vantajoso – aumentar o número de nossos agricultores, e um inconveniente – o risco de os perdermos”. As denúncias, críticas

¹⁷⁸ Jornal O Monitor (Ba) – 1876 a 1881, Nº 15, pág. 01. disponível em [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.bn.br) acessado em 11/05/2016

¹⁷⁹ Ibidem, Nº 13, pág. 01, 15 de junho de 1878

¹⁸⁰ Ibidem, Nº 13.

e reclamações lançadas pelo folhetim era de “não condenávamos, pois, a ideia; o que fazíamos era apresentá-la por todas as suas faces, para que o governo melhor pudesse resolver a questão”¹⁸¹.

Havia denúncias sobre as condições de vida dos retirantes que dormiam no chão, estavam inchados, doentes e em estado de nudez. O Jornal de Valença acrescentava que: “Torna-se a febre um instrumento de governo, e a epidemia, a detestada epidemia, a odienta fera, presta ao Estado esse serviço – economiza alguns contos de réis”¹⁸². Para eles, mandar os cearenses para o núcleo colonial era condená-los à morte por meio das doenças, gerando assim, o alívio aos cofres públicos, livrando-se de uma população superabundante.

Os capuchinhos que controlavam Jequiriçá declaravam que não fora sujeito a epidemias, considerando-a saudável, mas como em qualquer lugar apareciam intermitentes por conta das imprudências, dizia o padre. O discurso médico no século XIX corrobora a opinião do religioso ao dizer que um ambiente insalubre e a falta de higiene corrompiam o trabalhador, segundo Chalhoub (1996) “o diagnóstico de que hábitos de moradia dos pobres eram nocivos a sociedade” (CHALHOUB, 1996, pág. 29) complementava o que se propagava, a visão que os terrenos férteis produziam vícios de todos os tipos.

No relatório do conselho interino¹⁸³, foi apresentada a extinção da colônia Rio Branco, enviando os alemães para o Rio de Janeiro. Segundo o presidente Homem de Melo, no mesmo lugar pretendia estabelecer os retirantes cearenses que estavam na capital, isso inflou as discussões nos jornais. Ao criticar a postura do Diário – gazeta oficial do governo – em escrever sobre a Província não montar mais colônias de retirantes, o Monitor acusava o presidente de indeciso em sua administração:

O senhor Barão Homem de Melo ainda não se quis convencer de uma coisa: seu grave, grande, máximo defeito não é ser isto ou aquilo, pensar deste ou daquele modo, ordenar este ou aquele ato – é não ser nada, não pensar nada, não fazer coisa nenhuma com coerência e nexos; é ser incerto em sua vontade, fraco em suas realizações; é ordenar ao mesmo tempo o sim e o não; é querer e não querer ao mesmo tempo, ou antes não saber nunca o que quer; nunca realizar um único ato se não em zigs-zags, caminhando ao mesmo tempo para diante e para traz¹⁸⁴.

¹⁸¹ Jornal O Monitor (Ba) – 1876 a 1881, Nº 15, pág. 01. disponível em [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/monitor-ba-1876-1881) acessado em 11/05/2016

¹⁸² Ibidem, Nº 73, pág. 01, 30 de agosto 1878

¹⁸³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1878_00003, pág. 43. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

¹⁸⁴ Ibidem, pág. 46

As despesas com a colonização de emigrantes eram feitas por conta da Província relativo aos comprovancianos e pelos cofres gerais para os das Províncias do Norte, conforme o aviso de 21 de abril de 1878 do Ministério da Agricultura¹⁸⁵. A posição do Monitor ia além de debater sobre as colônias, seus argumentos mostravam que a oposição a um governo liberal era importante para construir uma imagem bem diferente dos outros governos não liberais em volta da administração da Província.

Em ofício, o padre Solon Garcia Pedreira, listava a decadência do núcleo, diferente dos apontados por alguns jornais, citou cinco motivos:

O escasseamento das madeiras que alimentavam as serrarias movidas por água, principal base do comércio do lugar; o mal estado da barra da foz do rio que dificultava a saída e entrada dos barcos carregados, sujeitos a ventos e mares; o pouco apreço do governo as necessidades do sul da Província ao desprezar a navegação a vapor; o descuido dos habitantes que focaram no corte de madeiras e usando os terrenos desbastados para criação de gado, tanto para serrarias quanto para exportação, deixando de lado a lavoura; a saída do coronel Hygídio Gomes que tinha engenho em Jequiçá com mais de duzentos escravos que os abandonou por uma fazenda de café em Areia¹⁸⁶.

A partir das instalações de colônias, o governo promoveu um maior controle dos retirantes que emigravam em direção a capital, sendo que a emigração não se dava apenas para Salvador, mas para cidades como Juazeiro a beira do Rio São Francisco. As informações e os dados acerca das secas entre 1857 e 1876 são encontradas nos relatórios do governo interino e nas correspondências das autoridades municipais, pouco se fala sobre o assunto nos Anais da Câmara, assim como era assunto invisível aos periódicos da época.

Os refugiados cearenses que chegaram à Bahia foram encaminhados para a colônia de Jequiçá, alguns ficaram no Arsenal da Marinha, mas nitidamente o governo de Homem de Melo teve pouca preocupação com eles. Limitou-se a pagar passagens para que fossem para Minas Gerais ou arranjar transporte para que fossem para Jequiçá.

As colônias nacionais de refugiados, como já afirmado neste capítulo, serviu de experimento para o trabalho agrícola em parceria ou livre. Comandatuba foi a que mais prosperou e pelos relatos retirados dos documentos do Governo e o abaixo-assinado dos colonos-retirantes percebe-se como ela foi utilizada para fomentar as exportações e o comércio regional. Enquanto, não fora encontrado

¹⁸⁵ Jornal O Monitor (Ba) – 1876 a 1881, Nº 15, pág. 02. disponível em [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](#) acessado em 11/05/2016

¹⁸⁶ Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1871 a 1878, 24 de novembro de 1877, Edição 00208, pag. 02-03. Disponível em [Correio da Bahia : O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação \(BA\) - 1871 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](#) acessado em 11/05/2016

informações precisas do meio econômico de Jequiçá. Mesmo com essas qualidades elas não tiveram êxito, talvez faltasse um projeto de estruturação para o crescimento populacional e econômico. Possa ter acontecido que os colonos tenham voltado às suas localidades mesmo depois de longos anos decorridos ou a pressão dos grandes senhorios de terras tenha forçado a população a se retirar.

CAPÍTULO IV

Não teríamos esmagado a hidra da seca?¹⁸⁷

A sobrevivência sertaneja e as soluções para a seca

Os sertanejos deste trabalho assemelham-se com os do conceito – criado por Frederico de Castro Neves – de sujeito coletivo para estudar a multidão de retirantes durante as secas no Ceará. Para Castro Neves (2008, pág. 17), há uma grande dificuldade em considerar esse sujeito como histórico, pois o que o constitui é a necessidade e não a vontade. Na Bahia, as movimentações sertanejas foram feitas conforme a necessidade de sobrevivência, nota-se no decorrer do processo migratório que havia resistência em deixar o local de moradia. Nos seus estudos, o autor explica que as noções de escassez extrapolavam os limites do mundo rural e invadiam o urbano. Poucas evidências têm-se dos retirantes do interior baiano na capital nas secas anteriores a 1877, a articulação que o governo fez durante a fome de 1860 garantiu que poucos chegassem à capital, sendo redirecionados para as comarcas do sul.

Apesar do sujeito coletivo não ter nome ou rosto, não significa que seja uma caricatura ou estereótipo do sertanejo. Este sujeito além de coletivo, é heterogêneo constituído de muitas culturas, com demandas específicas e experiências diversas, mesmo que as fontes os tratem como homogêneo. Ademais, o sujeito coletivo aqui tratado é no sentido de que somente através da aglutinação de pessoas, os pobres poderiam conseguir algum tipo de socorro, pois esse ajuntamento colocava os grandes proprietários em situações fora do tradicionalmente instituído.

Gonçalves (2000, pág. 03) adverte que “o maior ou menor testemunho da seca e das áreas em que se manifestava dependia de hierarquias políticas, sociais e econômicas”. Entretanto, verifica-se que muitas vezes os pobres pressionavam os senhores de terras fazendo com que estes utilizassem suas influências políticas e econômicas para obterem recursos do governo.

Em meio às secas, os sertanejos faziam o que podiam para sobreviver, a possibilidade para resistir aos efeitos da estiagem era criar meios a partir da troca de experiências, saberes e ajudas entre as famílias. Para além da sobrevivência, à seca representava para o sertanejo o desafio de aprender a conviver com a falta de chuvas e os poucos recursos ofertados pelo governo, sendo este último o principal empecilho para continuar em sua terra natal. Outras estratégias como a mendicância de casa

¹⁸⁷ A Lei: Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província (BA) -1875 a 1878, edição 00003 pág. 02. Disponível em [A Lei : Sob os auspícios do funcionalismo publico desta Província \(BA\) - 1875 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/docreader/Lei-Sob-os-auspicios-do-funcionalismo-publico-desta-Propvincia-BA-1875-a-1878-00003-02) Acessado em 11/05/2016

em casa, a busca por comidas retiradas da própria caatinga e a aglomeração nas vilas eram essenciais para a sobrevivência.

Para Thompson (1981, pág. 182), é a partir da experiência, que homens e mulheres são sujeitos da história, são pessoas que experimentam situações e relações determinadas, necessidades, interesses, antagonismos e tratam essas experiências em sua consciência e cultura de maneiras complexas e às vezes agem de acordo a sua estrutura de classe.

Numa carta enviada à Província deixa implícito o medo que existia da multidão. Em seu relato, o subdelegado João de Souza Santos dizia que “mais de 4 mil imigrantes dos sertões “passaram ou estão” na povoação de Areia e que estes, eram alimentados pela caridade pública. Mas a maioria dos moradores da povoação era pobre e sem grande fortuna, já esgotaram seus recursos no socorro a pobreza”. Não existia cristão que não tivesse ouvido as palavras em tom fraco “= uma esmola pelo amor de Deus =”. Entretanto, “algum mal-intencionado” indicou a casa dele aos emigrados, pois tinha recebido do governo algum dinheiro. Pela história contada, entende-se que o subdelegado tinha recebido seu salário: “E por isso, ele se ver nos maiores embaraços e se ver não tem outra escolha a não ser dividir com os imigrados os que Deus deu e o que a bondade do presidente tem repartido com ele, porém João de S. Santos não pode mais continuar a “dividir o seu (...) com os eles”, nessa situação João Santos se viu obrigado a ajudar os necessitados.

(...) a mais de oito contos de réis; (...) roçado de mandioca bastante grande e de excelente qualidade e esse roçado era avaliado em quatro contos de réis e era entregue aos imigrados toda farinha que ele produzia e tirando para ele 14 cargas e utilizando de outro pequeno sustento para sua família e que 3 léguas acima da povoação existia o arraial de Santa Inês onde estão trinta e tantas famílias imigradas sendo sustentada por um único proprietário que mora, o (...) Alexandre José de Souza, remediado, pai de 18 filhos e tem despendido com as ditas famílias mais de 800\$000 mil réis. Ele apela para que o presidente tome alguma providência para que essas coisas não continuassem a acontecendo e que se não fizesse nada a maioria daquela população pobre iria de morrer de fome, visto que alguns proprietários da povoação estão ajudando em maior ou menor escala para diminuir o sofrimento dos que tinha fome¹⁸⁸.

O subdelegado de Currealinho relatava que “a pobreza é tão extrema que os pobres têm vergonha de apresentarem-se em público para não ofender a moral (e os bons costumes), já que eles estão em estado de nudez”, segundo ele os socorros e remédios que chegavam à vila eram diminutos. Por isso, “espera de coração que o Conselheiro faça o bem e seja patriota e que atenderia a essas

¹⁸⁸ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Polícia/Subdelegados 1860/1869*, Maço 3005

observações e que contribuiria para a salvação de muitas vidas que lutam contra a fome e embaraços no País mais fértil do mundo”¹⁸⁹.

Ademais, é importante perceber que o retirante é colocado em uma situação marginal, entendida como o indivíduo fora do contexto em que vivia, ou seja, foi bruta e deslocado de sua zona cotidiana para uma dimensão onde precisava se adaptar e depender ainda mais para sobreviver. Transformando dessa forma o retirante em “[...] um homem marginal”.

O retirante, sem dúvida, é um homem marginal. Ao deixar o seu acanhado meio social, onde plasmara a personalidade que o conduzia placidamente na vida, com os seus sentimentos, o valor de si mesmo, as suas aspirações, tudo em plena harmonia com o sistema social local, experimenta desde logo e progressivamente, as pressões de um desajustamento, em face das transições e conflitos culturais, provocados pelo contacto com ambiências diferentes. (SOBRINHO, 1982, p. 55).

Tem-se duas formas de enxergar os sujeitos desta pesquisa, a primeira como um sujeito coletivo que por necessidade luta através do grupo conseguindo assim com mais facilidade os socorros. A segunda como sujeito marginal, também por necessidade e contra sua vontade, ficando à margem da sociedade em decorrência das consequências sociais impostas a ele. Neste último caso, não é apenas a seca que o desloca, mas também outros fatores já citados nesta dissertação.

Em um ofício, Pedro Rego descreveu que depois que chegou em Santa Izabel do Paraguaçu (Mucugê) havia morrido duas pessoas doentes. Quatro dias antes, perto da vila parte de uma família faleceu tentando atravessar o rio em busca de auxílio.

Uma família comporta de sete indivíduos, que, por ter sido vítima da fome um deles, procurava o socorro do Governo ao chegar à margem do Paraguassu não pondo atravessá-lo pelo estado de inanição em que se achava. Seu chefe, porém, fez um esforço (...)veis ter-se comigo às oito horas da noite. Chovia a cântaros; e desventurado velho volta desempenhado de soldados (...) dois praças, levando provizas, mas de balde, o rio havia engrossado suas águas, e não dava mais passagem. Na manhã do dia seguinte nova tentativa; uma canoa os soldados do lado aposte e d’aqueles infelizes que ficarão expostos a chuva e ao frio, só restavam três! Dois haviam sucumbido!¹⁹⁰

O Cônego vigário José de Souza Barboza da matriz de Nossa Senhora do Rio de Contas, em um pedido de empréstimo a Presidência da Província afirmava, em 1861, que:

(...) um grande número tem morrido cujos cadáveres pela maior parte são sepultados pelos Matos e estrada porque com o desânimo e a fraqueza dos vivos não podem ser conduzidos

¹⁸⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Polícia/Subdelegados 1860/1869*, Maço 3005

¹⁹⁰ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos 1845-1889*, Maço 1583

os mortos para o cemitério e lugares públicos, impossibilitando-me até de fazer os assentos de todos os mortos aqui sou obrigado; e famílias inteiras tem perecido a falta de alimentos, visto que nem todos se pode emigrar¹⁹¹.

Em uma de suas críticas ao governo de Homem de Melo, O Monitor questionava o porquê que os obituários não distinguiam as pessoas que eram retirantes para que pudesse fazer-se um “juízo severo”, acreditava que era preciso alguém que os guiassem, protegesse e defendessem, mas não existia comissão para tal fim. Aproveitava para indagar sobre rumores de contratos feitos entre retirantes e fazendeiros, ironizando ser contratos que colocava os sertanejos numa posição de vulnerabilidade:

(...) consideramos ainda esses contratos, se contratos se podem chamar, feitos entre os retirantes, homens e mulheres, e as pessoas que os tomam a seu serviço ou que deles se encarregaram. Isso dá-se na capital onde há a imprensa independente e vigilante: o que será fora daqui e principalmente nas fazendas e engenhos?¹⁹².

Curiosamente em nenhum documento consta se o retirante recebia salário, permitindo inferir se obras em demandas particulares seriam o trabalho compulsório ou um novo tipo de escravidão. Apontando que numa sociedade escravista, essas circunstâncias davam oportunidade a indivíduos de melhor situação econômica maior exploração dos miseráveis” (NEVES, 1997, pág. 239). Neves (1997, pág. 240) aponta em seu artigo sobre o Alto Sertão que muitos sertanejos sem terem opções para se sustentarem, recorreram a contratos de trabalho em troca de comida.

Escriturados em cartório, que testemunham essa conduta. Por esses acordos formais, famintos vendiam sua força de trabalho, quando não a si próprios, apenas pela ração cotidiana, aceitando todas as condições e deveres que se lhes impunham, sem nenhum direito, nem mesmo sobre qualidade, quantidade ou número de refeições diárias que deveriam receber (NEVES, 1997, pág. 240).

Contratos como o de Casimiro José Ferreira e Joana Maria de Jesus demonstram que a classe pobre arranhou diferentes maneiras para sobreviver em meio a fome e a seca, não necessariamente culpabiliza-se a estiagem por essa situação, pois como já discutido no terceiro capítulo, a aprovação da lei de terras proporcionou a expulsão dos pequenos produtores das terras as quais eles não tinham propriedade, ficando à mercê da simpatia dos senhores; a transição entre o trabalho escravo para o livre que, indiretamente, possibilitou a utilização das forças trabalhistas livres sob os aspectos do

¹⁹¹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹⁹² Jornal o Monitor, Nº 30, pág. 01. Disponível em [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/monitor-ba-1876-1881) Acessado em 11/05/2016

trabalho escravo, sem o pagamento de salário, porquanto apesar dessa relação contratual ser instrumentalizada pelo Decreto 108/1837¹⁹³ que tratava de contratos de trabalhos por escrito sobre prestação de serviços ainda não era uma legislação contundente, revogada em 1879.

Os dois dispositivos legais da década de 30 dispunham sobre acordos para trabalho remunerado e de parceria, sem qualquer alusão a serviços sem remuneração. Nessas circunstâncias os contratos firmados em 1860 no distrito de Santo Antônio da Barra careciam de base legal, apesar de sua redação obedecer a formas e termos jurídicos da época, inclusive dessas leis em vigor. Tal como denominar remuneração de "soldada". (NEVES, 1997, pág. 245).

Esses contratos foram firmados em Santo Antônio da Barra, pertencente a Caetité. Casimiro Ferreira assentiu contrato com Rodrigo Pereira de Barros.

“(...) de trabalhar todos os serviços domésticos, que este possa ter, e mandá-lo fazer durante o tempo que o mesmo dito Ferreira possa estar em casa do dito segundo Barros, sem ganhar quantia alguma por paga do seu trabalho, isto em consequência do mesmo contratante não puder trabalhar para se subsistir vista a calamitosa crise (...). (...) e sem constrangimento de pessoa alguma, e declara que compromete o referido Barros a dar ao dito roupas próprias, e necessárias ao trabalho doméstico”. (APEB, Seção Judiciária, Série Livros de Notas de Caetité, SRJ125119. escrivão José Bernardino da Rocha, do distrito de Santo Antônio da Barra, (1860-1886). fl. 14v. NEVES, 1997, pág. 248)

Ao que parece, o contratante era rapaz jovem, não sabia ler nem escrever, pois o tabelião mencionava que o moço não tinha pais e que assinara no lugar dele. Claramente, Casimiro não encontrava trabalho e pedia comida pela vila, restou a este fazer contrato com Barros. Segundo Neves (1997, pág. 247), os contratos de Santo Antônio da Barra e Caetité exprimem, por um lado, a busca de alternativas ao agonizante regime de trabalho escravo em torno do seu próprio universo social; por outro, demonstram o potencial especulativo da sociedade, até em épocas de grande calamidade pública (NEVES, 1997, pág. 247). Além desses fatores, tanto Casimiro como Joana estavam imersos na seca de 1860, que gerou uma grande emigração para o litoral.

“(...) e sem ter meios alguns de puder arranjar a vida, por quanto qualquer pequena quantia que porventura possa arranjar não lhe chega para se manter, sem que tenha quem lhe dê a comida, e por não achar quem presentemente o queira alugar; e que se comprometia e sujeitava-se viver em casa do mesmo dito segundo Barros, e desempenhar todas as determinações por este ordenadas, isto quanto ao trabalho doméstico”. (APEB, Seção Judiciária, Série Livros de Notas de Caetité, SRJ/25/19. escrivão José Bernardino da Rocha, do distrito de Santo Antônio da Barra, (1860-1886). fl. 14v. NEVES, 1997, pág. 248)

¹⁹³ Esta lei está na Coleção de Leis do Império (1830). Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1876, pág.32. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18299/browse?type=dateaccessioned&order=desc>

No caso de Joana, o pai havia falecido e restava à sua mãe que não tinha condições de sustentá-las. Morava e trabalhava na casa de sua madrinha Francisca Romana de Souza e em 1861 decidiu acordar contrato para continuar a viver com a senhora. Neste caso, nenhuma das duas mulheres sabiam escrever e duas testemunhas (homens) assinaram no lugar delas, notemos também que a senhora tinha certas posses, senão não conseguiria contratar Joana, enquanto ainda era uma jovem.

“(…) declarando a referida Joana, que até a presente data se acha paga e satisfeita de quaisquer serviços que tem feito para sua dita madrinha dita Francisca. e que por estar de acordo a não sair de casa da mesma sua madrinha, porque não quer se expor a perecer a fome, e qualquer salário que porventura possa ganhar, não chegara para se subsistir, como de momento se está vendo não poucas pessoas serem vítimas, e perecido pela grande fome. Contrata-se com a mesma sua madrinha para de hoje em diante continuar a trabalhar, e recebendo da mesma o sustento, e roupas próprias ao serviço doméstico, e que nenhum salário tenha de haver pelos serviços que há de prestar hoje em diante, pois que se satisfaz com receber o sustento, e roupas; (...)” (APEB, Seção Judiciária, Série Livros de Notas de Caetité, SRJ/25/19. escrivão José Bernardino da Rocha, do distrito de Santo Antônio da Barra, (1860-1886). fl. 22. NEVES, 1997, pág. 248).

Nota-se que apesar do documento falar que em nenhum dos dois casos os contratantes foram induzidos a escolher esse tipo de contrato, deduzimos que as pessoas que contrataram esses jovens eram do ciclo de convivência ou pelo menos conhecidos e que possivelmente exerciam influência na vida dessas pessoas, principalmente na vida de Joana já que fazia contrato com sua madrinha. Pelas relações sociais existentes à época nos sertões baianos, Joana e seus pais poderiam ser agregados daquela senhora, nesse caso, para conseguir certa proteção social, os pobres ofereciam o batismo de seus filhos a pessoas abastadas. Um outro ponto escondido nesta fonte é que Joana podia ter aceitado tal contrato não só para não passar fome e dificuldades em meio a seca, mas também para ajudar sua mãe que era pobre, garantido que ela não passasse fome.

O camponês pobre ou o trabalhador rural (...), que depende de um grande proprietário para a maioria ou para a totalidade de sua subsistência, não possui qualquer controle tático. Ele se encontra inteiramente sob o domínio de seu empregador, sem recursos próprios suficientes para sustentar a sua luta política (CASTRO NEVES, 2008, pág. 17-18).

Em 1876, Bernardino de Senna de Nascimento e seus filhos Manoel de Tal, Porfirio de Tal, Thimóteo de Tal e Pedro de tal foram réus em um processo criminal de invasão de terras, tendo como vítima o Tenente Sebastião Honório Guimarães Freitas. Este fato desenrola a relevância do poder sobre a terra com aguada na seca de 1860, além de demonstrar como a implementação da Lei de terras

estava atrelada, novamente, a emigração. A história dessa disputa é longa e abrange moradores de Jacobina, Morro do Chapéu e Lençóis.

Na versão do Tenente, a terra foi vendida a ele por Manoel Martins e toda documentação foi feita no tabelionato de Lençóis, pois a dona da propriedade era de lá, a compra da fazenda aconteceu em 1865, porém, Sebastião Honório não residia no local e sim em Morro do Chapéu, somente em 1876 ele entrou na justiça para dispensar o acusado. Segundo Bernardino, na seca de 1807, seu sogro, João Martins procurou no “centro das matas incógnitas a fim de achar um lugar banhado por água correntes e nativas com o feito de plantar o principal alimento de subsistência: a mandioca de pau”.

Encontrou a 10 léguas da vila o tal lugar para cultivar alimentos de subsistência e deu o nome de Boa Esperança: “Naquele tempo, como sabe o distinto julgador quem descobria no envio o sertão qualquer lugar que nele habitava e cultivava era seu legítimo (...) direito este que foi garantido pela lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras)” e viveu ali por sessenta e oito anos sem contestações. Bernardino casou-se com sua filha e como dote recebeu o “terreno descoberto e cultivado, onde o indiciado se estabeleceu até hoje com roças de diferentes plantações”.

Na notável seca de 1860, ali chegou Manoel Martins, pedindo ingresso para deitar umas roças vista ser o terreno (...) e próprio para regar e preservar do sol na que consentir o indiciado por comiseração e desde que aquele apanhou se estabelecido abusando da boa-fé, começou a dizer que aqueles terrenos lhe pertenciam por sê-las cômoda¹⁹⁴.

Nascimento (2014, pág. 81) traçou o perfil de Bernardino Sena que era, assim como Manoel Martins, um homem móvel, natural de Riachão de Jacobina, “sua mobilidade o levava até o distrito de Riachão da Utinga, região limítrofe entre Morro do Chapéu, Lençóis e Orobó, é aquela que concentrava as melhores terras e maior quantidade de cursos d’água da Vila” (NASCIMENTO, 2014, pág. 81). Manoel Martins pediu a Bernardino “para ali deitar umas roças”, “visto ser o terreno ubérrimo e próprio para regar e preservar do sol”. Mas sua ambição fez com que vendesse as ditas terras para o Capitão Antônio Honório Guimarães.

Por razão de sua boa-fé em aceitar Manoel Martins como seu agregado, viu sua herança vendida, foi expulso com toda a sua família e precisou, anos mais tarde, em 1876, travar uma intensa batalha judicial com o filho do Capitão Honório, o Tenente Sebastião Honório Guimarães Freitas, para reaver sua propriedade (NASCIMENTO, 2014, pág. 81).

¹⁹⁴ Processo do tenente Sebastião Honório Guimarães Freitas contra Bernardino Francisco de Senna e outros, 1876, FCA, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1874-1876.

É evidente que a simples instalação em uma determinada área de terra não era garantia de legitimidade de posse. No processo criminal que o réu Joaquim Ferreira Lamberto acusava o autor Aplício Teixeira Guedes de se apropriar de terras de uso comum – sem extremas, nem limites – dos moradores, conhecida pelo nome genérico de Olhos d’Agua, tinha um açude que durante as secas servia de base para que aqueles moradores não precisassem migrar. Joaquim Lamberto foi expulso por Aplício Guedes e “se viu forçado a abandonar, a perder, a sofrer privações e deixando suas terras e roças mudar-se para a Pérsia, sítio do Coronel Quintino Soares da Rocha”¹⁹⁵, voltando a ser um agregado.

Sem meios de sobrevivência, muitos moradores tomavam dinheiro emprestado a pessoas mais abastadas e acabavam sem ter condições de pagar a dívida, demorando de quitá-lo por conta da seca, como é o caso de Maria Rosa de Jesus que em seu inventário deixou de inventariar uma roça que utilizava em tempos de seca; Outra forma de amenizar a falta de alimentos e subsistência era a contratação de empréstimos a pessoas particulares, Domingos Antônio de Carvalho acabou não tendo maneiras aos pagamentos de dívidas com negociantes de praça por conta que seus devedores não o pagou¹⁹⁶. Estes tipos de ações demonstram como eram as estratégias dos sertanejos para fugirem das secas.

4.1. “(...) o que não terá sido das classes pobres do operário que tira a subsistência do seu trabalho cotidiano?”¹⁹⁷: relações de trabalho e caridade.

Os atos discutidos neste capítulo foram registrados em quase todas as secas analisadas, entretanto a que mais se destacou tanto por sua proporção quanto pelo início das ações de socorros públicos foi a seca de 1857/61. As ações públicas tinham ainda como característica, serem acompanhadas do trabalho nas obras públicas.

A ajuda oficial, assim, ao contrário da “caridade pública”, estava condicionada pelo menos em parte, ao trabalho, e , “fosse como medida de mero combate à seca, como necessidade de disciplina social, ou como ideal de progresso material para a província, pode-se dizer que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, foi rapidamente transformada pelas elites

¹⁹⁵ AFCA. Seção Judiciária, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1874-1876.

¹⁹⁶ AFCA. Seção Judiciária. Testamentos e Inventários e Partilhas 1850-1888.

¹⁹⁷ O Industrial: Jornal Político, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861, edição 00503, pág. 03. Disponível em [O Industrial : Jornal Político, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/Industrial%20Jornal%20Politico%20Litterario%20e%20Commercial%20(BA)%20-%201860%20a%201861%20-%20DocReader%20Web%20(bn.br)) Acessado em 11/05/2016

locais num instrumentos de coerção ao trabalho”. (CASTRO NEVES, 2000, pág. 30-31 apud. CHAVES, 1995, pág. 91)

Os socorros públicos na Bahia foram utilizados na intenção de povoação agrícola, modernização e substituição de mão de obra como formas de sair da crise que a Província estava passando, como visto no capítulo anterior. Para Nunes (2009, pág. 04):

(...) os socorros públicos oficiais, como passou a ser chamada a política de atendimento as vítimas da seca, esta não se revestia de uma caridade pública, pois passou a ser vista como política de investimento, não apenas para execução de obras públicas, mas da transformação de antigos pedintes e mendigos em trabalhadores. (NUNES, 2009, pág. 04)

Castro Neves (2003, pág. 172-173) acrescenta que a esmola, seja ela em dinheiro, alimentos ou roupas, constituía-se na principal relação estabelecida com os pobres, seja por particulares ou pelo Estado, o que transformava em “política oficial” um modelo de ação que era característico do mundo privado, das relações pessoais e do paternalismo.

Os pobres usavam como estratégias a pressão sobre os senhorios para conseguir atenção do governo, e para receberem os primeiros socorros públicos, procuraram diretamente as Vilas que recebiam os gêneros alimentícios enviados pelo governo, entendido como um contra teatro que é visto por Thompson (1998, pág. 57) como um modo político de força. Essa confluência em massa dos retirantes aos auxílios públicos é tomada como “o cumprimento de um protocolo cultural previsto nas relações paternalistas imperante há séculos” (CÂNDIDO, 2014, pág. 92), pois

Quando sertanejos das mais diversas modalidades, acossados todos pelos rigores da estiagem, procuravam as comissões de socorros recorriam a um gesto que tradicionalmente era uma atribuição assumida por proprietários de terras – homens ricos que, usando da caridade, não hesitavam em manter seu poder também pela força, exercendo seu mando sobre as populações do sertão em tal medida que sua vontade pessoal muitas vezes assumia a força de lei. (CÂNDIDO, 2014, pág. 92)

Para Castro Neves (2003, pág. 169), a esmola era o elemento central definido pelo costume, mecanismo de proteção à pobreza, conectado ao modelo de reciprocidade desigual vigente na sociedade sertaneja e integrado aos padrões paternalistas do Império. Contribuía para que o estado oferecesse assistência limitada às pessoas que sofriam com as secas. Em 1862, o governo imperial estabeleceu o Decreto nº 2.884/1862, em que restringia as doações, aceitando apenas gêneros alimentícios, dietas, medicamentos, vestuário e proibindo a caridade privada em forma de dinheiro.

Passando-se quase quatro anos de seca, o ato 07/1861 autorizava que os indivíduos ficassem em estabelecimentos particulares, demonstrando que a comissão central procurava poupar gastos e já

articulava o uso da mão de obra migrante para promover o comércio e a economia baiana. A comissão local provia as acomodações convenientes para os indivíduos, “com preferência nos estabelecimentos particulares, de maior vantagem para a indústria e com menor sacrifício dos cofres públicos”. Essas ações eram tardias, mas os membros da comissão tinham ciência, confirmavam que seriam pouco eficazes, apenas o possível para minorar os sofrimentos de quem não tinha optado por migrar.

Para a comissão a perda de braços no interior cessava o comércio, desse jeito os cofres públicos teriam grandes prejuízos, por isso era importante instruir os sujeitos migrantes para amenizar os prejuízos. Os particulares prestavam caridade e tinham interesses comerciais em não perder mão de obra. Então para a comissão, a recepção prestada do privado era de acerto e conveniência.

No contexto de dominação das grandes famílias de proprietários pelos sertões, o gesto da doação inseria-se enquanto um importante meio de sustentação do papel assumido pela classe dos proprietários que sugeriam através da caridade que os pobres deles dependiam (quando, na verdade, era exatamente o contrário). Mas por trás do gesto da doação podiam transcorrer intensos conflitos (CÂNDIDO, 2014, pág. 92).

A atuação do Estado e o papel da ação privada passavam a ter novos significados, os retirantes espalhavam-se por toda a Província a procura de sobrevivência, os apadrinhados, meeiros e escravos pressionava os senhores de terras e engenhos por ajuda até que juntaram a eles os demais necessitados dos povoados e vilas obrigando os proprietários a buscarem socorros estatais.

Ao analisar a formação da multidão enquanto movimento sociopolítico, Castro Neves (2000, pág. 10) constatou que a aglomeração de pessoas à espera de uma solução era o principal argumento e, ao mesmo tempo, o mais poderoso meio de pressão que os retirantes levavam para o cenário da “negociação”; e a fome – ou a perspectiva de passar fome – era a motivação essencial (CASTRO NEVES, 2000, pág. 10). “A proximidade da morte pela fome coloca os homens em situação de uma luta primária em que “os sentimentos de humanidade se concentraram na necessidade de salvar a vida”, subordinando as normas sociais e os valores morais que constituem a base da experiência humana (CASTRO NEVES, 2008, pág. 269).

A caridade funcionava como uma forma de manter o pobre dentro de um sistema paternalista que prezava pela subserviência, passividade, obediência e apadrinhamento. As épocas de secas não eram diferentes, a caridade privada tornava-se mais presente e atuava como uma espécie de “direito” subentendido, muita das vezes confundidas com a ação pública. O agregado ou o meeiro ligava-se ao senhor por laços de gratidão, passando a fazer parte de uma aliança de sustentação de poder social (PINHO, 2014, pág. 81).

A caridade pública nada mais era que as doações de pessoas ou particulares em forma de alimentos, roupas ou dinheiro para os emigrantes e pessoas que passavam de porta em porta, materializada em gesto de generosidade, transformando em caridade privada ou particular. Geralmente, era feita por pessoas destacadas, seus nomes acompanhavam sempre um título como Capitão, Tenente, Coronel decerto foram ou eram da Guarda Nacional, essa junção proporcionava forte controle social nas vidas das famílias dos sertões. Essa ação aquietava as massas inibindo conflitos a ordem estabelecida até que a falta de comida e água atingisse a população.

Thompson (1998, pág. 69) coloca que a generosidade e a caridade eram rituais teatrais calculados para o apaziguamento e a deferência da classe subalterna em tempos de escassez e como extorsões calculadas (sob a ameaça de motins) por parte da multidão. O que é (visto de cima) um “ato de doação” é (a partir de baixo) um “ato de conquista”. Não era à toa que nas vilas que tinha as comissões de socorros reuniam-se grandes números de pessoas.

Para Castro Neves (2003, pág. 172), os princípios gerais que moviam a mobilização social continuavam ser a caridade e a solidariedade cristã, atestando não só a presença desses sentimentos na experiência de relacionamento entre os abastados, o governo e a pobreza em tempos de escassez, como também a sua força organizacional no estabelecimento cotidiano das relações sociais baseadas na reciprocidade desigual, característica do paternalismo.

Em 1860, o presidente Costa Pinto usou um discurso comovente com palavras voltadas para a moral e solidariedade cristã, tentando persuadir a Assembleia Provincial e mostrando o estado de grave crise em que se encontrava a Bahia. Para ele, “eram essas crises difíceis, épocas calamitosas a pedra de toque, em que se aquilatam, os sentimentos religiosos, morais e humanitários de um povo, e o grão de civilização a que tem chegado”.

Os ricos franqueiam seus tesouros; os abastados, aquilo de que podem dispor; os sábios e literatos, o seu conselho, produto de sua ilustrada experiência; os ativos, a sua energia e animação; todos a porfia envidam esforços para alívio da humanidade, e até os mesmos pobres, de corações bem formados, não podendo d'alguma forma ser uteis aos que mais sofrem, sentem duplicar-se lhes a mágoa de seu infeliz estado por se verem limitados à uma estéril compaixão.

A dureza d'alma do avaro, a insensibilidade do coração do egoísta e do indiferentista, que são expectadores mudos, quedos e impassíveis de cenas de tamanha consternação, ficam (...) punidas pelos brados Íntimos, incessantes, pelos remorsos da própria consciência, pela sanção dos preceitos religiosos, e pela censura severa e inexorável da opinião geral ¹⁹⁸.

¹⁹⁸ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605 – per 130605.1861.00001. Pág. 23. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

A eloquência que Costa Pinto possuía era utilizada como estratégia, ao tempo em que se identificava com os deputados (senhores de pessoas e terras) também assemelhava aos “Bahianos”, para arrecadar doações para as populações sertanejas. Para ele, não existia ser humano que não pudesse ter o coração tocado pelas “cenas de tamanha consternação”.

Costa Pinto entendia que a caridade era o dever de todos, não importava a sua condição social, havia de contribuir com alguma coisa. Até então, não se percebia o Estado como o detentor do dever de socorrer a população, mesmo que a Constituição de 1824 já estabelecesse os socorros públicos. Nas ações de enfrentamento às secas, não havia uma desassociação entre o poder público e privado.

O Governo Provincial, em 1859, contou com a ajuda do Conselheiro Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço) e outros abastados, assim como a Associação Comercial, sociedades comerciais, companhias e engenheiros da estrada de ferro que doaram o valor de 5:270\$000 réis para a comprar de alimentos nas Comarcas do Sul da Bahia, onde o preço era “mais cômodo”, o transporte desses gêneros até São Félix foi feito pela Companhia Bahiana de Vapor que dispensou o valor do frete em benefício dos pobres.

Os principais argumentos feitos pelos particulares que faziam doações, principalmente em dinheiro, era que a seca poderia ser resolvida naquele momento, um problema passageiro. Talvez por isso, as províncias como do Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Pará doaram quantias altas, de Sergipe chegaram alimentos para amenizar a grande seca de 1860. Em uma subscrição feita em Salvador por mais de 30 pessoas, arrecadou-se 5:270.000 réis em março de 1860. Em uma demonstração de donativos recebidos, diversas pessoas fizeram doações em dinheiro para lugares específicos.

As quantias enviadas aos sertões, geralmente eram levadas pelos negociantes de praça – como o Major Athayde do Brasil –, homens da guarda nacional e próximos às autoridades provinciais. Nesse mesmo ano, o governo provincial recebeu uma doação de 10:000\$000, enviado por meio do senhor Francisco José Godinho que pediu ao presidente para não revelar o nome do doador, mas desviando de tal opinião declarou ser a doação do Barão de Mauá¹⁹⁹.

Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, era o auspicioso dono da companhia de Navegação e Comércio do Amazonas que monopolizava o tráfego fluvial que iniciou o transporte de pessoas e mercadorias, interligando o interior amazônico as diversas praças do Império (CARDOSO, 2011, pág. 44). A empresa tinha seus interesses econômicos ligados à promoção da entrada de migrantes nas colônias de exploração agrícola e extrativista, entre 1853-1858, segundo Cardoso

¹⁹⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

(2011, pág. 51), jornais cearenses, que nessa época, já apontavam para uma provável migração do Ceará para o território amazônico. Migração essa, consolidada a partir da seca de 1877, pelos retirantes do Ceará.

Desde as primeiras movimentações sobre a migração legal de sertanejos, a comissão central articulava o uso da mão de obra retirante no trabalho das obras públicas – estradas, construções de açudes, estrada de ferro e até mesmo na distribuição de víveres aos demais migrantes. Aos olhos da sociedade baiana, o sertanejo era incivilizado e somente o trabalho árduo o tornaria dócil, além do mais, a argumentação era que a Província poderia reverter o gasto dos socorros públicos aplicando a mão de obra migrante nas obras públicas.

A utilização da mão-de-obra dos retirantes em propriedades particulares ou em obras públicas não era, ainda, parte de uma estratégia de ação efetiva, mas era vantagem empregar os retirantes em obras em execução na capital. As citações sobre obras na capital eram vazias e gerais, não possibilitando que encontrássemos registros de tal fato. Na estratégia inicial observa-se que o discurso para ajudar os sertanejos se apoiava na dualidade entre o público e o privado, não havendo expressamente sua separação. O discurso girava em torno de que o trabalho moralizava e fazia parte do progresso social, por isso, era sensato aproveitar “o serviço da emigração e se evita o perigo da ociosidade e em tais ocasiões, (...) outros países assim se procede, condutor do progresso de verdadeira economia e de moralidade que é filho do trabalho”²⁰⁰.

Enquanto os homens que estavam saudáveis e fortes eram encaminhados às obras ou fazendas privadas para trabalharem, os meninos, os velhos, os enfermos e as mulheres, considerados não habilitados para algum serviço, que não podia seguir os maridos ou chefes de família ficavam sob a responsabilidade das comissões locais e da caridade particular, “para crédito e honra do mesmo governo, a testa de um povo civilizado e cristão que em cumprimento do Preceito Constitucional, que em casos tais garante os socorros públicos”²⁰¹.

O governo aproveitou a situação de calamidade para implementar novas práticas de trabalho sob sua observação, assim como investir nas obras públicas com a mão de obra retirante. A viabilização de as empresas de obras públicas, especialmente das estradas de Juazeiro e Santo Amaro, para o emprego de pessoas habilitadas, poderia, segundo a comissão, “atenuar os males dessas

²⁰⁰ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maio 1608.

²⁰¹ *Ibidem*

localidades” que sofriam com a falta de vias terrestres, seria o “alívio do mal presente ou a remoção para os futuros”²⁰².

Segundo Castro Neves (2003, pág. 180), o trabalho constitui-se no mecanismo de combate ao processo de degradação e preguiça, no qual se percebia a decadência física dos retirantes no interior, desnudos, descuidados e seus semblantes com os vestígios da fome, de horror e de desespero, mas que se destaca, talvez com maior ênfase, essa outra desgraça, não era menos lamentável que deixar inteiramente desaproveitado num ponto do Império os grandes números de homens válidos, alimentados pela caridade pública, quando um imenso território estava reclamando braços.

Cândido (2014, pág. 150) afirma que a pressão pelo medo da movimentação dos retirantes fazia com que a elite encontrasse na valorização do trabalho resposta para o que encaravam como um dos maiores problemas das secas: a ociosidade. “Essa valorização positiva do trabalho estava, portanto, balizada pelo temor de que uma parcela miserável e ociosa da população se voltasse contra outra parte da sociedade, esta última sim considerada a verdadeira vítima do barbarismo que a miséria gerava” (CÂNDIDO, 2014, pág. 150). Como um valor negativo absoluto, o ócio era relacionado como mais um – e mesmo talvez o pior – dos males advindos com a seca (CÂNDIDO, 2014, pág. 151).

O delegado de Lençóis, José Soares da Silva julgou improfícuos os socorros públicos, opinando que eram prejudiciais: “porque além de habituar o povo a mendicidade, que tem produzido a prostituição e o furto, ocasionam ajuntamentos de 1500 a 2000 pessoas, que podem acarretar grandes desgraças para a vila”²⁰³ que estava abatida, solitária e sem forças públicas. No entanto, o relatório do governo havia reclamações que não tinha emprego para os garimpeiros:

Se ao menos houvesse trabalho para esses infelizes, as coisas tomariam outra face, e nem teriam chegado ao estado lastimoso em que nos achamos; porém não há trabalho para eles; porque o trabalho aqui consiste na mineração de diamantes, única indústria das lavras, e esta está completamente paralisada pela falta d'água para os respectivos trabalhos, pois há dois meses e meio que não chove²⁰⁴.

Segundo o relato, não havia na serra mais de cem garimpeiros, os que não migraram ou não queriam migrar iam para os povoados atraídos pelos socorros públicos ou particulares.

²⁰² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

²⁰³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00002, pág. 02. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²⁰⁴ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00002, pág. 07. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

Na Comissão de São Félix, nas pessoas de Francisco Muniz Curvello, João Batista Pamponet interpretava que era um sério inconveniente a distribuição de esmolas para os emigrados que chegavam ao litoral. Para eles, “isso desafiaria a indolência desviando do trabalho e das diligências de adquirir os meios de viver sendo que esses meios não faltam a os que por aqui se dispensam”²⁰⁵. Suas opiniões tangiam para os doentes, meninos e os fracos ou desvalidos que careciam de socorros.

As opiniões em grande maioria era que os socorros prejudicavam os pobres, pois habituaria o povo a mendicidade, produzindo assim a prostituição e o furto. Ocasionalmente “ajuntamentos de 1:500 a 2:000 pessoas, que podem acarretar grandes desgraças para esta Villa, tão solitária e abatida, e sem força pública: um dia apenas chega para distribuir as esmolas; que tão grande é o número dos necessitados!”²⁰⁶.

Para José Soares da Silva, seria cabível empregá-las na abertura de estradas que pudessem chegar ao litoral, fazendo um trabalho que atenuaria o mal presente e preveniria futuras crises sem grandes dispêndios dos cofres públicos: “Assim os socorros do Governo seriam unicamente para quem trabalhasse, e nem haveria mendigos, nem se alentaria a ociosidade; o povo não se aglomeraria também nesta Vila, e nada mais havia a recear-se deles”²⁰⁷. Para os potentados baianos residia a angústia de não terem mais caminhos por onde passassem os socorros do litoral e por isso sugeriam que a única medida a tomar seria “sem dúvida alguma aproveitar este povo, que mendiga por falta de trabalho”, empregando-os na abertura de estradas.

(...) assim os socorros do Governo serão unicamente para quem trabalhasse, e nem haveria mendigos, nem se alentaria a ociosidade; o povo não se aglomeraria também n'esta Villa, e nada mais havia a recear-se dele, e finalmente far-se-ia um trabalho que muito minorava o mal presente, e prevenia iguais crises para o futuro, sem grande dispêndio dos Cofres Públicos²⁰⁸.

Enquanto os socorros eram comparados a uma caridade sem utilidade que incentivava a vadiagem, a repressão ao ócio era o grande desafio a ser vencido. Segundo Britto (2015, pág. 112), para a população não se tratava de caridade, mas de direitos e cidadania, eram medidas que garantia o direito daqueles que pagavam impostos e num momento de crise dependem e cobram medidas protetivas dos governantes. Desta forma, no entendimento dos flagelados, o recebimento dos gêneros

²⁰⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maio 1607.

²⁰⁶ *Ibidem*, pág. 08-09.

²⁰⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1860_00002, pág. 03. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²⁰⁸ *Ibidem*, pág. 08-09.

concedidos pelo Estado não era visto como esmola, e sim como direito adquirido (BRITTO, 2015, pág. 112). Ademais, nota-se que havia o receio entre os senhores que a população pobre pudesse se rebelar e causar tumultos.

O comissário de Feira de Santana, Leonardo Borges, entendia que aqueles que estavam em boas condições de saúde física, não deveriam ser socorridos, “uma vez que estão bons e robustos, aptos para qualquer trabalho”²⁰⁹, a comissão poderia dar-lhes apenas o necessário. Para o comissário municipal, Antônio da Silva Duarte, da Vila Nova da Rainha, a esmola do governo tornava o povo ocioso, pois não tendo o que comer nem meios para comprar, não podia viver de outra coisa além da caridade pública.

A Diretoria da Junta de Engenheiros formada por Manoel da Silva Pereira (Presidente), Lourenço Eloy Pessoa de Barros (Diretor) e João José Silva (Diretor), informou ao Presidente no dia 07 de fevereiro de 60 que embora o Comissário Geral de Feira tenha apresentado “guias com altos números de emigrados”, desses tinham chegado apenas uns quarenta. Em abril de 60, Leonardo Borges registrou em ofício que enviou ao Major de Engenheiros Manoel da Silva Pereira cerca de vinte a trinta emigrados, mas foram reduzidos dez, os emigrados dos sertões que foram trabalhar nas estradas recebiam “a título de socorros”²¹⁰ as despesas de suas alimentações até que fosse verificada a ausência destes por terem voltado às suas casas.

Muitos dos sertanejos encaminhados à Junta de Engenheiros da estrada de Santo Amaro não conseguiam chegar ao destino, pois alguns se escondiam nos arredores de Feira de Santana, preferindo a mendicidade: “já ficando nas estradas pedindo esmolas, e ali fazendo casas de palha para viverem do pão da caridade”. Acusava-os de não querer trabalhar, que ficavam estacionados comendo, por muito caso conseguia que eles partissem da Vila possuindo de tudo, não deixa de salientar que muitos tinham familiares doentes ou estavam debilitados e endividados.

Para Leonardo Borges, eram pessoas difíceis de lidar, mas a prática poderia melhorar a relação entre comissões e retirantes, uma vez que “julgam que a forçara obrigação de os sustentar de tudo, dominados pela ideia de que voltarão brevemente, não querem trabalhar, entendem que deverão ser sustentados como hóspedes até que voltem as suas antigas moradas e a razão de terem assim procedido”²¹¹.

²⁰⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

²¹⁰ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1861_00002, pág. 06. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²¹¹ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maço 1583.

Pelas palavras do Comissário Borges, percebemos que o trabalho tinha algum tipo de cobrança mais rigorosa como a punição. Como também, existiam indícios de que havia atritos entre os grupos de migrantes, os guardas e guias que os acompanhavam. Para os retirantes que iam para as obras públicas, ocorria um estranhamento, pois vinham de atividades desenvolvidas na agricultura, mineração e pecuária, essas novas tarefas destinadas a eles eram marcadas por horários, prazos e normas rígidas.

(...) o sentido atribuído ao trabalho nas frentes de serviço era entendido como um meio de garantir a sua sobrevivência e a de sua família enquanto a seca perdurasse. Era apenas um meio de sobreviver enquanto a chuva não caía na terra e eles poderiam retornar as suas localidades. Essas atividades eram marcadas por experiências totalmente diferentes daquelas relações estabelecidas em suas comunidades, as atividades desenvolvidas nas frentes de serviço eram pautadas em métodos racionais de produção, baseadas em uma forte hierarquia, horários e normas bastante rígidas. (SANTOS, 2014, pág. 69)

Ainda, segundo a autora, as ações que o governo tomou na tentativa de minimizar os efeitos das secas, foram medidas insuficientes, já que não atingiram as reais causas dos problemas, que não eram climáticas, mas sim relacionadas, sobretudo, com a estrutura socioeconômica e política da região. A seca era um problema climático, social e político, mas, essas medidas de urgências tomadas pelo Estado não davam conta de conter tamanha calamidade, as chamadas atualmente de políticas emergenciais, não conseguiram atender toda a demanda da Província.

O governo já havia decidido colocar a mão de obra emigrante para trabalhar na estrada de ferro, mas se deparou com a resistência do superintendente da Companhia Férrea que se recusava a aceitar mão de obra desqualificada.

No dia 12 de outubro de 1860, Alfred Dick, superintendente da Companhia Férrea, se apressou em responder a um ofício enviado por Antônio da Costa Pinto, presidente da Província, acerca da possibilidade de engajamento de “emigrados do interior” nas obras. Em resposta à autoridade provincial, Dick declarou que, embora não tivesse àquela altura “experimentado o emprego de tamanha gente”, veria a possibilidade de empregá-la nos serviços da estrada de ferro. No entanto, o superintendente inglês alertaria que não desejava engajar qualquer trabalhador. Segundo ele, os trabalhadores nacionais oriundos do sertão que se apresentassem nos canteiros de obras da ferrovia em busca de emprego poderiam conseguir trabalho desde que fossem “bons e industriosos”. (SANTOS, 2013, 68)

Mesmo com essa resistência, tudo indica que o governo conseguiu usar os retirantes na estrada de ferro, provavelmente, em funções que não exigiam qualificação. Trabalhar na ferrovia muitas vezes era um meio de garantia de sobrevivência diante das secas, não só o retirante baiano como também o cearense passou por essa experiência nos momentos de calamidades públicas. Para o Barão de São Lourenço era a oportunidade de aproveitar os braços dos emigrados que ali vegetavam sem

trabalho, necessitados da alimentação prestada pela comissão de socorros, “quando a podem ganhar muito suavemente e com proveito da moral pública”²¹².

As construções de pontes, açudes e estradas no interior, sob a orientação de autoridades zelosas, tinha o objetivo de diminuir as consequências das futuras secas. Promovendo a abertura de poços, aguadas e açudes em localidades do Recôncavo e mesmo na capital, aproveitando-se o serviço da emigração e evitando o perigo da ociosidade, o governo amenizaria o quadro de crise a que se havia reduzido o interior da província. O Barão de São Lourenço distribuiu recursos para reparos e construções de igrejas, nesse período o terminal da estrada de ferro que ia de Alagoinhas a Juazeiro estava pronto em meio à seca de 1870, concedendo crédito para o término da obra.

(...) uma subscrição três vezes maior e que promete ir por diante, tento ainda por fim aproveitar os braços emigrados que ali vegetam sem trabalho, necessitados de alimentação prestada pela comissão dos socorros quando a podem ganhar muito suavemente e com proveito da moral pública²¹³.

Para as autoridades e senhores locais assim como da capital, era importante defender que a solução para o problema das secas perpassava pela correção do atraso no sertão. A construção de estradas era uma das saídas apontadas, diminuindo os transtornos nas comunicações e desenvolvendo a região. Enquanto, a estrada de ferro e a de rodagem, contribuiria para diminuir o isolamento desta região assim como possibilitaria a circulação de pessoas, gêneros alimentícios, transporte de mercadorias, água e a modernização técnica e cultural do sertão. As estradas de ferro e de rodagem contribuam:

(...) para diminuir o isolamento da zona afetada pelas secas, tendo sempre como meta possibilitar a circulação: de retirantes, de operários, de mercadorias, de materiais construtivos, de água, de mantimentos, e circulação de informação, que seriam responsáveis pela modernização técnica e cultural do sertão. (FARIAS, 2008, pág. 133)

Apesar, da organização geográfica e administrativa das ações, os governos provinciais fizeram parecer que atendia a todas as demandas dos sertanejos durante a implementação de socorros públicos, percebe-se que as Vilas mais distantes ainda sofriam com o desabastecimento de gêneros

²¹² Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 21. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²¹³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 21. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

de primeira necessidade, fazendo com que as Câmaras e as Comissões daqueles lugares recorressem a outras estratégias para lidar com a população faminta, as doenças e a mortalidade.

Por outro lado, é compreensível que a vasta extensão territorial da Província, a precariedade das estradas e acessos, às longas distâncias, os altos fretes e os poucos transportes tenham atrapalhado a chegada de socorros a muitos lugares. O fator humano era muito importante e possivelmente havia também os desvios de gêneros, dinheiro e até mesmo as vendas por altos custos dos mantimentos a uma população extremamente pobre, mesmo que as fontes documentais silenciem tais atos. Nos documentos desta pesquisa, encontram-se poucas ou quase nada de acusações de corrupção, o que não quer dizer que não existia. Segundo Gonçalves (2000, pág. 73):

Veza ou outra o governo provincial era obrigado a conviver com algumas irregularidades. O envio de gêneros e dinheiro público às localidades nem sempre ocorria de forma regular. Há reclamações contra as comissões municipais que não repassam os socorros a distritos e freguesias que lhe eram filiados; reiteradas reclamações quanto ao envio de qualidade duvidosa, imprestáveis ao consumo humano e enquanto sementes de novas plantações. E, sobre o comissário de João Amaro e subdelegado da povoação, José Henriques Rodrigues, pesava a acusação de ter-se aproveitado da confiança e prestígio de sua nomeação pelo governo, para forjar contas, fazendo pagamentos de compras que não chegaram a ser realizadas. (GONÇALVES, 2000, pág. 73)

No jornal *O Monitor*, foi publicada a matéria intitulada “Socorros Públicos”, onde acusava-se o presidente da Província cearense de grandes desvios de dinheiros e gêneros alimentícios e agressão aos retirantes. Enquanto ressaltava que a Província baiana proibiu a remessa de farinha para o norte do Império: “parece incrível que a magnânima Bahia respondesse com tanta dureza de coração aos brandos de dor de brasileiros famintos”²¹⁴.

De fato, segundo Pinho (pág. 152) em 1878 a Câmara Municipal de Salvador aprovou a proibição da farinha para que fosse reduzido o preço praticado na praça da cidade, assim como a venda no mar sem autorização, ficando estabelecida como único porto de exportação a capital baiana. No entanto, o autor coloca que mesmo as dificuldades ainda existirem naquele momento, muitas sacas de farinha saíram da Bahia em direção a Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe. Sendo assim, isto indica que a ação da Câmara se destinava a coibir o açambarcamento, e não o de impedir o auxílio às populações flagelas” (PINHO, 2015, pág. 154 apud AGUIAR, op. cit., pág. 137).

²¹⁴ *O Monitor* (BA) - 1876 a 1881, edição 00027, pág. 02. Disponível em [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/monitor-ba-1876-a-1881/) Acessado em 11/05/2016

4.2. “A desgraça do presente deve ser uma lição para o porvir”²¹⁵, pois “prever – é o grande privilégio do homem”²¹⁶: as ideias de enfrentamento as secas.

A memória sobre a seca de 1860 estava presente na coletividade social e era referência para as ações das novas estiagens. As pessoas lembravam, particularmente, das doenças – o lifo, a febre amarela – e a fome. No entanto, havia uma mudança na postura, as estiagens passavam a ser parte do cotidiano não mais algo estranho a sociedade baiana do litoral ou da classe alta, ou seja, admitia-se que a Bahia também estava sujeita ao fenômeno. Isto não significa que houve mudanças nos socorros públicos.

Não é novo este fenômeno em nossa Província: recordamo-nos de que no verão de 1859 a 1860, quando uma seca horrível a devastava, as manifestações mórbidas que então desenvolveram-se em grande escala, apresentaram quase que o mesmo aspecto, a mesma semelhança, parecendo que derivavam-se de causas ou de influências, quase as que presentemente com mais energia atuam e preponderam²¹⁷.

Em outro folheto²¹⁸ que ressalta a vida do Major Henrique Brandão da comarca de Paulo Afonso, lembrava que ele tinha socorrido muitas pessoas na Fome de 1860, fornecendo medicamentos e alimentação. Na seca de 1870 e de 1877, diz o jornal, que o major fez a mesma caridade. Entretanto, vale ressaltar que o militar foi um dos membros das comissões na seca de 1860 muito provavelmente que os gêneros distribuídos fossem do governo da Província, mais uma vez, confunde-se às ações públicas com as privadas.

O jornal A Lei – em sua única edição escrita sobre a seca – receava que os sertões ficassem desertos por causa da emigração. No seu discurso ficava evidente que era contra e acreditava ser uma fraqueza a saída dos sertanejos de sua terra natal. Era necessário que enfrentasse o inimigo sem fugir, por isso ele propôs que para enfrentar a seca convinha “tornar aqueles sertões em condições de ser habitados e povoados, facilitando-se, o mais possível, para o trânsito” e complementou que “havendo

²¹⁵ A Lei: Sob os auspícios do funcionalismo público desta Provincia (BA) -1875 a 1878, pág. 02

A lei sob os auspícios pág. 02

²¹⁶ Jornal Monitor, Nº 256, 09/04/1878. Pág. 01. Disponível em [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.bn.br/O_Monitor_(BA)_-1876_a_1881_-_DocReader_Web_(bn.br)) Acessado em 11/05/2016

²¹⁷ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1869_00001, pág. 06 (172). Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²¹⁸ A Voz do Commercio: Orgão da Sociedade Democrata Classe Caixeiral (BA) – 1881, edição 00014, pag. 02. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=826561&pesq=&pagfis=1> Acessado em 11/05/2016

condições de segurança e estabilidade, não haverá receio do implacável inimigo...a seca”²¹⁹. Notoriamente, o periódico introduziu um discurso contra a migração dos sertanejos.

O conselheiro e comissionário, Pedro da Silva Rego, escreveu ao Presidente da Província – José Augusto Chaves – em 1861, logo que as chuvas começaram a cair nos sertões para informar e sugerir medidas que eram necessárias. As chuvas que caíram em novembro daquele ano se prolongaram por um bom tempo e causou cheias de rios e alagamentos debilitando ainda mais a população que saía da seca, ao mesmo tempo renovou as esperanças.

Era de opinião de Rego que mesmo com a ressurreição das pastagens e da caatinga não estava extinta as secas, que o governo continuasse os socorros por mais tempo, sustentando os asilos que ele tinha criado, “pelas vantagens resultantes da comunhão”, e a suspensão da emigração “tanto pela esperança de próximo melhoramento, devido às chuvas; quanto pelo estado epidêmico das estradas, cujas emanções deletérias, produzidas pelas enchentes dos rios, atuando sobre o organismo desequilibrado dos famintos, tinham de fazer muitas vítimas, como efetivamente aconteceu”²²⁰.

Em janeiro do mesmo ano, ele enviou um ofício dando notícias sobre as chuvas e afirmando que não “a emigração é ainda necessária, por que, como fica dito, não é de um dia para outro que desaparecem males, que vem de longe”. Constata-se além de uma mudança de opinião do Comissário a consciência que levava tempo para se restabelecer o cotidiano sertanejo após a chegada das chuvas. Acrescentando que era necessário mudar os trajetos por onde eram enviados os socorros devido às chuvas.

Não obstante, eu penso, pelo conhecimento que tenho do estado sanitário desses lugares, e pela falta de meios para cercá-la das comodidades exigidas pelas estações e estado valetudinários dos emigrantes, que ela, durante as chuvas, só se poderá fazer prudentemente mas com maiores despesas, pela estrada de Maracas; e não pela as margens infectas do Paraguassu, que vai ter a João Amaro, e por onde ninguém possa impune em cima tempão. Autorizá-la por esta estrada nas circunstâncias, em que se acha o povo – abatida, mal-vestida, doente, ou predisposta a moléstias pelos efeitos da má alimentação e da fome, sem cavalgadura e outras comodidades, seria encaminhá-las ao matadouro²²¹.

Já no final do ano, em seu relatório, propôs dois tipos de medidas a serem tomadas no enfrentamento às secas: o socorro momentâneo que consistia em alimentar, curar e vestir os retirantes; o socorro preventivo e sistematizado que abrangia a facilitação das vias de transportes.

²¹⁹ Ibidem, pág. 02

²²⁰ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

²²¹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos 1845-1889*, Maço 1583

O primeiro é um meio extraordinário, sem utilidade duradora, próprio para desenvolver o pauperismo e toda casta de crimes, quando mal aplicado. Ele não nos deve ocupar, e nem Deus há-de-permitir que o Governo, surpreendido por força das circunstanciais, tenha ainda ocasião de combater um mal com aplicação de outro.

O segundo, como fica dito, não se pode dar sem o melhoramento do nosso sistema de transporte; sem ele pouca modificação traria aos males que se procuram evitar as colônias nacionais ou estrangeiras, estabelecidas longe do litoral, por mais que, à custa de sacrifícios na falta de estradas regulares, aumentassem elas a lavoura pela introdução de máquinas, e métodos aperfeiçoados²²².

No modo de Rego, entender as coisas, era mais importante as estradas que os estabelecimentos comerciais, pois era o meio mais seguro de prevenir as secas já que elas atravessavam os sertões periodicamente. Rejeitava a criação das colônias de retirantes como meio de remediar as crises, produzidas pelas secas periódicas, que segundo ele, “com alguma regularidade nos visitam de 10 em 10 anos, para fazer do habitante do Sertão outros tantos sísifos que, perdendo quanto ganharão em certo período, começam de novo o mesmo trabalho”.

Seguia em sua carta afirmando que, longe de prevenir o mal, as colônias não ficariam menos sujeitas, do que as populações existentes, aos efeitos das secas. Segundo Gonçalves (2000, pág. 73), existiam notícias que o comissário geral teria utilizado seu cargo para alcançar bons resultados para as eleições da Assembleia Legislativa.

Era preciso que os engenheiros fizessem estudos e orçamentos para saber qual melhor meio de transporte aderir que fosse compatível com as finanças do país. Naquele momento, para Rego, a estrada de ferro seria dispendiosa por sua construção ser demorada e cara, a população e o comércio ainda não sentia a sua falta. Para ele, restava a navegação fluvial e o melhoramento das estradas existentes.

Só uma viação pronta e econômica, unindo o interior da Província com a beira mar, facilitando a permutação, aumentando os produtos da lavoura pela carência, fazendo uma circulação mais ativas capitais, enriquecendo, e moralizando ao mesmo tempo o habitante do Sertão, faria zombar dessas crises²²³.

O comissionário aceitava que a colonização de estrangeiros convinha a Bahia, principalmente se fosse “estabelecida no litoral para aumentar a nossa população, e aperfeiçoar as melhoradas da lavoura”. Afirmando o discurso sobre os estrangeiros, europeus, serem o berço da civilização, desprezando as experiências e vivências dos nacionais: “Das colônias nacionais não colijo utilidade

²²² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

²²³ *Ibidem*.

alguma, a não ser para servir de modelo ou para ocupar a população vadia, que aliás podia entregar-se ao trabalho, por meio de bons regulamentos de polícia, nas terras que o Governo oferece para cultura; ou nas dos particulares mediante qualquer contrato”²²⁴.

Enquanto para outros políticos da época era importante depositar muitas esperanças nas comarcas do sul e sentir prazer ao ver começando bem o ensaio de colonização nacional que deveria “provocar naturalmente outros de maior importância, retirando-se da miséria e da vagabundagem inúmeras famílias que vegetam em certos lugares ao norte e no interior”²²⁵. Complementando que deixar a população pobre à mercê contribuía para a preguiça.

Desde muitos anos que os males da seca se têm repetido ao Norte, e Oeste da província; si há nessas paragens terrenos de extrema fertilidade outros há em vasta extensão que se prestam mais à criação, por onde vegeta uma população numerosa sem propriedade. (...) Tais campos estão sujeitos às secas contínuas, cujos males agrava a habitual preguiça; (...)Um dos maiores males primeiros que sente a nossa sociedade, e maior obstáculo à civilização e moralidade dos povos é a dispersão²²⁶.

Em 1859, a Câmara Municipal de Capim Grosso mandou um ofício ao presidente e responsável pelo Imperial Instituto Baiano, Ferreira Pena, apresentando outro meio de livrar a província da fome. O morador de Juazeiro, Senhor Santos Marques tinha conseguido uma espécie de bomba de água para que fosse testada pelo Coronel José Jacome Bezerra de Carvalho Brandão e outros proprietários, mas não houve resposta por parte da Presidência.

(...) achou, por um maquinismo simples, e em que não entra mais do que um, ou dois esteios, um eixo de pau e algumas varas de corda e de algodão, um meio de lançar em qualquer terreno em que haja um rio, lagoa, cacimba ou poço de duzentos a trezentas pipas de água por dia! Assistimos a sua primeira experiencia feita em modelo de pequenas demarcações, e satisfez completamente a todas. O Senhor Tenente Coronel José Jacome Bezerra de Carvalho Brandao Capitão Augusto Monteiro Rêgo, e outros proprietários, principiam a pôr em execução esse belo maquinismo que trará a fertilidade ao nosso solo, que nos livrará da fome nas terras frutivas Vossa Excelência faria um grande benefício a nossa bela Provincia de alcançando alguns modelos de inventor, ao fiz esta espalhar pelas Comarcas, por que além da simplicidade do seu feitio, é tão pouco dispendioso que seu custo não pode exceder de 100\$000 réis aqui neste Município onde tudo é mais difícil ²²⁷.

Nas atas do Senado estava em discussão o projeto de lei para a criação da estrada de ferro na Bahia, e o então senador Ferreira Pena (1864) – que foi presidente da província em 1859 – relatou

²²⁴ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607

²²⁵ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA), PER130605_1870_00001, pág. 35. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11/05/2016

²²⁶ Idem, pág. 54

²²⁷ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

em seu discurso como lidou com os diversos pedidos de ajuda do interior apoiando a construção da estrada que segundo ele beneficiaria a Bahia não só comercialmente, mas também nas épocas de secas. Segundo o Barão de São Lourenço, senador naquele ano:

disse o nobre senador por Pernambuco, que a seca por que passou a Bahia é motivo suficiente para que se decrete um caminho de ferro, porque se não decretará também para os sertões de Pernambuco e do Ceara, mais sujeitos a tais calamidades? Porque estas províncias não pedirão a faculdade de organizar companhias semelhantes, contentando-se com os mesmos favores.

Eu não somente concederei as duas, como a todas que pedirem o que a Bahia pede, e com as mesmas condições. Isto, porém, não quer dizer, que se deva mandar fazer, a custa do tesouro, a cada província um melhoramento que outra realizou com os seus recursos²²⁸.

O barão de São Lourenço foi apoiado em sua fala pelo senador Pompeu, estes estavam em acordo também sobre o projeto de navegação do Rio São Francisco que naquela época já estava em discussão no senado, mas só foi posto em prática mais de dez anos depois.

As secas foram a principal argumentação para que as Províncias de Bahia, Pernambuco e Ceará questionassem e pedissem a construção de estradas de ferro. Porém, pedia que algumas das concessões apresentadas no projeto fossem revistas, o que não foi apoiado pelo senador Barão de São Lourenço, na época. As concessões tratavam sobre exploração de pedras preciosas, doações de terras, cultivo de algodão e implementação de colônias pela empresa inglesa da estrada²²⁹.

Com a experiência da seca de 1860 enquanto comissionário da comissão de socorros, participações nas discussões sobre a estrada de ferro da Bahia e como presidente da Província em 1869 em meio a outra seca, o Barão de São Lourenço não teve dúvidas que o meio de enfrentar as consequências das secas eram, naquele momento, formar comissões de socorros, criar colônias e enviar retirantes para as obras da estrada. A estrada de ferro, na concepção dos senadores servia para “desenvolver a indústria em toda a margem do rio São Francisco e de seus afluentes, e tornar mesmo supérfluos os recursos enviados do litoral para o interior nesses períodos distantes, porém certos, de secas no interior do Império”²³⁰.

²²⁸ Atas do Senado, livro 8. Sessão em 29 de agosto de 1864, pág. 36. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp

²²⁹ Para entender melhor as questões imbricadas da estrada de ferro, ver: SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863*”. 257 pp. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2013. Nesta pesquisa trataremos de forma mais geral sobre o assunto.

²³⁰ Ata do Senado, Livro 2, sessão de 12 de junho de 1871, pag. 85. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp

Para o senador Saraiva, “ligar, pois, a um grande porto a imensa região do S. Francisco: desenvolver e aumentar essa via férrea com seiscentas e tantas léguas de navegação desse grande rio, e dos seus afluentes, me parece a vantagem incontestável do melhoramento que eu peço com a maior convicção dos benefícios que promete ao Império”²³¹.

José de Magalhães e Silva, juiz de paz de Canabrava, termo da cidade de Caetité, ao constatar que muitas famílias estavam sem meios de subsistências “determinado pela falta de trabalho” pediu ao Presidente que executasse o “artigo 3º, inciso 14, da lei de orçamento vigente, que autoriza o governo a abrir crédito suplementar” e abrisse verba para obras públicas. A autorização era para a construção de um açude em Olho d'Água e para as obras da matriz da mesma freguesia, pois segundo ele prestaria “auxílio aos necessitados, a quem se dá trabalho vivo no mesmo tempo que é servido a localidade com os melhoramentos reclamados de há muito”²³².

Em outro ofício (1888), o Barão de Caetité, presidente da comissão de socorros, responde a autorização da obra e admitia que “só em caso extremo se poderá lançar mão desta providência excepcional” que era os socorros em gêneros alimentícios. Todavia, a implementação de obras públicas “em larga escala, onde manteria recursos e trabalhos toda a população útil”, assim como o prolongamento da estrada de ferro central em direção a Minas Gerais garantia “emprego de grande número de braços, a facilidade dos transportes e o aumento do comércio restabeleceram a atividade e a animação nesta e em outras comarcas e substituíram a penúria e regresso a certas abundância e prosperidade”²³³. Aproveitando o ensejo do documento, cobrou policiamento e reforma de igrejas enquanto alertava que em Monte Alto necessitava de alguns açudes já que era a criadora de gado que supria os municípios vizinhos.

Pelo levantamento feito por este trabalho, as obras que tiveram relação com as secas foram a restauração da estrada do Paraguassu, a criação da Santa Casa de Misericórdia de Santa Izabel do Paraguassu (Mucugê), envio de sementes, discussão do projeto de construção da via férrea da Bahia. Além do pedido da presidência (Antônio da Costa Pinto) a comissão de socorros da corte para ampliar o colégio de órfãos para receber meninos que perderam os pais durante as secas.

O impacto produzido pela seca está presente em todas as fontes e na bibliografia, mostrando a calamidade e relação de caridade entre as pessoas. Em contrapartida, os testemunhos escritos em alguns dos documentos ou textos também colocam o sertanejo como invasor, na maioria das vezes

²³¹ Ata do Senado, Livro 2, sessão de 12 de junho de 1871, pag. 85. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp

²³² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1889*, Maço 1608.

²³³ *Ibidem*

em espaços indesejados modificando seus costumes, sua moral, tradições e o seu caráter perante a sociedade urbana civilizada.

No estado baiano houve uma má distribuição de açudes, talvez por causa das limitações físicas, mas principalmente pelos obstáculos sociais e econômicos relacionados aos interesses particulares ou governamentais em detrimento do bem-estar da maioria da população. As ações que o governo tomou na tentativa de minimizar os efeitos das secas, foram medidas insuficientes, já que não atingiram as reais causas dos problemas, que não eram apenas climáticas, mas estavam também relacionadas com a estrutura socioeconômica e política da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo discutir a implementação das ações públicas de enfrentamento às secas na Província da Bahia durante o período de 1857 – 1888. Analisou-se como os diversos governadores se posicionaram diante das reivindicações por socorros. No primeiro momento, as secas eram evidenciadas de maneira indireta quando incidia nos produtos que saíam dos sertões até a capital, não era vista como um problema social para a população que viviam naquelas localidades considerada apenas como uma adversidade sertaneja. As estiagens começaram a ser problema social a partir das migrações despertando no Estado o ato de agir em prol da questão higiênica nas cidades grandes que afastavam os pobres dos seus centros e da fuga da mão de obra livre.

As secas, independente da sua época, depois de sua visibilidade começaram a ser usadas nos discursos políticos como causa da crise a qual a Bahia passou no decorrer do século XIX. Embora, alguns jornais, a Associação Comercial e até mesmo os governos admitissem que não era a principal causa, as contradições ainda eram motivos nos discursos para arrecadação de verbas, investimentos para os sertões ou aumento de impostos.

O ano de 1877, foi um marco na busca por capitais para as províncias do norte, novamente a seca ou melhor a grande seca daquele ano foi utilizada como argumento de arrecadação. A perda de espaço na economia imperial fazia com que as províncias nortistas buscassem outros modos de não serem esquecidas. A Bahia continuava a se posicionar como uma província que não sentia as estiagens nem os seus efeitos, e contribuiu bastante na doação de esmolas para o Ceará e mobilizou diversas apresentações em teatro, circos e contribuições em dinheiro para destinar aos retirantes cearenses e enviar a tal província. A influência da Bahia na política imperial ainda era muito forte, mas as posições dos políticos baianos na corte mobilizaram poucas ações para o enfrentamento às secas, diferentemente das pressões feitas pelos políticos do norte. Havia um silenciamento político e social a respeito das secas na Bahia.

A dimensão da importância política da Bahia no Império pode ser observada discretamente nas composições das comissões de socorros públicos, políticos influentes e de grandes prestígios a qual possuíam acesso direto ao Senado, Câmara dos Deputados e Ministérios. Por outro lado, vê-se o poder local muito presente nas comissões interferindo, esquematizando e articulando atividades que lhe ampliassem os seus mandos possibilitando maior controle político e social. Ademais, o controle da destinação de alimentos estava nas mãos de conhecidos açambarcadores acusados de desviar os

alimentos para outras praças, muitas vezes usando como pretexto a seca e a fome, para gerar necessidade na praça desviada e com isso promover aumento dos preços.

A partir da ideia cristã de caridade, a esmola passou a ser usada como uma espécie de divisão de responsabilidade entre o particular e o Estado. Nos primeiros anos de seca, a caridade particular tinha uma maior atuação perante a situação, uma vez que entendia a seca como um problema apenas dos sertões. Com o avançar das estiagens sobre a província e a avassaladora migração, a estiagem passou a ser um problema social e a ser cobradas ações para o enfrentamento. O medo de rebeliões, da perda da mão de obra escrava e a debandada da livre por vários cantos, além das pressões feitas por multidões de pobres nas vilas fez com que a elite agrária buscasse ajuda ao Estado. Por sua vez, o Estado implementou os socorros públicos como meio de mitigar as estiagens e controlar a população migrante.

Há de se considerar também as experiências dos sertanejos em resistir e conviver com as secas, estratégias como a alimentação extraída da caatinga, contratos de trabalhos em troca de comida (neste caso, uma via de mão dupla), migração temporária e trabalho nas obras públicas. Algumas destas eram usadas tanto pelo governo para controle social quanto pelos próprios retirantes como meio de sobrevivência. As experiências sertanejas são imperceptíveis na primeira análise, entretanto as entrelinhas documentais deixam perceber que os pequenos detalhes faziam a diferença. Manifestações como os abaixo-assinados feitos por senhores de terras demonstram essas peculiaridades.

Ao se discutir sobre colônias, trabalho e caridade observou-se que para os senhores de terras e donos do poder era importante que a população migrante trabalhasse em algum serviço que pudesse suprir o Estado em decorrência da assistência recebida. Com a transição da mão de obra escrava para a livre e a proibição do tráfico transatlântico, levantou-se o debate de como utilizar o trabalho livre e o de parceira, a partir dessa ideia cabe refletir sobre os rumos que a escravidão estava tomando, o foco deste trabalho não foi discutir sobre a mão de obra escrava, mas é difícil falar sobre a sociedade baiana no século XIX sem perpassar no assunto.

Não foi diferente com o tema das secas, pois por conta de um pensamento que evoluiu lentamente e a utilização de procedimentos que faziam parte do controle escravo – como o livro de matrículas, a elite agrária via nos migrantes a oportunidade de substituição, entretanto teve dificuldades em possibilitar salários e recursos para proporcionar um progresso econômico e social. Na bibliografia utilizada sobre as colônias nacionais e estrangeiras, deixa a entender que a grande quantidade de colônias que surgiram nessa época no Brasil Império pode ter sido em resposta à

proibição do tráfico por causa da crença de um colapso na agricultura sem a reposição da mão de obra.

Por fim, este trabalho buscou compreender a construção das ações públicas ligadas às secas em meados do século XIX para prestar uma reflexão sobre as políticas públicas atuais. No discurso, as ações serviam para proteger o bem-estar social da população, mas na prática não funcionava efetivamente, por isso, espera-se que o leitor seja prudente ao analisar, a partir, de tal estudo, como estão sendo aplicadas as políticas públicas de enfrentamento às secas atualmente pelo estado da Bahia e pela república federativa brasileira.

FONTES

➤ **Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB**

Seção Arquivo Colonial e Provincial:

Maço Nº 1583: Comissão de Socorros Públicos 1839 – 1889.

Maço Nº 1607: Correspondências das Comarcas da Bahia (1845-1860).

Maço Nº 1608: Correspondência das Comarcas da Bahia (1861-1889).

Maço Nº 3005: Subdelegados, 1860 – 1869 (sobre imigração).

Maço Nº 6153: Correspondência recebidas pelo Presidente da Província - Recolhimento de imigrantes deficientes em 1861.

➤ **AFCA – Arquivo do Fórum Cleriston Andrade de Jacobina**

AFCA. Seção Judiciária, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1874-1876: Processo crime do Aplégio Teixeira Guedes contra Joaquim Ferreira Lamberto

AFCA. Seção Judiciária. Testamentos e Inventários e Partilhas 1850-1888: Inventário de Maria Rosa de Jesus

AFCA. Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1874-1876: Processo do tenente Sebastião Honório Guimarães Freitas contra Bernardino Francisco de Senna e outros, 1876.

➤ **Center for Research Libraries**

Relatórios dos Presidentes da Província. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11 de maio de 2016

➤ **Hemeroteca da Biblioteca Nacional**

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acessado em 11 de maio de 2016

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia (BA) - 1873 a 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-bahia/238961> Acessado em 11 de maio de 2016

Periódicos:

A Grinalda Periódico Litterario e Recreativo (BA) 1869 a 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819077&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=61> Acessado em 11 de maio de 2016

A Lei Sob os auspícios do funcionalismo público desta Província (BA) -1875 a 1878. Disponível em: [A Lei : Sob os auspicios do funcionalismo publico desta Provincia \(BA\) - 1875 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819077&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=61) Acessado em 11 de maio de 2016

A Locomotiva Folha Illustrada Hebdomadaria (BA) 1888 a 1889. Disponível em: [A Locomotiva : Folha Illustrada Hebdomadaria \(BA\) - 1888 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

A Voz do Comercio: Orgão da Sociedade Democrata Classe Caixeiral (BA) – 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=826561&pesq=&pagfis=1> Acessado em 11 de maio de 2016

Argos Santamarenses: "Está acabado o tempo de enganar os homens. Com as armas... não; seja a guerra a do juízo." (BA) - 1850 a 1851. Disponível em: [O Argos Sant'amarãense : "Está acabado o tempo de enganar os homens. Com as armas... não; seja a guerra a do juízo." \(BA\) - 1850 a 1851 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

Bahia Illustrada (BA) - 1917 a 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940> Acessado em 11 de maio de 2016

Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1871 a 1878. Disponível em: [Correio da Bahia : O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação \(BA\) - 1871 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

Diário da Bahia: O Diário da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1882 – 1889. Disponível em: [Diario da Bahia : O Diario da Bahia é propriedade de uma Associação \(BA\) - 1882 - 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

Diário de Notícias 1876 a 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098167&pesq=secca&hf=memoria.bn.br> Acessado em 11 de maio de 2016

Gazeta da Bahia: A "Gazeta da Bahia" é propriedade de uma Associação (BA) - 1879 a 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815063&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=13> Acessado em 11 de maio de 2016

Jornal da Bahia 1855 a 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815063&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=13> Acessado em 11 de maio de 2016

O Arco da Velha, 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817864&pesq=secca&hf=memoria.bn.br&pagfis=2> Acessado em 11 de maio de 2016

O Imparcial: Matutino Independente (BA) – 1935. Disponível em: [O Imparcial : Matutino Independente \(BA\) - 1935 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

O Industrial : Jornal Politico, Litterario e Commercial (BA) - 1860 a 1861. Disponível em: [O Industrial : Jornal Politico, Litterario e Commercial \(BA\) - 1860 a 1861 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

O Monitor (BA) - 1876 a 1881. Disponível em: [O Monitor \(BA\) - 1876 a 1881 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acessado em 11 de maio de 2016

➤ **Biblioteca do Senado Federal**

Ata do Senado, Livro 2, sessão de 12 de junho de 1871. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp Acesso em: 18 de agosto de 2018.

Atas do Senado, livro 8. Sessão em 29 de agosto de 1864. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp Acesso em: 18 de agosto de 2018.

➤ **Coleção de Leis do Império (1830): Tipografia Nacional, 1876.**

Decreto nº 2.926, de 14 de maio de 1862: Regulamento para as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Coleção de Leis do Império (1830): Tipografia Nacional, 1876. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18299/browse?type=dateaccessioned&order=desc> Acesso em: 18 de agosto de 2018.

Decreto Nº 2.884 do 1º de fevereiro de 1862: Addita novas providências às do Decreto Nº 158 de 7 de Maio de 1842 (despesas de urgência das Províncias). Coleção de Leis do Império (1830): Tipografia Nacional, 1876. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18299/browse?type=dateaccessioned&order=desc> Acesso em: 18 de agosto de 2018.

BRASIL. [Constituição Política do Império do Brasil, Artigo nº 31(1824)]. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em: 18 de agosto de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Núbia Oliveira Almeida; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. “Seca e política de recursos hídricos na bacia do rio Brumado, Bahia”. In: **Revista Geonorte**, v.2, n.5, Edição Especial 2, p.1133 –1145. 2012.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia**: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

AGUIAR, Lielva Azevedo. “**Agora um pouco da política sertaneja**”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetitê – 1885–1924). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas - Campus V, Santo Antônio de Jesus, Universidade do Estado da Bahia, 2011.

Aguiar, Lielva Azevedo. **Entre a política e a magistratura**: O barão de Caetitê e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira, revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Daiana Silva. “**Do que é o teatro na Bahia**”: disputas por cargos e jurisdição no Sertão do São Francisco (1878-1880). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 2018.

BRITO, João Fernando Barreto de. **Colônia agrícola Sinimbu**: entre a regularidade do espaço e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 1ª ed. Curitiba –Paraná: Appris, 2019.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso**: A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemia na corte imperial. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **Cícero Dantas Martins - De Barão A Coronel: Trajetória Política De Um Líder Conservador Na Bahia (1838- 1903)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. BATISTELA, Alessandro. ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política: Fontes, objetos e abordagens**. 1ª ed. São Paulo: OIKOS, 2018.

ESPÍNOLA, Ariana Moreira. **Papeis da Escravidão: a matrícula especial de escravos (1871)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2016.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FARIAS, Helio Takashi Maciel de. **Contra as secas: as engenharias e um planejamento territorial no nordeste brasileiro (1877-1938)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André. **No rastro das Províncias: as epidemias no Brasil oitocentista**. 1ª ed. Vitória – Espírito Santo: EDUFES, 2019.

GOMES, Adriano Lopes. ROSADO, Cid Augusto da Escócia. **Ideologia, poder e discurso da seca na mídia** [recurso eletrônico]. 1ª ed. Natal, RN: EDUFRN, 2018.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 2000.

JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a Emigração: Expectativas, Propostas e Efetivações na Bahia (1816 1900)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador/Ba, 2014.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **Infância e recolhimento: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2019.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX**. 1982. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 1982.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha – Bahia (1868 -1888)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: Uma Província no Império**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Macio Andrade do. **Roças, Currais e Garimpos: O trabalhador livre e pobre no Sertão Baiano dos Oitocentos. Morro Do Chapéu (1848-1889)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2ª edição revisada e ampliada – Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

_____. “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?”. In: **Afro-Ásia**, n.19-20. pp.239-250. 1997.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro; Fortaleza/CE, Secretaria de Cultura e Desporto: Relume Dumará, 2000.

_____. ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”. In: **Projeto História**, v.27, pp. 167-189. 2003.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **“O céu é muito alto e o Imperador muito longe”**: as matas de caatinga e a questão climática no Império brasileiro (1825-1884). 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **“O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”**. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

PORTO ALEGRE, Sylvia. “Fome de braços” – questão nacional: notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, V. 16/17 Nº 1/2, p. 105-142. 1985/1986.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **“O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”**. 1ª ed. Salvador/BA: EDUFBA, 2014.

PINHO, José Ricardo Moreno. **Açambarcadores e famélicos: fome, carestia, e conflitos, em Salvador (1858 a 1878)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** escravidão e cultura política no Médio São Francisco. 1ª ed. Salvador: EDUNEB, 2018.

PINHO, José Ricardo Moreno. Comércio proibido de escravos na Bahia: omissão ou convivência? In: HONORATO, Cezar & HIDALGO, Daniel Castillo & OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de (orgs.) **Cidades portuárias: novas questões e múltiplas temporalidades**. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2022. p 74-101.

SANTOS, Emily Rodrigues dos. **“A seca é o inverno de muita gente”**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana –Bahia, 2014.

SANTOS, Marcio Roberto Alves. **Fronteiras do sertão baiano:1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Maria Ivanda da. **“A quem maior der, assim se cumpra”**: a experiência de crianças órfãos e pobres no Cariri Cearense (sec. XIX). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Departamento de História, Universidade Federal do Ceara. 2021.

SOUZA, Robério Santos. **Se eles são livres ou escravos: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2013.

ROCHA, Maria Wane Brandão Silva. **Condições de trabalho e táticas de sobrevivência no alto sertão da Bahia durante a seca de noventinha e o pós abolição (1880-1910)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas - Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2019.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. São Paulo: FGV, 2003.

THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em comum**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses**. Org.: NEGRO, Antônio Luigi. SILVA, Sérgio. Campinas – São Paulo: UNICAMP, 2001.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. 1ª ed. Barcelona/Espanha: Editorial Critica, 1984. 158 páginas.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução Waltensir Dutra. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A Instrução Agrícola e a crise da Economia Açucareira na Segunda Metade do Século XIX.** 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005 (Esta obra foi digitalizada no Centro de Digitalização (CEDIG))

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887.** 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.